



UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP

Mamudo Djanté

Cooperação Bilateral Brasil/Guiné-Bissau: Uma análise no âmbito da cooperação Sul-Sul (1974-2016).

**Rio de Janeiro
2019**

Mamudo Djanté

Cooperação Bilateral Brasil/Guiné-Bissau: Uma análise no âmbito da cooperação Sul-Sul (1974-2016).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Área de concentração: Relações Internacionais e Política Mundial.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Coelho Farias de Souza

**Rio de Janeiro
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução parcial ou total desta dissertação, desde que citada à fonte.

Assinatura

Data

FOLHA DE APROVAÇÃO

Mamudo Djanté

Cooperação Bilateral Brasil/Guiné-Bissau: Uma análise no âmbito da cooperação Sul-Sul (1974-2016).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Área de concentração: Relações Internacionais e Política Mundial.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Luiz Coelho Farias de Souza (orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Emerson Maione de Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Aprovada em: _____ de _____ de 2019

DEDICATÓRIA

Ao meu querido falecido pai, Baba Djanté, a pessoa que se mais orgulhava de mim. Apesar de nunca ter estudado, ele sabia o grande valor que a educação acadêmica possui na vida de cada cidadão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela minha existência e por ter colocado pessoas maravilhosas no meu caminho para que o fim desta etapa se torne mais que especial. Em segundo lugar, a minha eterna gratidão vai para minha querida mãe Fatumata Dansó, por tudo que tem me ensinado ao longo da minha vida.

Agradeço imensamente o meu professor e orientador, Dr. André Coelho de Souza, pelos seus sábios conselhos, pela sua generosidade, sinceridade e paciência. A minha progressiva evolução acadêmica durante estes dois anos de mestrado se deve muito a este extraordinário professor, que também me ajudou bastante durante o estágio docência na CCJP/UNIRIO.

Sou grato a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO, em especial ao professor Dr. Fabrício Pereira da Silva, pela participação em minha banca de Qualificação e de Defesa.

Meus profundos agradecimentos aos meus queridos professores: À Prof^ª. Dra. Luciana Fernandes Veiga, Prof. Dr. Guilherme Simões Reis, Prof. Dr. Fernando Quintana, Prof. Dr. Felipe Borba e ao Prof^ª. Dra. Enara Echart Muñoz, todos vocês foram e são magníficos.

Estendo meu agradecimento ao Professor Dr. Emerson Maione de Souza por toda a sua contribuição, comentários e sugestões na Banca de Qualificação e de Defesa, e, pelo incentivo e disponibilidade em ajudar.

Por fim, agradeço os meus familiares, amigos e conhecidos que de forma direta ou indireta me ajudaram neste desfecho. O apoio de Dr. Charles Lyndaker foi fundamental para a realização deste mestrado. Também, o apoio moral da Denise Gonçalves, Elisangela Abrantes e da Adriane Sampaio foi fundamental para mim durante todas as etapas da seleção para o mestrado.

Reconheço profundamente o apoio importantíssimo da minha companheira Julce Cadia Tavares, por ter dividido comigo todos os momentos nesta última fase do curso.

Agradeço enormemente a generosidade de Monsenhor André Sampaio, Clésio Lacerda, Prof. Timóteo Saba M'Bundé, Malam Djau, Rachid Djau, Mauricio Wilson Camilo da Silva, Priscila Vieira, Inu Caranjó Medina, Eliseu Banori, Amanda Duarte, Wilson Rodrigues e outros, que foram de grande incentivo.

RESUMO

Ao início do século XXI, o Brasil fortaleceu suas relações econômicas e diplomáticas com países africanos, estabelecendo cooperações bilaterais e multilaterais em diversas áreas. A partir do ano de 2003 e durante os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil se aproximou muito da Guiné-Bissau no âmbito de cooperação bilateral, por intermédio da cooperação Sul-Sul. Portanto, esta dissertação objetiva fazer uma análise sobre a cooperação bilateral entre o Brasil e a Guiné-Bissau, no período 1974 a 2016. Considerando a centralidade do Brasil como ator chave na América Latina, o país atuou como uma mola impulsionadora na inserção do equilíbrio geopolítico continental, contribuindo desta forma para a valorização do Atlântico Sul. Estes fatos possuem um significado relevante para que o Brasil estendesse suas áreas de influência, nomeadamente em África lusófona. Por outro lado, a Guiné-Bissau é um país pobre e instável, que depende de apoio de seus parceiros para alavancar o seu desenvolvimento econômico e sociopolítico. E, considerando os laços históricos que unem os dois povos, o Brasil se torna uma peça importante para ajudar a Guiné-Bissau nesse desafio, uma vez que a instabilidade política e constantes sobressaltos na Guiné-Bissau parecem ser empecilhos na cooperação bilateral com o Brasil, e um dos principais fatores que impedem o país de criar mecanismos para o seu desenvolvimento econômico e social. Porém, constatamos que a instabilidade e o fraco funcionamento das instituições do Estado na Guiné-Bissau afetam a cooperação com o Brasil, mas não chegam a constituir-se em uma ruptura, embora que provavelmente a instabilidade política guineense possa ser o motivo pela “fraca cooperação” entre os dois países no período analisado para este trabalho.

Palavras-Chave: Cooperação Sul-Sul; Política Externa; Brasil; Guiné-Bissau; Instabilidade; Relações Internacionais.

ABSTRACT

At the beginning of the 21st century, Brazil strengthened its economic and diplomatic relations with African countries by establishing bilateral and multilateral cooperation in several areas. From the year of 2003 and during the two terms of former President Luiz Inacio Lula da Silva, Brazil came very close to Guinea-Bissau in the bilateral sphere through South-South cooperation. Therefore, this dissertation aims to analyze the bilateral cooperation between Brazil and Guinea-Bissau, from 1974 to 2016. Thus, on the one side, Brazil acted as a key player in Latin America and acted as a driving force in the insertion of continental geopolitical equilibrium, contributing to the South Atlantic valorization. These facts have a relevant meaning for Brazil to spread its areas of influence, especially in Lusophone Africa. On the other side, Guinea-Bissau is a poor and unstable country, which depends on the support of its partners to leverage its economic and socio-political development. And considering the historic ties between this two nations, Brazil becomes an important element in assisting Guinea-Bissau in this challenge, since political instability and occurrences in Guinea-Bissau appear to be impediments to bilateral cooperation with Brazil, and one of the main factors hindering the country from creating mechanisms for its economic and social development. But we found that the instability and weak government institutions in Guinea-Bissau affect cooperation with Brazil, but do not constitute a disruption, even though the instability may probably be the reason for "weak cooperation", but the relationship between them maintained with certain regularity during the whole analyzed period for this work.

Keywords: South-South Cooperation; Foreign Policy; Brazil; Guinea-Bissau, Instability; International Relations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1. Mapa Político da Guiné-Bissau	58
Figura 1. Bandeira da oficial Guiné-Bissau	65
Quadro 1. Lista dos presidentes da Guiné-Bissau, de 1974 a 2016.....	66
Quadro 2. Lista dos Primeiros-Ministros da Guiné-Bissau de 1974 a 2016.....	67
Mapa 2. Mapa geográfico da África após Conferência de Berlim (1884-1885).....	72
Figura 2. Bandeiras do Brasil e da Guiné-Bissau	100
Quadro 3. Lista de Acordos de Cooperação bilateral firmados entre o Brasil e a Guiné-Bissau: 1974 e 2016.....	101
Tabela 1. PEC-G - Seleccionados - África (2000-2019)	115
Tabela 2. PEC-G - Seleccionados – América Latina e Caribe (2000-2019).....	116
Tabela 3. PEC-G - Candidatos Seleccionados - Ásia (2000-2019).....	116
Tabela 4. PEC-PG – Estudantes das Américas seleccionados (2000-2019).....	117
Tabela 5. PEC-PG – Estudantes africanos seleccionados (2000-2019).....	117
Tabela 6. PEC-PG – Estudantes asiáticos seleccionados (2000-2019).....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação.

ANP - Assembleia Nacional Popular.

APE - Análise da Política Externa.

APEX - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.

BM - Banco Mundial.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CAD - Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento.

CCP - Comissão para Construção da Paz.

CCB - Centro de Estudos Brasileiros.

CEDEAO - Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental.

CID - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

COBRADI - Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

CPLP - Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.

CSS - Cooperação Sul-Sul.

CTI - Cooperação Técnica Internacional.

CTPD - Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento.

DCE - Divisão de Temas Educacionais.

DENARP - Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

ECOMOG - Grupo de Monitorização de Cessar-Fogo da CEDEAO.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FARP - Forças Armadas Revolucionárias do Povo da Guiné-Bissau.

FLING - Frente da Luta para Independência da Guiné.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

FUNAG - Fundação Alexandre Gusmão.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

MEC - Ministério da Educação do Brasil.

MING - Movimento para a Independência Nacional da Guiné.

MISSANG - Missão Militar de Angola em Guiné-Bissau.

MFDC - Movimento das Forças Democráticas de Casamansa.

MLG - Movimento de Libertação da Guiné.

MRE - Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

ODA - Assistência Oficial para o Desenvolvimento.

ONU - Organizações das Nações Unidas.

OUA - Organização da Unidade Africana.

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

PAICV - Partido Africano para Independência de Cabo Verde.

PEC-G - Programa Estudantes-Convênio de Graduação.

PEC-PG - Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação.

PEI - Política Externa Independente do Brasil.

PIB - Produto Interno Bruto.

R.I. - Relações Internacionais.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

UA - União Africana.

UEMOA - União Econômica e Monetária Oeste Africana.

UNTG - União Nacional dos Trabalhadores da Guiné.

URSS - União Revolucionária Socialista Soviética.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E A POLÍTICA EXTERNA	20
1.1. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)	20
1.1.1. Cooperação Técnica Internacional	22
1.1.2. A Ajuda Externa e Cooperação Internacional.....	25
1.1.3. As concepções sobre Política Externa e a Política Interna.....	27
1.2. Cooperação Sul-Sul (CSS)	30
1.2.1. A Cooperação brasileira para África no âmbito da Cooperação Sul-Sul.....	35
1.2.2. A Atuação Brasileira nos três maiores países do PALOP.....	42
1.3. Análise da Política Externa (APE)	45
1.3.1. A Política Externa Brasileira (PEB).....	47
1.3.2. A Política Externa Brasileira para a África.....	50
1.3.3. A Política Externa da Guiné-Bissau.....	52
2. O CONTEXTO GEOPOLÍTICO E A FORMAÇÃO DO ESTADO GUINEENSE ...	56
2.1. Contexto Geopolítico	57
2.1.1. Contexto Geográfico: Dados Gerais.....	57
2.1.2. Contexto Socioeconômico.....	61
2.1.3. Contexto Sociopolítico.....	63
2.1.4. Contexto Sociocultural.....	68
2.2. O Contexto Histórico e a Formação da Guiné-Bissau	70
2.2.1. A Colonização Portuguesa na Guiné-Bissau.....	70
2.2.2. A Luta de Libertação Nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde.....	74
2.3. A Pós-independência e a abertura Política na Guiné-Bissau	81
2.3.1. O Golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 e a separação da Guiné-Bissau com Cabo Verde.....	82
2.3.2. O fim do Partido Único e o surgimento da Democracia na Guiné-Bissau.....	84
2.3.3. O conflito político-militar de 7 de junho de 1998 na Guiné-Bissau.....	87
2.3.4. Os Desafios à estabilidade política e o desenvolvimento na Guiné-Bissau.....	91

2.4. A Inserção da Guiné-Bissau no plano internacional	97
3. A COOPERAÇÃO BILATERAL BRASIL- GUINÉ-BISSAU (1974-2016).....	100
3.1. A Cooperação Educacional.....	107
3.1.1. Educação na Guiné-Bissau	107
3.1.2. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).....	112
3.1.3. Cooperação Técnica e Científica Brasil/Guiné-Bissau.....	120
3.2. Cooperação em Segurança.....	121
3.2.1. A cooperação em Defesa e Segurança.....	122
3.2.2. Brasil e a Configuração Específica para a Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz da ONU (CCP).....	124
3.3. Cooperação Diplomática.....	126
3.3.1. A Relação Política e Diplomática no período 1974- 2016.....	126
3.3.2. Relações Brasil-Guiné-Bissau durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva.....	130
CONCLUSÃO.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	142
ANEXOS.....	155
Anexo A – o primeiro ato de cooperação bilateral assinado entre o Brasil e a Guiné-Bissau.....	155
Anexo B – tratado de amizade cooperação e comércio entre Brasil e Guiné-Bissau (o principal tratado entre as duas partes).....	159

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre a cooperação bilateral entre Brasil/Guiné-Bissau no âmbito da cooperação Sul-Sul, no período de 1974 a 2016.

Decidimos eleger o Brasil e a Guiné-Bissau para desenvolver esta dissertação, por eu ser guineense e devido aos históricos laços de sangue, da cultura e de relações de amizade que unem os dois países. No entanto, a nossa pretensão não é desenvolver um estudo com base em uma área específica de cooperação existente entre as duas nações, porém, fazer uma abordagem geral sobre o tema proposto. Contudo, ainda em termos específicos, pretendemos realizar uma abordagem mais ilustrativa sobre os principais projetos de cooperação existentes entre os dois países, destacando entre eles, as áreas de Educação, Defesa/Segurança e Diplomacia.

Resolvemos enfatizar essas três áreas, porque entendemos que são áreas nas quais o Brasil deu mais ênfase em sua relação bilateral com a Guiné-Bissau e, também, são áreas importantes para Guiné-Bissau, no sentido de ajudar na superação de dificuldades que o país tem enfrentado ao longo de sua história.

Optamos ainda por realizar uma breve discussão sobre a Cooperação Sul-Sul, porque é através dela que o Brasil viu uma forma de aprofundar sua relação com a África, especialmente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), neste caso específico com a Guiné-Bissau (IGLESIAS PUENTE, 2010).

O recorte temporal deste trabalho delimita-se ao período que abrange desde a independência da Guiné-Bissau (1974¹) até o fim do segundo mandato do governo Dilma Rousseff (2016). Isto quer dizer, a partir do início das relações entre as duas nações até a mudança brusca² na condução da política externa brasileira em relação à África, que foi sustentada há mais de uma década, essencialmente por via da cooperação Sul-Sul.

Entretanto, constatamos que desde a sua independência, a constante instabilidade política, os sucessivos golpes de Estado por parte dos militares e o fraco funcionamento das instituições da república na Guiné-Bissau, parecem ser os principais fatores que impedem o

¹ O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau no dia 24 de setembro de 1973, e Portugal só reconheceu a independência deste país em 10 de setembro de 1974.

² Isso quer dizer, que já um pouco antes da queda do governo Dilma Rousseff, “o Brasil tirou o foco de sua política externa dirigida para a África, reduzindo seus investimentos e cortando acordos de cooperação com muitos países africanos” (FOLHA DE S. PAULO, 22/05/2015).

país de criar mecanismos para o seu desenvolvimento socioeconômico e de construir uma estabilidade governativa.

Por conta dessa problemática, propomos levantar a seguinte pergunta: será que a instabilidade política na Guiné-Bissau afeta ou interfere na cooperação bilateral com o Brasil?

Para responder a pergunta proposta, com base em análise sobre a relação existente entre os dois países ao longo do tempo, a nossa hipótese se sustenta no seguinte: que, apesar de grande instabilidade política e fraca infraestrutura da Guiné-Bissau, o Brasil manteve certa regularidade com a Guiné-Bissau, em razão de “diplomacia presidencial” por ambas as partes, de “insulamento burocrático” do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores - MRE), e das “diretrizes da Política Externa Brasileira”, com pequenas variações nos momentos de maiores instabilidades na Guiné-Bissau.

Sérgio Danese (2017), define Diplomacia Presidencial como “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (DANESE, 2017, p.67). Desta forma, o autor explica que a condução pessoal pelo mandatário, do processo decisório da política externa “deve extrapolar as obrigações que cumpre *ex officio* (por lei), como depositário da responsabilidade ou competência originária pelas relações exteriores e pela representação do Estado perante outros Estados” (DANESE, 2017, p.461).

Já o Insulamento Burocrático, segundo Edson Nunes (1997), que é uma das referências acerca da “gramática política do Brasil”:

O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel. Esta redução da arena é efetivada pela retirada de organizações cruciais do conjunto da burocracia tradicional e do espaço político governado pelo Congresso e pelos partidos políticos, resguardando estas organizações contra tradicionais demandas burocráticas ou redistributivas (NUNES, 1997, p. 34).

Com essa definição, Nunes (1997), quer mostrar que, os atores que promovem o Insulamento Burocrático do MRE, desejam instituir uma base mais técnica na arena de formulação da política externa brasileira, para isso, precisavam da exclusão dos partidos políticos, do Congresso e das demandas populares. Dessa forma, a instância insulada atuaria livre de amarras de ordem política, fazendo com que os partidos políticos não cobiçassem tanto o cargo de ministro das Relações Exteriores.

Assim sendo, consideramos que, apesar de que os sucessivos episódios de instabilidade política na Guiné-Bissau terem afetado negativamente a cooperação bilateral com o Brasil, em termos de coordenação e de execução de projetos, porém, estes não chegaram a ser uma ruptura efetiva da relação existente entre os dois países.

De fato, para afirmarmos que a instabilidade política é o fator que contribui para os problemas recorrentes na Guiné-Bissau, precisamos primeiro entender o que é uma Estabilidade política.

Na sua obra chamada “Dicionário de Política”, Norberto Bobbio (1998), define o conceito de Estabilidade política dessa forma:

Estabilidade é a capacidade previsível que um sistema tem de se prolongar no tempo. Deste modo, um sistema deve ser considerado estável quando, num momento dado, tido em conta um conjunto de sinais, é razoavelmente previsível que ele continuará no tempo (BOBBIO, 1998, p.394).

Com isso, o autor ainda afirma que um sistema político é muitas vezes considerado estável justamente por ser capaz de manter o *status quo*, isto é, sem alterações constantes de ordem do ambiente político-econômico. Dessa maneira, o autor deixa claro de que a Instabilidade política não se identifica com o equilíbrio estável, ou seja, é o oposto de Estabilidade (BOBBIO, 1998, p.394).

No entanto, para compreendermos as ações dos Estados nas relações internacionais não basta discorrer somente sobre os acordos de cooperação, sobre os tratados ou os projetos existentes entre os Estados, porém, é necessário identificar as diretrizes e quesitos pertinentes à sua estrutura, assim como os problemas conjunturais que os forçam ou constroem o agir cooperativamente no sistema internacional.

Portanto, ao longo desta dissertação, poderá verificar-se que a nossa variável independente, a “instabilidade” explica que os fenômenos ocorridos na Guiné-Bissau interferem, sim, no aumento ou na diminuição de Cooperação Bilateral do país com o Brasil, apesar de não constituir-se em ruptura. Como exemplo, verifica-se que durante os momentos mais instáveis na Guiné-Bissau (2003 a 2014, pondo de lado o período de 1998/1999), foi o período em que país assinou mais acordos com o Brasil, graças a diplomacia presidencial do ex-presidente Lula da Silva.

No entanto, em termos metodológicos, por se tratar de uma pesquisa exploratória com o intuito de analisar o objetivo proposto e testar a hipótese aqui apresentada, a metodologia de pesquisa qualitativa foi escolhida para que o trabalho apresentasse mais robustez. Considerando que os dados qualitativos podem ser poderosa fonte de análise, pois a pesquisa

qualitativa é altamente contextual e as conclusões do estudo tendem a se basear na triangulação dos dados das diversas fontes. Essa convergência aumenta a credibilidade e confiabilidade do estudo (GREY 2012; YIN, 2016).

Sendo assim, grande parte da análise da cooperação bilateral entre Brasil e Guiné-Bissau derivou-se, do suporte teórico, baseados nos estudos de fontes secundárias, dos trabalhos acadêmicos como teses e dissertações, do Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza - DENARP II (2011), dos dados oficiais da Agência Brasileira de Cooperação - ABC (2018), da revisão dos programas e dos projetos de cooperação promulgados pelo Brasil e pela Guiné-Bissau feitos por Ministério das Relações Exteriores - MRE (2010; 2016; 2019), e entre outras fontes.

Dessa forma, estruturamos o nosso trabalho em três capítulos, subdivididos em seções, além da introdução e das considerações finais.

Assim, no primeiro capítulo, pretende-se colocar em foco a literatura sobre a Cooperação Internacional, no qual serão abordados os conceitos e preceitos da Análise da Política Externa (APE), da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e a Cooperação Sul-Sul (CSS).

No segundo capítulo, propomos apresentar o contexto histórico e político da Guiné-Bissau, mostrando a sua complexa trajetória sociopolítica, desde sua independência até o ano de 2016, dando especial atenção aos principais fatores que contribuíram no agravamento da situação política-econômica, e social do país, assim como a inserção da Guiné-Bissau no plano internacional.

Já o terceiro e último capítulo, abordará questões ligadas à cooperação bilateral Brasil/Guiné-Bissau, nos quais serão discutidas as relações de cooperação entre os dois países, no âmbito da cooperação sul-sul, suas relações diplomáticas, assim como dar destaque as três principais áreas de cooperação bilateral existentes entre essas duas nações (Educação, Defesa/Segurança e Diplomacia).

Apresentaremos por meio de uma tabela, apenas os 41 atos/projetos de cooperação bilateral assinados por Brasil e a Guiné-Bissau, desde 1976 a 2011. Deixando assim, de não evidenciar aqueles atos que foram assinados de forma trilateral ou multilateral.

Por outro lado, disponibilizamos, na parte de anexos deste trabalho, dois documentos relativos aos exemplares de atos de cooperação assinados por ambas as partes.

Ainda no capítulo 3, faremos uma leitura mais destacada sobre a cooperação em Educação, lembrando de que a cooperação educacional entre a Guiné-Bissau e o Brasil é o

mais constante e significativa área de cooperação, principalmente para Guiné-Bissau. Tendo em conta que entre os 60 países africanos, latino-americanos e asiáticos que têm cooperação educacional com o Brasil, por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), a Guiné-Bissau é o segundo maior beneficiário desta cooperação, ficando apenas atrás de Cabo Verde (DA SILVA, 2018; M'BUNDE, 2018).

A conclusão constituirá como a parte final do trabalho, com as considerações finais do autor sobre o tema desenvolvido, e, por último, faremos uma breve cronologia sobre relações bilaterais entre o Brasil e a Guiné-Bissau.

Ao falarmos sobre a cooperação bilateral entre dois países, verificamos que nas relações internacionais contemporâneas, há diferentes interpretações teóricas sobre o conceito da “Cooperação” e da sua problemática. Portanto, na visão do cientista político norte-americano Robert Keohane (1988), o conceito da "Cooperação" é nitidamente diferente da dicotomia harmonia e discórdia. Segundo ele, quando a harmonia prevalece, as políticas dos atores facilitam automaticamente a realização dos objetivos dos outros. Enquanto que a Cooperação "requer que as ações de indivíduos separados ou organizações - que não estão em harmonia pré-existente - sejam colocadas em conformidade uns com os outros através de um processo de coordenação política" (KEOHANE, 1988; apud KEOHANE, 1984, p.51).

Nessa lógica, o autor subscreve que a Cooperação Internacional não depende necessariamente de altruísmo, idealismo, honra pessoal, propósitos comuns, normas internalizadas, ou uma crença compartilhada em um conjunto de valores incorporados em uma cultura. Isso significa que, “a cooperação ocorre quando os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou antecipadas dos outros” (KEOHANE; AXELROD 1985, p.226).

Assim sendo, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), é definida por Carlos Milani (2012) como um sistema político articulado voltado para uma ação organizada de Estados e atores não governamentais que promovessem a superação das contradições e desigualdades. E, segundo o Observatório Brasil e o Sul³ (OBS, 2018), a CID

³ Segundo a publicação do Observatório Brasil e o Sul (OBS, 2018), a Cooperação Técnica Internacional consiste em projetos e programas realizados entre Governos em arranjos bilaterais ou multilaterais, estes projetos podem ser implementados por agentes governamentais e/ou não governamentais, visando à contribuição no desenvolvimento dos países cooperantes por meio do intercâmbio de conhecimentos e demais atividades de treinamento e construção de capacidades. Disponível em: <<http://obs.org.br/cooperacao/conteudo/79-tecnica>> Acesso dia 07/10/18.

refere-se aos projetos e programas que visam contribuir com o desenvolvimento dos países cooperantes, em bases não comerciais.

Nesse sentido, Eliti Sato (2010, p.46) considera que a Cooperação Internacional não significa apenas ajuda mútua entre governos e entre instituições pertencentes a diferentes países, mas, sim, significa trabalhar junto e não tomar decisões e iniciativas isoladas. Dessa forma, a CID dentro de suas diversas formas, pode ser considerada como um instrumento de realização da Política Externa, que pode resultar na conjugação de ambições políticas de Estados.

Neste contexto, o diplomata guineense Apolinário de Carvalho (2007, p.3), menciona que a Política Externa dos Estados parece “privilegiar a cooperação bilateral em detrimento do multilateral”, através do qual se realiza objetivos específicos em matéria de Política Externa, considerando subjacentes interesses estratégicos, econômicos e humanitários. E, segundo Alexandre Leite e Thamirys Cavalcante (2016), a cooperação é reconhecida como um importante instrumento de política externa brasileira e de relevante contribuição para o desenvolvimento internacional.

Notamos que, segundo o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010), a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI) é definida como a totalidade de recursos investidos pelo governo Federal brasileiro, parcialmente ou totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional e para a melhoria de condições socioeconômicas de outros países (IPEA, 2010, p.7).

A COBRADI inclui, por exemplo, “recursos da cooperação técnica (bolsas de estudo a estrangeiros), doações em espécie (medicamentos), horas técnicas de funcionários e profissionais brasileiros empregadas para a capacitação de estrangeiros, passagens e diárias, entre outros recursos” (Ibidem, p.5). Dessa forma, o instrumento pelo qual o Brasil avança sua política de cooperação bilateral junto aos países africanos inclusive a Guiné-Bissau, é por intermédio da Cooperação Sul-Sul.

Considerando o Brasil um país intermediário na geometria de poder mundial, o país é simultaneamente receptor e fornecedor da cooperação internacional, o que possibilitou este país a estender suas áreas de influência, nomeadamente em África lusófona, e instrumentalizasse o seu papel de liderança e de potência no âmbito da cooperação Sul-Sul (MILANI, 2012; MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, 2016).

Segundo Nedilson Jorge (2011, p.118), além do relacionamento bilateral com cada um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP⁴), existe uma política externa brasileira muito relevante e muito clara para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP⁵), pois é nela que se consegue sistematizar políticas mais coesas em relação aos PALOPs.

No caso especial da Guiné-Bissau, os acordos de cooperação diplomática com o Brasil iniciaram em 1974 logo após o Brasil reconhecer a independência deste país africano, que culminou com a instalação da Embaixada brasileira no mesmo ano, em Bissau (JORGE, 2011).

Porém, desde sua independência, a Guiné-Bissau passou por constantes momentos de instabilidade política, sucessivos golpes de Estado, assassinato de políticos e militares, e assolado por tráfico internacional de drogas, o que colocou em causa o desenvolvimento econômico e social daquele país. Desta maneira, Thaíse Kemer (2017), observa que tais acontecimentos na Guiné-Bissau tiveram reflexos diretos e indiretos na sua relação de cooperação com o Brasil.

Ademais, se por um lado, as constantes crises e instabilidade política na Guiné-Bissau ilustram a fragilidade do país em estruturar sua economia e seu desenvolvimento sociopolítico, por outro lado, tais crises também podem ser motivos pelos quais o Brasil se posiciona para ajudar este país a consolidar sua estabilidade política e etc...

Por fim, pode-se afirmar que depois da destituição do governo Dilma Rousseff através do *Impeachment* durante o segundo mandato, em 2016, houve uma incerteza (não uma ruptura) nas relações entre o Brasil e a Guiné-Bissau, tendo em conta que os governos posteriores a Dilma Rousseff (governo de Michel Temer - 2016-2019 e governo de Jair Bolsonaro - 2019-????), afastaram da África e mudaram completamente a direção da política externa brasileira para os Estados Unidos da América, não mostrando efetivamente quaisquer interesses políticos e comerciais por países africanos.

⁴ Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

⁵ A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é composta por: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

CAPÍTULO 1

1. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E A POLÍTICA EXTERNA:

O presente capítulo irá apresentar uma abordagem teórica sobre as Relações Internacionais, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e suas modalidades. Ao longo do capítulo, pretendemos enfatizar as Políticas Externas do Brasil e da Guiné-Bissau, trazendo os principais elementos que as moldam. Portanto, dividimos este primeiro capítulo em três seções:

A primeira seção apresenta o conceito da Cooperação, dos principais preceitos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), assim como elucidação da diferença que existe entre a Cooperação Internacional e Ajuda Externa, que para muitos refletem a mesma coisa.

Na segunda seção, o objeto de análise é a Cooperação Sul-Sul. No qual pretendemos trazer à luz, a Cooperação Sul-Sul brasileira para África e em particular a Guiné-Bissau, fazendo uma breve comparação entre os três maiores países africanos de língua oficial Portuguesa (Angola Moçambique e Guiné-Bissau).

Já a terceira seção visa explicar sobre a Análise da Política Externa (APE) nas relações internacionais, e conseqüentemente, apresentar um resumo sobre a Política Externa Brasileira (PEB) e a Política Externa Bissau-guineense.

1.1. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).

Para o cientista político norte-americano Robert Keohane (1988), a *Cooperação* não é uma harmonia automática de interesses e nem deriva da mera existência de interesses mútuos, mas, ela exige ajustes ou alteração de padrões de comportamento às preferências reais ou esperadas de outros atores. Nesse sentido, o autor aborda que o conceito de "Cooperação" é nitidamente diferente da dicotomia harmonia e discórdia.

Desta maneira, a *Cooperação* "requer que as ações de indivíduos separados ou organizações, que não estão em harmonia pré-existente, sejam colocadas em conformidade

uns com os outros através de um processo de coordenação política" (KEOHANE, 1984, p.51; apud KEOHANE, 1988).

Segundo o Observatório Brasil e o Sul (OBS⁶), entende-se por Cooperação Internacional a disposição dos atores das relações internacionais em coordenar esforços em busca de um objetivo comum. Com isso, a chamada Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) refere-se aos projetos e programas que visam contribuir com o desenvolvimento dos países cooperantes, em bases não comerciais. De acordo com a mesma fonte, nas últimas décadas, o Brasil tem deixado de ser apenas o receptor e passou também a ser o prestador/doador de cooperação junto a países de diversas regiões, principalmente América Latina e África, tornando-se assim um ator relevante na Cooperação Sul-Sul.

Carlos Milani (2012), define a CID como um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais que promovessem a superação das contradições e desigualdades, geradores de assimetrias, inerentes ao sistema capitalista no plano internacional.

Para Souza (2014), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi fundamental na institucionalização da CID, ao determinar que os gastos militares; programas sociais e culturais, de natureza pontual, não podem ser contabilizados nos fluxos financeiros (que não geram obrigações de reembolso) remetidos aos países e territórios em desenvolvimento, que constam da lista de beneficiários do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)⁷ da OCDE.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) abrange ações coletivas em prol de um determinado modelo de desenvolvimento internacional, por intermédio de seguintes modalidades: a Cooperação Técnica Internacional (CTI); a Cooperação Financeira; a Cooperação Econômica; a Cooperação Cultural; a Cooperação Educacional; a Cooperação Científica e Assistência bilateral etc. (SOUZA, 2014). Neste contexto, a Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD), está contida em uma modalidade superior a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) segundo Iglesias Puente (2010), tem desempenhado há mais de meio século papel significativo e especial nas relações internacionais, tanto no plano bilateral quanto no multilateral. E, dentre suas modalidades,

⁶ Disponível em: <<http://obs.org.br/cooperacao>> Acesso 07/10/18

⁷ O Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) é uma organização multilateral inserida na OCDE, ligada às questões da cooperação para o desenvolvimento.

destaca-se a cooperação técnica, que representa parcela considerável do esforço global em prol do desenvolvimento.

De acordo com o autor, embora o discurso oficial dos países doadores tende a colocar ênfase nos motivos éticos, altruístas e humanitários. “Muitas vezes, há outras motivações, nem sempre admitidas, como interesses políticos, geoestratégicos e de segurança nacional, ou econômicos e comerciais” (IGLESIAS PUENTE, 2010, p.51).

Nisso, dentre as formas mais utilizadas e tradicionais de cooperação para o desenvolvimento que comprovam as motivações econômicas e comerciais dos doadores está a chamada “cooperação atada” (“*tied Aid*”), o modo pela qual os países doadores impõem, como pré-condição para a concessão da ajuda ou cooperação, a transferência dos recursos, produtos e serviços do país doador (IGLESIAS PUENTE, 2010).

Por essa razão, “alguns países do Sul preferem, por vezes, a cooperação para o desenvolvimento proveniente de organismos e agências multilaterais do que a ajuda bilateral, por entenderem aquela menos propensa ao comprometimento de sua autonomia do que esta” (IGLESIAS PUENTE, 2010, p.59).

De acordo com Desiderá et al., (2018, p.598), a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI), apresenta cerca de sete modalidades de cooperação a saber: “cooperação técnica; cooperação científica e tecnológica; cooperação educacional; cooperação humanitária; apoio e proteção a refugiados; operações de manutenção da paz; e gastos com organismos internacionais”.

No entanto, a cooperação técnica horizontal brasileira para a África, em especial nos países lusófonos daquele continente, teve desde o seu início, uma atenção especial, pois cerca de 94% dos projetos e 68,9% das atividades pontuais se concentram nos países africanos de língua oficial portuguesa (IGLESIAS PUENTE, 2010).

1.1.1. Cooperação Técnica Internacional:

Segundo a publicação do Observatório Brasil e o Sul (OBS⁸), a Cooperação Técnica Internacional consiste em projetos e programas realizados entre Governos em arranjos bilaterais ou multilaterais, estes projetos podem ser implementados por agentes governamentais e/ou não governamentais, visando à contribuição no desenvolvimento dos

⁸ Disponível em: <<http://obs.org.br/cooperacao/conteudo/79-tecnica>> Acesso dia 07/10/18

países cooperantes por meio do intercâmbio de conhecimentos e demais atividades de treinamento e construção de capacidades.

Assim sendo, os dados do IPEA e do Banco Mundial (2011), mostram que desde os anos 1950 o Brasil tem recebido ajuda ao desenvolvimento na forma de cooperação técnica e ainda “recebe assistência de doadores tradicionais, como a Alemanha, Japão, Estados Unidos e Espanha. Entre 2003 e 2010, foram implementados no país aproximadamente 1800 projetos com um orçamento total de US\$ 600 milhões de dólares” (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.35).

Por outro lado, o Brasil desempenha o duplo papel de recipiente e provedor de cooperação técnica, isto quer dizer que o país não perdeu seu papel de recipiente quando se tornou provedor de cooperação. De acordo com um relatório publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil recebeu US\$ dois bilhões de dólares em cooperação técnica entre 2001 e 2009, e forneceu cerca de US\$ 1,7 bilhão de dólares em assistência entre 2005 e 2009 (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011).

De acordo com Iara Leite e Eduarda Hamann (2012, p.1), desde 1970 o Brasil tem prestado a cooperação técnica a outros países em desenvolvimento. Entretanto, somente a partir de 2007 é que esta prestação “ganhou *volume* (em termos de recursos e números de atividades) e peso *político* enquanto ferramenta da política externa brasileira do Brasil”. Porém, em 2012, num conjunto de 80 países nos quais o Brasil presta cooperação técnica, com projetos e/ou atividades isoladas, 23 (quase 30% dos países) estão nas listas de países frágeis do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Dito isso, Leite e Hamann (2012, p.4) salientam que não há marco jurídico para a cooperação prestada pelo Brasil, por isso, o paliativo encontrado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC⁹) “para driblar os entraves legislativos é depositar os recursos em uma conta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que atua como intermediário”. Dessa forma, possibilita entre outras questões, o financiamento do envio de técnicos que não sejam servidores e, com isso, escapa-se da Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e pode contratar técnicos que não sejam servidores brasileiros (o que não é autorizado por lei).

⁹ A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é parte integrante do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Compete à ABC coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, seja em parceria com governos estrangeiros (de países desenvolvidos e em desenvolvimento) ou com organismos internacionais. Isto é, seja sob as vertentes bilateral, multilateral ou horizontal (BRASIL, 2004, p.11).

Segundo Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ao prestar cooperação técnica aos países em desenvolvimento, “o Brasil tem particular cuidado em atuar com base nos princípios do respeito à soberania e da não intervenção em assuntos internos de outras nações”. O Brasil, de acordo com documentos oficiais, provê cooperação técnica horizontal sem fins lucrativos e desvinculados de interesses comerciais, visando os êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros, sem imposições ou condicionalidades políticas (BRASIL, 2010, p.32).

Ainda de acordo com a perspectiva oficial do governo brasileiro, estes mecanismos de cooperação técnica horizontal “demonstram que é possível realizar atividades de elevado conteúdo socioeconômico mesmo em contextos desafiadores em termos políticos, econômicos ou sociais, desde que haja disposição e vontade política” (BRASIL, 2010, p.33).

De acordo com o IPEA e a ABC (2010), o Brasil opta mais pela cooperação bilateral em oposição a multilateral (aquela realizada por meio de organizações internacionais). A cooperação bilateral corresponde a 92% do volume total da cooperação técnica brasileira, distribuída de forma equilibrada entre os países recebedores, onde se pode destacar entre os parceiros, a Guiné-Bissau, que é o maior parceiro de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica (CTC&T) do Brasil, entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que recebe o equivalente a 6% do total de CTC&T, seguida por Moçambique e Angola (ambos com 4% cada) (BRASIL, 2010, p.35-36).

Lembrando que os países africanos de língua portuguesa receberam juntos 27% do volume dedicado à Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica. Destas, metade da cooperação técnica brasileira “realiza-se nas áreas de agricultura, saúde e educação, e, a outra metade, em atividades que abrangem áreas como capacitação profissionalizante para o desenvolvimento industrial, meio ambiente, segurança pública, administração pública, energia e indústria” (BRASIL, 2011, p.40).

Evidencia-se que no Brasil, as empresas privadas não são elegíveis para apresentar, isoladamente, propostas de projetos de cooperação técnica. Contudo, tais empresas podem participar de projetos de cooperação técnica internacional nos casos em que o produto da cooperação seja compartilhado com a sociedade, particularmente por intermédio de parcerias com instituições governamentais (BRASIL, 2004).

1.1.2. A Ajuda Externa e Cooperação Internacional:

O termo *Ajuda Externa* é utilizada para descrever fluxo de recursos, sejam técnicos, financeiros, humanos ou materiais, de um Estado para outro. Diferentemente da ideia de que a ajuda externa provenha do altruísmo, Black (1968) deixa claro que a política de ajuda externa (seja nas áreas econômica, política, militar e humanitária) está voltada ao atendimento de interesses nacionais, e não é mero ato de filantropia cega: “a ajuda externa não pode ser divorciada da política externa e do interesse nacional” (BLACK, 1968, p.23).

Para o diplomata guineense, Apolinário de Carvalho (2007, p.2), “a ajuda internacional deve ser encarada mais como um investimento, visando uma gama interesses próprios, e não como uma despesa filantrópica”. Segundo ele, alguns consideram a ajuda internacional, de forma errônea, como um mero ato de generosidade, ato de dar sem esperar ganhos.

Isso nos faz perceber que a “ajuda” pode ser usada não só por objetivos humanitários, mas também por diversas questões que incluem objetivos comerciais, diplomáticos, culturais e entre outros.

Portanto, para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE¹⁰), a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (*Oficial Development Assistance* - ODA), é definida como ajuda governamental destinada a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países em desenvolvimento. Nessa lógica, a ajuda pode ser fornecida bilateralmente, do país doador ao país destinatário, ou canalizada através de uma agência multilateral de desenvolvimento, como as Nações Unidas ou o Banco Mundial. Mas, para que tais assistências/financiamentos possam ser considerados e computados como “ajuda internacional” requer que sejam investidos pelo menos 25% do total a fundo perdido, excluindo empréstimos e créditos para fins militares (OCDE, 2019; SOUZA, 2014).

Desta forma, podemos considerar a ODA um ato político, uma vez que Ferreira (2014, p.39), salienta que “as organizações internacionais e os doadores exprimem frequentemente a ideia de que a ajuda ao desenvolvimento é um instrumento não apenas para a redução da pobreza, mas também para a resolução e prevenção de conflitos”.

¹⁰ A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) é definida como ajuda governamental destinada a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países em desenvolvimento. Empréstimos e créditos para fins militares são excluídos. A ajuda pode ser fornecida bilateralmente, do doador ao recipiente ou canalizada através de uma agência multilateral de desenvolvimento, como as Nações Unidas ou o Banco Mundial. O auxílio inclui subvenções, financiamento flexível (em que o elemento de ajuda corresponda pelo menos, a 25% do total) e a prestação de assistência técnica. (Tradução Nossa). Disponível em: <<https://data.oecd.org/oda/net-oda.htm>> Acesso dia 20/05/19.

Assim, Morgenthau (1962, p.309), quer mostrar que a ajuda externa pode, de fato, desempenhar uma função política quando opera dentro de um contexto político, considerando que uma política de ajuda externa não é diferente da política diplomática ou militar ou propaganda. Segundo ele, “são todas armas no arsenal político da nação”.

Na análise deste autor, a suposição de que a ajuda externa é um instrumento de política externa é objeto de controvérsia. Pois, por um lado, alguns defendem que a ajuda externa é o cumprimento de uma obrigação das poucas nações ricas em relação às muitas pobres, ou seja, que a ajuda externa é um fim em si mesmo, carregando sua própria justificativa, ambos transcendendo e independente da política externa. Por outro lado, muitos não veem nenhuma justificativa para uma política de ajuda externa (MORGENTHAU, 1962).

Diferentemente de Ajuda Externa, onde são alocados nos governos de outros países apenas cerca de 25% a fundo perdido, a Cooperação Internacional permite que os recursos possam ser investidos até sua totalidade (100%) a fundo perdido nos países receptores. Como o caso do Brasil que investe a totalidade de seus recursos de cooperação técnica a fundo perdido, nos países parceiros (IPEA, 2010).

Nessa lógica, Keohane e Axelrod (1985) subscrevem que a Cooperação Internacional não depende necessariamente de altruísmo, idealismo, honra pessoal, propósitos comuns, normas internalizadas, ou uma crença compartilhada em um conjunto de valores incorporados em uma cultura. Isso significa que, “a cooperação ocorre quando os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou antecipadas dos outros” (KEOHANE; AXELROD 1985, p.226).

Nessa consonância, propõe-se mostrar que o conceito de *Ajuda* ou *assistência*, é tradicionalmente ligado aos países desenvolvidos, destinados aos países do Sul em lugar de *cooperação*. Porém, ao contrário de *assistência*, a *cooperação* implica uma relação de benefícios mútuos, horizontalidade e etc (SOUZA, 2014).

Desta forma, Apolinário de Carvalho (2007, p.2), lembra que a *cooperação* hoje “abarca vários assuntos, como a solidarização, troca de conhecimento, solução de impasses e o crescimento das nações”. Portanto a cooperação não deve ser vista como um ato de caridade ou gasto por parte dos doadores, mas, sim, ela deve ser compreendida como um investimento de interesses.

1.1.3. As concepções sobre Política Externa e a Política doméstica:

Ao longo de décadas, uma das principais questões que tem mobilizado tensos e contrários debates entre os realistas neoclássicos e as correntes liberais ou pluralistas, nas disciplinas de Relações Internacionais e Ciência Política, diz respeito à existência ou não da fronteira entre a política externa e a política doméstica. Pois durante maior parte do século XX, a política externa foi concebida, de forma incontestável, como um campo totalmente separado da política interna.

A corrente Realista da teoria das Relações Internacionais, considera o Estado como o ator central e unitário das relações internacionais, nesse sentido, um ator racional que visa defender o interesse nacional no nível internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; JACKSON; SORENSEN, 2007, p.103). Portanto, essa concepção coloca o Estado como o elemento principal na condução da política externa do país, considerando “que o que ocorre dentro dos Estados não é relevante para a análise das relações internacionais”. “De forma geral, os realistas tomam o Estado como uma *caixa preta* e o encaixam dentro do que chamam de modelo da *bola de bilhar*” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.24-25).

Neste contexto, JACKSON e SORENSEN (2007, p.113), afirmam que Hans J. Morgenthau considerado o principal realista neoclássico do século XX, também acredita que há uma moral para esfera privada e outra bem diferente para pública, nesse contexto a condução da política externa se difere totalmente da política doméstica. Por outro lado, o autor afirma que “a política internacional não pode ser reduzida a regras e instituições legais, ela opera dentro da moldura de tais regras e por meio da instrumentalidade de tais instituições” (MORGENTHAU, 2003, p.31). Dessa forma, o autor salienta que,

A política interna e a política internacional nada mais são do que duas manifestações diferentes do mesmo fenômeno: a luta pelo poder. Suas manifestações diferem em dois aspectos distintos porque, em cada uma delas, prevalecem diferentes condições morais, políticas e sociais (MORGENTHAU, 2003, p.87).

Ainda, Hans Morgenthau (2003, p.88) realça que a diferença, a esse respeito, entre o que ocorre na política nacional e na política internacional é de grau e não de qualidade. Porque segundo ele, “uma diretriz política sempre busca conservar o poder, aumentá-lo ou demonstrá-lo”.

Segundo Robert Jackson e Georg Sorensen (2007, p.113), para o principal pensador neorrealista contemporâneo - Kenneth Waltz (1979), diferentemente do Morgenthau (1985), não descreve a natureza humana e ignora a ética da política para apresentar uma explicação científica do sistema político internacional. Para os referidos autores, o realismo estrutural de Kenneth Waltz alega a existência de um abismo entre o interno e o externo, negando inclusive a influência do domínio doméstico em relação a este último.

No entanto, ao desenvolver uma teoria mais rigorosa de política internacional na década de 1970, Waltz, considera que o que distingue a política externa da interna é o fato de o primeiro constituir-se num sistema de Estados que interagem, e por uma estrutura anárquica. “Ao conceber um sistema político internacional formado por uma estrutura, a teoria neorrealista introduz uma mudança metodológica fundamental no estudo das Relações Internacionais (R.I.)” (LEITE P., 2011, p.18; JACKSON; SORENSEN, 2007).

Por outro lado, é nessa perspectiva que durante a década de 1980, as correntes liberais e pluralistas de Relações Internacionais acabaram por comprovar que as duas consideradas esferas políticas jamais estiveram desembaraçadas e nunca deixaram de estar imbricadas, ou seja, a política externa é também política interna (ALLISON, 1969).

Conforme Letícia Pinheiro e Mónica Salomón (2013), foi exatamente nesse contexto de debate intelectual ocorridos nas décadas de 1950 e 1960, é que emergiu a Análise de Política Externa (APE) como ferramenta ou subdisciplina de Relações Internacionais, cujo principal objetivo foi estudar e demonstrar a partir do uso de variáveis domésticas de análise, a inseparabilidade entre a política externa e a política doméstica.

Nessa lógica, viu-se que depois das contribuições de Harold Sprout e Margaret Sprout (1956) e de James Rosenau (1966), o trabalho de Graham Allison "*Conceptual models and the Cuban missile crisis*" (1969) e posteriormente, "*Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*" publicado em 1971 pelo autor, é considerado “uma das obras pioneiras a contestar com argumentos contundentes e sistemáticos o insulamento da política externa em relação à política doméstica ou as políticas públicas” (M'BUNDE, 2018, p.39; PINHEIRO; MILANI, 2011).

Ao analisar a crise dos mísseis Cubanos ocorrida em 1962, que envolveu os Estados Unidos de América e a ex-União Soviética no contexto da Guerra Fria, Allison (1969), mostra a importância que a dimensão da política doméstica teve em todo o processo decisório em torno dessa crise, considerada como uma questão da política externa. Diante deste fato, Allison (1969) desenvolveu três modelos conceituais de tomada de decisões sobre a política

externa: o de política/ator racional; o de processo organizacional e o de política burocrática (governamental).

No primeiro modelo, o autor trata os Estados ou governos como atores racionais e agentes fazedores de decisões, e explica que as ações e decisões dos Estados são planejadas de forma racional, baseadas no cálculo de maximização de vantagens (Realismo e Utilitarismo) (ALLISON, 1969). Já o segundo modelo, o de comportamento ou processo organizacional, baseia-se nas ideias que partem da premissa de que as ações da política externa dos governos são produtos de processo organizacional de diferentes departamentos dos próprios governos, ou seja, que o processo da tomada de decisão não parte apenas dos chefes de Estado, pois passa por uma estrutura complexa de entidades e o comportamento dos indivíduos precisa ser bastante coordenado para um melhor desempenho das ações (Burocracia política) (ALLISON, 1969).

Por sua vez, o terceiro modelo, o de política burocrática, o autor sustenta que a política externa dos governos é reflexo de negociação entre o governo e outros atores domésticos, cujos interesses e objetivos são geralmente diferentes. Isto quer dizer que neste modelo, o Estado não é o ator unitário e, que há vários *players* (jogadores) nos diversos contextos intranacionais (ALLISON, 1969).

Entretanto, o autor considera úteis todos os três níveis de análise, embora que ele afiança que o segundo e o terceiro modelos provêm maiores explicações aos analistas, pois ambos estão centrados na análise de negociação do governo com seus departamentos e com atores não estatais.

Além do trabalho de Allison (1969), alguns autores como Timóteo M'BUNDE (2018, p.41), consideram a obra do historiador inglês, Christopher Hill (*The Changing Politics of Foreign Policy*, 2003) como uma das obras mais importantes e impactantes de toda essa discussão sobre a não separação da política externa da política doméstica, contribuindo de maneira significativa para destacar que as teorias realistas e neorrealistas eram insuficientes para explicar a política externa. Pois, considerando a multiplicidade de atores domésticos, como ONGs e as empresas multinacionais que se interessam pela política externa e que agem no âmbito internacional, a política externa não poderia ser exclusivamente uma matéria dos Estados, ainda que eles fossem os principais atores.

No entanto, “ao reconhecer a centralidade do Estado nas atuais relações internacionais, é importante recordar que não se trata de um ator unitário nem homogêneo”, pois há diversos grupos de pressão, empresas, movimentos e organizações sociais, entre outros, que disputam

seu espaço e nele a definição de uma política externa que refletirá as relações e negociações entre esses autores (ECHART MUÑOZ, 2017, p.394).

Para Patrícia Leite (2011, p.21), ao longo da década de 70, a natureza do sistema internacional, particularmente no campo da economia política, havia mudado. “Para compreender essa transição, as premissas realistas e neorrealistas mostravam-se insuficientes”. Assim sendo, o jogo de dois níveis revela-se complexo, pois segundo Robert Putnam (2010), qualquer jogador-chave no tabuleiro internacional que estiver insatisfeito com o resultado pode desorganizar o andamento do jogo e, em contrapartida, o jogador doméstico que deixe de satisfazer suas bases no nível nacional pode ser removido de seu assento.

1.2. Cooperação Sul-Sul.

Na literatura moderna, existem diferentes conceitos sobre a Cooperação Sul-Sul (CSS). Para alguns estudiosos como Iara Leite (2012), o termo “Cooperação Sul-Sul” (CSS), geralmente refere-se a um amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento.

Segundo a autora, estes fenômenos são: “formação de coalizões de geometrias múltiplas, barganha coletiva em negociações multilaterais, arranjos regionais de integração, assistência para o desenvolvimento, intercâmbio de políticas, fluxo de comércio e de investimentos privados etc” (LEITE, 2012, p.1).

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2016), a Cooperação Sul-Sul é uma modalidade de Cooperação Técnica Internacional, ou seja, uma modalidade da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), que se dá entre países em desenvolvimento do Hemisfério Sul. Diferenciando assim da relação Norte-Sul, (onde países desenvolvidos do Hemisfério Norte colaboram com países em desenvolvimento do Hemisfério Sul).

Segundo Enara E. Muñoz (2016),

A Cooperação Sul-Sul (CSS) se apresenta como uma forma de apoio ao desenvolvimento, de criação ou fortalecimento de laços políticos, econômicos ou culturais, de negociação quanto a um maior protagonismo internacional e ainda como uma fonte de *soft power* e de credibilidade no cenário global. As modalidades que essa cooperação adota são variadas (cooperação técnica, ajuda humanitária, contribuições a fundos multilaterais, operações de paz, etc.). Além da dimensão bilateral, está ganhando peso a

cooperação trilateral, com a parceria entre diversos países do Sul, do Norte (Estados Unidos, Japão, Inglaterra, etc.), e organismos internacionais (Programa Mundial de Alimentos, Organização das Nações Unidas para a Alimentação, entre outros) (ECHART MUÑOZ, 2016, p.9).

De certa forma, as relações Sul-Sul possuem características próprias e também têm a horizontalidade como um fator relevante, na qual não há condicionalidades na relação e englobam recompensas de várias naturezas, materiais ou não; diretas ou indiretas (LEITE, 2012). Conforme evidenciado pela Organização das Nações Unidas¹¹(ONU, 2019),

A Cooperação Sul-Sul se refere à cooperação técnica entre países em desenvolvimento no Sul Global. É uma ferramenta usada por Estados, organizações internacionais, acadêmicos, sociedade civil e setor privado para colaborar e compartilhar conhecimento, habilidades e iniciativas de sucesso em áreas específicas, como desenvolvimento agrícola, direitos humanos, urbanização, saúde, mudança climática etc (ONU, 2019, 19/03/19).

Ainda, conforme esta organização, o que é conhecido hoje como Cooperação Sul-Sul, foi adotado formalmente em 1978, na Argentina, por 138 Estados-membros da ONU, decorrente da adoção do Plano de Ação de Buenos Aires para Promoção e Implementação de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Nesse sentido, o plano estabeleceu um esquema de colaboração entre países menos desenvolvidos, localizados principalmente no sul do planeta (ONU, 2019; LEITE 2012, p.17).

Lembrando que diferente da Cooperação Sul-Sul, a Cooperação Norte-Sul é o tipo mais tradicional de cooperação, ela acontece quando um país desenvolvido apoia economicamente, ou com outro tipo de recursos, um Estado menos favorecido. E por outro lado, existe a Cooperação Triangular, que envolve três atores, dois do Sul e um do Norte. O ator do Norte, que também pode ser uma organização internacional, fornece os recursos financeiros para que países do Sul possam trocar assistência técnica em um tópico específico (ONU, 2019).

Iara Leite (2012), aponta que ainda no contexto da Guerra Fria, os países do chamado “Sul global¹²” passaram a ser vistos e tratados como parte de um grupo específico, cujo objetivo comum seria a promoção do seu desenvolvimento.

¹¹ ONU Brasil, <<https://nacoesunidas.org/o-que-e-cooperacao-sul-sul-e-por-que-ela-importa/>> Acesso dia 11/05/19.

¹² O Sul global é uma designação dada ao conjunto de todos os países de renda média ou baixa (países em desenvolvimento), sejam eles localizados no hemisfério Sul ou Norte. A maioria se constitui de países africanos, latino-americanos e asiáticos. É um grupo heterogêneo, com uma miríade de culturas, histórias, línguas e

Por conseguinte, a criação e o desenvolvimento da chamada “Cooperação Sul-Sul” foi marcada por seguintes acontecimentos que cimentaram sua consolidação:

a) a “Conferência de Bandung¹³” de 1955, em Indonésia, que foi primeira Conferência Afro-Asiática a ser realizada sem a presença de representantes dos EUA, URSS e Europa para discutir não somente a questão da descolonização, mas também, debater assuntos econômicos, políticos e culturais comuns;

b) a constituição do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) na Conferência de Belgrado, Sérvia, em 1961, que marcou a convergência entre os países do Sul global, sobre a defesa de suas autonomias;

c) a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964, Genebra, Suíça, onde foi anexado à agenda da Cooperação Sul-Sul, o consenso em torno do comércio internacional como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico (LEITE, 2012; MILANI; CARVALHO, 2013). Nisso, os países latino-americanos se juntaram aos asiáticos e africanos para formar o Grupo dos 77 (G-77) visando à promoção de interesses econômicos coletivos de seus membros e criar uma maior capacidade de negociação conjunta na ONU;

d) em 1978, em Buenos Aires, Argentina, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) organizou a Conferência sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), que reuniu delegações de mais de 138 países. Na referida conferência, foi adotada por consenso, o plano de ação para promover e implementar a Cooperação Técnica por intermédio dos países em desenvolvimento (LEITE, 2012; MILANI; CARVALHO, 2013).

Apesar destes avanços ocorridos nos primeiros momentos da relação Sul-Sul, a década de 1980 e boa parte de anos 90, foi atribuído por vários analistas como uma fase de desmobilização da CSS, devido ao retrocesso nas taxas de crescimento em boa parte dos países do Sul; a crise da dívida externa; a transição democrática nos países latino-americanos; um novo modelo de desenvolvimento, focado no ajuste neoliberal que acabou levando os

identidades diferentes. As nações que mais se destacam no Sul global são os países emergentes, também chamados globalizadores do século XXI, entre outras denominações (AYLLÓN, 2014 apud RIDDERBUSCH, 2018, p.9).

¹³ A “Conferência de Bandung” ocorreu na cidade de Bandung, Indonésia, entre dias 18 e 24 de abril de 1955. Este encontro reuniu os líderes de 29 Estados africanos, asiáticos e do Oriente Médio: Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia (atual Mianmar), Camboja, Ceilão (atual Sri Lanka), República Popular da China, Costa do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Iêmen. Iraque, Irã, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnã (Norte), Síria, Sudão, Tailândia, Turquia e Vietnã do – Sul (M’BUNDE, 2018, p.46-47).

países do Sul a competir pela recepção de investimento estrangeiro direto, deixando de lado o consenso de mobilização conjunta pela reforma da ordem econômica mundial que a CSS propunha durante décadas; e por último, a queda da União Soviética - URSS (LEITE, 2012; MILANI; CARVALHO, 2013).

Percebe-se que desde o fim da segunda guerra mundial aos dias de hoje, a Cooperação Sul-Sul passou por diferentes estágios e evoluiu historicamente a partir de uma ampla gama de modalidades tanto em termos setoriais (técnica, econômica, política) assim como geométricos (bilateral, trilateral, regional, multilateral), tendo como o ponto mais alto, no começo do novo século, pois as agendas de Política Externa de muitos países em desenvolvimento integram, hoje, estratégias de cooperação sul-sul (LOPES, 2010).

Segundo Iara Leite (2012), a partir de 2003, houve um ressurgimento e ampliação sem precedentes da Cooperação Sul-Sul. Sobretudo, o quando da união das potências emergentes, como o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e o surgimento do grupo Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS) em 2006.

Desta maneira, a Cooperação Sul-Sul também passou a ser integrada por agências de cooperação dos países desenvolvidos como pilar fundamental de atuação no que concerne na chamada “cooperação triangular”, que envolve a transferência de “boas práticas” de um país em desenvolvimento para outro país em desenvolvimento, com o apoio de um país desenvolvido.

Durante a década de 2000, o Brasil utilizou a Cooperação Sul-Sul como um importante instrumento de política externa, para enfrentar os problemas de crescimento e desenvolvimento do país, além de expandir as relações comerciais do Brasil com os países em desenvolvimento, sobretudo os países africanos, onde o Brasil teria condições de maximizar suas vantagens comparativas (LEITE; CAVALCANTE, 2016; LIMA, 2005; SARAIVA M., 2007; UNFPA, 2016; ECHART MUÑOZ, 2016).

Segundo Maria do Carmo Santos (2017, p.205) Itamaraty já “tem declarado em diversas oportunidades, inclusive em seu relatório de balanço, a importância da Cooperação Sul-Sul como um instrumento da política externa brasileira”.

De acordo com isso, pode-se afirmar que:

O governo brasileiro usa a cooperação Sul-Sul não apenas para estreitar laços com parceiros históricos, mas também como forma de projetar sua influência e avançar interesses políticos, econômicos e de defesa. Portanto, não se restringindo a apenas atender a demandas de outros governos e instituições, a política externa brasileira utiliza a cooperação Sul-Sul de

modo instrumental, com o propósito de projetar influência do Brasil no exterior, criar novas oportunidades econômicas e parcerias políticas, e fortalecer a segurança nacional pela cooperação com países menos desenvolvidos, inclusive na área de defesa (ABDENUR; NETO, 2014, p. 215 apud BRUM, 2018, p.23).

Portanto, os principais setores nos quais a atuação brasileira na CSS está mais presente são: agricultura, administração pública, saúde e educação (além de defesa). De acordo com Enara Muñoz (2016, p.9), “nessas áreas, o Brasil acumulou experiências que deram importantes resultados no âmbito doméstico, as quais se tornaram referências internacionais e podem ser compartilhadas e aplicadas em países com problemas semelhantes de desenvolvimento”.

Mas, tecendo críticas à Cooperação Sul-Sul, Enara Muñoz (2017, p.408), afirma que os atores sociais são excluídos nos debates que tangem esta modalidade de cooperação, “todavia fortemente vinculada a uma política externa que se define como esfera exclusiva dos Estados. Assim, as associações público-privadas conseguiram “livrar-se” de uma sociedade civil potencialmente incômoda”.

Nesse sentido, parece que a teoria realista foi mais longe, por afirmar que não existe o espírito de uma verdadeira cooperação, mas, sim, relações temporárias para formar alianças ou um contrapeso ao poder hegemônico, o que levou Jolien Ridderbusch (2018, p.18), a assegurar que “CSS é usada pelos subcentros como uma maneira de adquirir mais poder e influência no mundo, parecendo mais se aproveitar dos que são mais frágeis do que uma atitude solidária”.

Por outro lado, Rafael Camargo Lima (2015, p.372), assevera que “nos últimos anos, o Itamaraty tem perdido seu monopólio nas ações internacionais. Agências governamentais e outros ministérios têm tido cada vez mais setores destinados à ação externa”. Observando diversas agências domésticas, estatais e ministérios passaram a ter ação internacional significativa nesse campo. Organizações como Embrapa, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), SENAI e SENAC tiveram atuações internacionais inéditas no campo da cooperação técnica, principalmente com países africanos (LIMA R., 2015, p.373).

No caso da Guiné-Bissau, não existe um mecanismo efetivo que mede ou quantifique recursos econômicos utilizados nos projetos de cooperação técnica. Como salienta André Souza (2014), na teoria realista de Relações Internacionais as informações existentes são limitadas e fundamentam-se mais em aproximações que em cálculos confiáveis. O autor ainda afirma que “poucos países em desenvolvimento possuem sistemas de cálculo e quantificação

dos recursos de cooperação ofertados por suas instituições públicas”. Já o Brasil conta com a articulação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) pela qual gera um sistema de cálculo e informação centralizado (SOUZA, 2014, p.78).

1.2.1. A Cooperação brasileira para África no âmbito da cooperação Sul-Sul.

De acordo com Julia Vilas-Boas (2011), o Brasil estabeleceu suas relações com a África antes mesmo que o Brasil se firmasse como um Estado, ainda à margem do império português, ou seja, desde o período da escravidão. Porém, a África ficou no esquecimento por parte do Brasil por um longo período de tempo, após o fim da escravidão e que o diálogo brasileiro com a África só aconteceu nas vésperas das independências dos países africanos.

Considerando que desde o início do novo milênio, o continente africano vem superando o drama histórico de conflitos internos, considerada uma das causas imediatas da pobreza no continente. Para Flávio Sombra Saraiva (2015, p.29), alguns relatórios sobre os conflitos na África, mostram que cerca de US\$ 284 bilhões de dólares foram usados para a reconstrução do continente em razão dos conflitos armados entre 1990 e 2005, o que corresponde aproximadamente ao valor de total de ajuda financeira internacional recebida pela África no mesmo período (SARAIVA, 2015, p.29).

Segundo o autor, a África é a senhora de recursos minerais globais, é “fonte de cobiça por 66% do diamante do mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita, 15% do zinco e de 10% a 15% do petróleo”. Porém, o autor afirma que apesar de a África guardar em seu subsolo, mais de trinta tipos de recursos minerais do mundo, ela só participa de 2% do comércio mundial destes minerais, e possui apenas 1% da produção industrial global sobre estes recursos (SARAIVA, 2015, p.29).

Para Paulo Visentini e Analucia Prereira (2008, p.7), apesar de alguns problemas, a África é um dos territórios adequados aos investimentos das empresas brasileiras, ao mesmo tempo em que, “é uma das poucas fronteiras naturais ainda abertas para a expansão de negócios em setores como petróleo, gás e mineração e palco de uma disputa global por acesso a matérias-primas cada vez mais escassas e demandadas”.

Mas, quando refletimos sobre a aproximação política e econômica do Brasil para com os então chamados “países do terceiro mundo” na década de 1950, a África não era considerada elemento prioritário das diretrizes de política externa brasileira do período

(GOULART, 2014, p.8). No entanto, a África só começou a ganhar ênfase na agenda da política externa brasileira quando Jânio Quadros assumiu o poder no Brasil em 1961 e ter implementado a sua Política Externa Independente (PEI), que visava atuar na África através de abordagens diplomáticas, econômicas e sociais (VIZENTINI, 2003).

A partir de então, as relações entre Brasil-África e nomeadamente com a Guiné-Bissau, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990 se deram de maneira gradual, conforme o foco da política externa brasileira dos governos da época. De forma inédita, o governo Lula da Silva (2003-2011) fez o Brasil expandir significativamente suas relações externas junto aos países africanos (com a abertura de novas embaixadas em países que tradicionalmente o Brasil não possui relações de amizade), e fortalecer sua cooperação econômica e diplomática com países amigos, nomeadamente os de língua oficial portuguesa (MELO, 2010).

No entanto, entre diversas modalidades de cooperação internacional bilateral e multilateral, entre elas: a cooperação econômica, financeira, técnica, humanitária, científica, militar e etc., a Cooperação Técnica era considerada um dos pilares fundamentais na integração Brasil-África. Conforme destaca Patrícia Leite (2011),

Além da vantagem de serem menos onerosas aos cofres públicos, as ações de cooperação técnica foram priorizadas, tendo em vista a projeção do ideal de cooperação horizontal. Não se tratava de ajuda assistencialista, mas de transferência de saber do Brasil aos países africanos, permitindo a estes desenvolverem-se em bases estáveis, autônomas e mais dignas, sem a imposição de condicionalidades. Ao reforçar a comunhão de interesses e desfazer noção puramente comercial nas ações do país na África, a cooperação passou a ser considerada “instrumento fundamental para a política externa brasileira” (LEITE P., 2011, p.181).

Na concepção da autora, em vez da concessão de créditos para a intensificação das trocas comerciais, a cooperação técnica foi eleita como alternativa mais viável de presença brasileira na região, devido às condições inerentes às economias dos países africanos [...] (LEITE P., 2011, p.184).

Durante o governo Lula da Silva, a África se tornou a prioridade do governo brasileiro em termos de número e valor de projetos internacionais da cooperação Sul-Sul, considerando que em 2010, 60% dos projetos de desenvolvimento internacional do Brasil, administrados pela ABC, eram destinados a países africanos, totalizando mais de US\$ 22 milhões de dólares (BRASIL, 2011; LEITE; CAVALCANTE, 2016).

Ao todo, o Brasil sustentou projetos de Cooperação Técnica com 38 países africanos, sendo os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) os principais parceiros do continente, com 74% dos recursos destinados a toda a África (ACIOLY; MORAES, 2011).

Também, durante o governo Lula da Silva, as relações econômicas do Brasil com a África cresceram sem precedentes, de cerca de US\$ quatro bilhões de dólares para US\$ 20 bilhões de dólares entre 2000 e 2010, criando assim “um ambiente propício para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançasse e implementasse medidas voltadas para a promoção do comércio entre as duas regiões com base em empréstimos brasileiros” (BRASIL, 2011, p.7).

Segundo Paulo Visentini e Analucia Pereira (2008, p.5), enquanto a oposição acusava o governo Lula de “desperdiçar dinheiro com um continente sem futuro”, as empresas brasileiras ganhavam espaço e consolidavam sua presença, sobretudo a Petrobrás. Visando que se a penetração chinesa e, mais recentemente, indiana visa a objetivos econômicos, ainda que contribuindo para a construção de obras de infraestrutura, e a recente presença norte-americana se preocupa com questões geopolíticas e de segurança, a cooperação com o Brasil neste caso, não fugiu desses interesses econômicos.

Lembrando que o primeiro contato entre o Brasil e o continente africano foi no século XVI, quando os primeiros africanos escravizados chegaram ao Brasil em 1538 para trabalho forçado nos engenhos de cana-de-açúcar e nas minas e plantações de café, durante a colonização portuguesa (BRASIL, 2011). Depois de três séculos e meio de escravidão, o Brasil aboliu em 1888, a prática de escravatura e desta forma, a relação Brasil-África perdeu seu principal elo no momento. E, assim, houve um afastamento, ajudado pela expansão imperialista¹⁴ europeia na África e que o Brasil também queria tornar-se moderno e ocidental (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

Portanto, até meados do século XX a África aparecia apenas em discursos, e não em relações práticas, porque parcialmente a Política Externa Brasileira (PEB) focava mais na região norte-americana e um pouco na América Latina (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

¹⁴ No entanto, quando os países africanos colonizados pelo Portugal tratavam da descolonização na ONU, o Brasil geralmente votou contra ou se absteve da votação. Isso porque o Tratado de Amizade e Consulta assinado em 1953, entre o Portugal e o Brasil, era para institucionalizar a aliança e harmonizar as políticas externas, foi usado por Portugal para pressionar o Brasil a não apoiar a descolonização dos países africanos. Porém isso só mudou em 1960, na XV Assembleia Geral da ONU, quando o Brasil começou a defender a independência das colônias africanas (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

Conforme mencionamos anteriormente, foi a partir dos anos 1960 é que o Brasil passou a se interessar mais sobre a África, quando o então presidente Jânio Quadros (1961) e continuado pelo governo de João Goulart (1961-1964), adota uma Política Externa Independente (PEI), isto é, sem alinhamento automático do Brasil aos EUA. No entanto, a política externa brasileira sofreu uma reestruturação em 1964, quando ocorreu o golpe militar. O primeiro governo do regime militar, Castello Branco (1964-1967) procurou estabelecer um alinhamento automático com os EUA e com o Ocidente, diminuindo assim a aproximação brasileira da África, principalmente as ex-colônias do Portugal (DELGADO, 2018, p.36; BRASIL, 2011).

Durante o governo Costa e Silva (1967-1969), foram reformuladas as diretrizes fundamentais da política externa brasileira, este governo procurou se pautar na diplomacia da prosperidade e na busca de novos mercados para desenvolver o país, retomando os contatos com os países do Sul global. Portanto, no governo Médici (1969-1974), o Brasil passou a prover a cooperação técnica aos países em desenvolvimento, e o país celebrou alguns acordos de cooperação técnica com alguns países africanos (DELGADO, 2018, p.36).

Peculiarmente foi durante o governo Médici, o mais repressivo da ditadura militar, que o Brasil se aproximou novamente da África e assim começou a ter uma nova política africana. A explicação é que, nesse período, o Brasil passava pelo que hoje é conhecido como o milagre econômico, o que significa que havia um foco no crescimento da economia e indústria brasileira, que, cada vez maior, precisava de cada vez mais mercados e matérias-primas, principalmente petróleo, e a África servia para ambos (RIDDERBUSCH, 2018, p.22).

Porém, as relações com a África se intensificaram no Governo Geisel (1974-1979), quando o Brasil reconheceu a independência da Guiné-Bissau em 1974 e de Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em 1975. E, passou a assinar inúmeros acordos de cooperação técnica e econômica em diversas áreas (RIDDERBUSCH, 2018; DELGADO, 2018, p.36).

Contudo, durante o governo de João Figueiredo (1979-1985), o Brasil passou por grave crise econômica (marcada por hiperinflação e estagnação econômica, com isso, a economia brasileira viveu uma década de grave crise econômica, conhecida por “década perdida”) e ao mesmo tempo, o continente africano também passava por crise econômica interna e de dívida externa junto ao FMI e Banco Mundial, o que motivou uma retração nas relações comerciais entre o Brasil e a África. Mas, por outro lado, ocorreu uma aproximação política, pois Figueiredo ampliou as representações diplomáticas junto ao continente, abrindo mais de vinte embaixadas (DELGADO, 2018, p.37; BRASIL, 2011).

Portanto, em 1984, devido à mobilização popular contra a ditadura militar no Brasil, que contou com vários fatores, (entre eles, o movimento pelas eleições diretas, conhecidos por “Diretas Já”) põe o fim ao regime dos governos militares. Assim sendo, a transição para a democracia com o governo de José Sarney¹⁵ (1985-1990) não evitou abalos na PEB e nas suas relações econômicas. Entre outros, o Brasil foi obrigado a adequar as regras voltadas para a liberalização do comércio, impostas pela política externa do governo norte-americano (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Mesmo com a democratização, as relações do Brasil com a África não foram aprofundadas, não havia sequer uma política específica para este continente. Porém, em 1986 foi criada a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), um fórum de integração e colaboração regional que tem como objetivo evitar a proliferação de armas nucleares, reduzir a presença militar de países fora da organização (RIDDERBUSCH, 2018; DELGADO, 2018; SARAIVA, 2015).

Também, verifica-se que apesar da estagnação da Cooperação Sul-Sul brasileira da década de 1980, foi criada a Agência Brasileira de Cooperação em setembro de 1987, por meio do Decreto Nº 94.973, como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), por isso, a chancelaria brasileira era a instituição central da cooperação técnica brasileira. Em 2012, a ABC passou a ser um órgão autônomo dentro do MRE, com competências de: planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento (ABC, 2019). Assim, conforme o sítio da ABC na internet,

A ABC, acumula a realização de mais de sete mil projetos de cooperação técnica a 108 países da América Latina, Ásia, África, Europa e Oceania com participação de mais de 124 instituições brasileiras reconhecidas por sua excelência. Os principais projetos da cooperação do Brasil desenvolvem-se em áreas como administração pública, agricultura familiar, temas urbanos, ciência e tecnologia, cultura, defesa, desenvolvimento social, educação e alimentação escolar, indústria e comércio, justiça, meio ambiente, energia, pecuária, pesca, planejamento, saúde, segurança pública, trabalho e emprego (ABC, 2019).

¹⁵ José Sarney era vice-presidente que se tornou presidente devido à morte de Tancredo Neves, o candidato eleito em eleições de janeiro de 1985, pelo voto indireto, por um colégio eleitoral, que veio a falecer em abril de 1985 antes de assumir o governo.

No entanto, durante o governo de Fernando Collor de Mello¹⁶ (1990-1992), o Brasil priorizou o alinhamento com os EUA e, por isso, ocorreu maior distanciamento da PEB em relação à África, o que foi ainda mais perceptível com a criação do MERCOSUL em 1991, quando o governo passou a focar mais na sub-região. Por outro lado, Fernando Collor queria remover a imagem terceiro-mundista e criar um Brasil moderno, por isso, a relação com os parceiros era seletiva. Por conta do impedimento (impeachment) de Collor, Itamar Franco (1992-1994) assumiu a presidência interinamente e tentou uma aproximação com a África, reativando a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS (VISENTINI; PEREIRA, 2008; DELGADO, 2018).

Mas, o Brasil durante os anos de 1990 sofreu com vários problemas econômicos que afetaram as suas relações comerciais e prejudicou suas relações externas com a África e outros Estados. Considera-se que o início da década de 1990 marcou o maior declínio no interesse do Brasil pela África desde anos 1960 (RIDDERBUSCH, 2018; DELGADO, 2018).

Também, durante o governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), não houve a mudanças significativas na agenda da PEB em relação à África, o distanciamento se manteve por causa da crise econômico-monetária no Brasil e por conta da sua política externa, no modelo denominado “autonomia pela integração”, no qual Tullo Vigevani, Oliveira e Cintra (2003, p.37), apontam que o governo de Cardoso buscava uma agenda proativa, na qual o país visava ampliar o poder de controle sobre o seu destino, onde a PEB contribuiria para a resolução da agenda interna e na superação de problemas sociais.

Por outro lado, o continente africano estava no mesmo momento, passando por diversas crises políticas e econômicas. Nesse período, diminuiu bastante o fluxo comercial e várias representações diplomáticas brasileiras foram fechadas no continente africano, por questões orçamentárias. Além disso, a PEB demasiadamente seletiva aos países africanos com quais se relacionaria, isto quer dizer, seriam apenas os países que apresentavam as maiores vantagens para o Brasil, por isso, as relações com Angola, África do Sul e Nigéria foram fortalecidas (VISENTINI; PEREIRA, 2008; RIDDERBUSCH, 2018).

Diferentemente dos governos anteriores, a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder no Brasil (2003-2010), abriu um novo capítulo nas relações Brasil/África, ajustando

¹⁶ Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente do Brasil eleito pelo voto direto do povo, pelo sufrágio universal, após o regime militar de 1964-1985. Antes disso, a última vez que o povo brasileiro havia elegido um presidente pelo voto direto foi em 1960, com a eleição de Jânio Quadros. Collor é considerado o presidente mais jovem da história do Brasil (eleito aos 40 anos de idade), e é o primeiro a ser afastado temporariamente por um processo de impeachment.

uma nova visão sobre a ordem internacional com a transformação social interna. Inegavelmente foi durante o governo de Lula da Silva é que a África recebeu mais atenção na agenda da Política Externa Brasileira (PEB) em toda a história. Desde sua posse, Lula da Silva destacou que o continente africano seria um vetor fundamental da política externa (VISENTINI; PEREIRA, 2008; DESIDERÁ et al., 2018).

Por isso, Lula da Silva assinou inúmeros acordos de cooperação em várias áreas, tal como aumentou drasticamente as relações comerciais com os países africanos, além de estimular as empresas multinacionais brasileiras a investirem na África (frequentemente com empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES). No âmbito político/diplomático, (re)abriu mais dezessete novas embaixadas brasileiras, aumentando a presença diplomática brasileira para 37 países africanos, e também cerca de dezesseis países africanos abriram novas embaixadas no Brasil. Isso sem contar que Lula foi o presidente brasileiro que mais visitou a África em toda a história do Brasil¹⁷ (BRASIL, 2011; VISENTINI; PEREIRA, 2008; SILVA; ANDRIOTTI, 2012).

Durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), o governo visava em dar continuidade à política externa estabelecida pelo presidente Lula, sobretudo as relações com o continente africano e ao sul global. Contudo, as circunstâncias internas e externas fizeram com que isso mudasse significativamente = houve menos intensidade da PEB. No contexto interno, entre 2014-2016, o Brasil sofreu uma profunda crise socioeconômica, contando com vários protestos e manifestações contra e a favor do governo, seguido por escândalos de corrupção que envolvia muitos políticos e empresários. Dado essa situação, Dilma recuou o investimento brasileiro para África e congelou vários projetos de cooperação sul-sul junto aos países parceiros. No contexto internacional, houve escândalo sobre escutas telefônicas feitas pela agência de segurança dos Estados Unidos (NSA) a vários presidentes e governos, inclusive Dilma Rousseff (JESUS, 2018; RIDDERBUSCH, 2018, p.28).

¹⁷ Entre 1980 a 2013, apenas cinco presidentes brasileiros já visitaram oficialmente a África, estão figurados: **João Figueiredo** (1979-1985) visitou cinco países (Argélia, Cabo Verde, Guiné- Bissau, Nigéria e Senegal); **José Sarney** (1985-1990) visitou Angola, Cabo Verde e Moçambique; **Fernando Collor de Mello** (1990-1992) visitou quatro países (Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbábue); **Fernando Henrique Cardoso** (1995-2002) visitou ao todo, três países (África do Sul, Angola e Moçambique); Já **Luiz Inácio Lula da Silva** (2003-2010) visitou nada menos que vinte e três países, alguns por mais de uma vez (África do Sul, Angola, Argélia, Benim, Botsuana, Cabo Verde, Camarões, Congo, Egito, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Líbia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia e Zâmbia); Por último, **Dilma Rousseff** (2011-2014) esteve em apenas seis países (África do Sul, Angola, Etiópia, Guiné Equatorial, Moçambique e Nigéria).

Em resumo, houve momentos em que ocorreu expressivo estreitamento nas relações do Brasil com os países do Sul e demais Estados em desenvolvimento. Estes momentos foram marcados entre a política externa independente dos Presidentes Jânio Quadros/ João Goulart (1961-1964), do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e a política externa “ativa e ativa” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) (LEITE P., 2011, p.13).

1.2.2. A Atuação Brasileira nos três maiores países do PALOP.

Como tem sido visto na última década, o continente africano recebeu mais de metade do volume total da cooperação técnica brasileira, considerando Moçambique como o principal receptor. Entre as áreas que receberam assistência brasileira, as principais foram: agricultura tropical, medicina tropical, ensino profissionalizante, proteção social e energia, sendo esta última uma “prioridade da agenda Brasil-África”, especialmente na área de agrocombustíveis (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p. 49).

Nessa relação entre Brasil e países africanos, principalmente os de PALOP, envolve, além da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), outros atores estatais brasileiros, como a FIOCRUZ (na área de Saúde), a EMBRAPA (na área de Agricultura), o SENAI (na área de ensino técnico) e alguns ministérios como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outras instituições (GARCIA; KATO; FONTES, 2013; ACIOLY; MORAES, 2011).

Ao analisarmos a atuação do Brasil nos três maiores países do PALOP (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), constatamos que há uma grande diferença na forma como o Brasil se relaciona com cada um desses.

No caso de Angola, o país era o principal destino dos investimentos diretos brasileiros na África, e, também foi um dos principais beneficiários dos programas de cooperação técnica brasileiros. A Angola, no entanto, era “único país da África lusófona que possui uma parceria estratégica com o Brasil”, no qual conta com mais de 30 empresas brasileiras (ACIOLY; MORAES, 2011, p.118).

A partir de 2006, o comércio entre Brasil e o país aumentou quase cinco vezes, com exportações angolanas anuais de US\$ 460 milhões de dólares. Na África, a Angola foi o terceiro maior fornecedor do Brasil e quarto maior importador de produtos brasileiros. Portanto, percebe-se que a atuação de empresas brasileiras (Petrobras, Odebrecht, Vale e etc.)

em Angola era fruto de uma relação histórica, lembrando que a Odebrecht, por exemplo, permaneceu em Angola durante os 27 anos de guerra civil no país (BRASIL, 2007; VILAS-BÔAS, 2011).

Em Moçambique, o Brasil passou a investir massivamente a partir de 2007, quando a Companhia Vale do Rio Doce conquistou os direitos de exploração das reservas de carvão de Moatize (BRASIL, 2007).

Em Guiné-Bissau, não houve registros de qualquer investimento direto do Brasil nem da atuação das empresas estatais ou privadas brasileiras.

Destarte, GARCIA; KATO; FONTES (2013, p.6), argumentam que existia algo por trás do discurso por parte do governo brasileiro, de “transferência e troca de conhecimento” e de “promoção do desenvolvimento” em países africanos. Porque desde 2003, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES¹⁸) estava apoiando crescentemente, projetos internacionais que envolvem empresas brasileiras na África, principalmente em Angola e Moçambique, chegando a somar um valor de US\$ 766 milhões de dólares em 2009, o que representa 36% dos desembolsos do Banco em financiamento internacional. Portanto, a grande parte desse financiamento (tendo no Estado seu principal agente fomentador) era direcionada para a área de infraestrutura, direcionados para as quatro maiores empreiteiras brasileiras (Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão) assim como para multinacionais, por exemplo, a Vale e Petrobras.

Nessa perspectiva, o BNDES possuía entre 2002 a 2016, mais de 65 projetos financiados somente em Angola, onde num volume total de US\$ 3,5 bilhões de dólares, 49% eram da Odebrecht, 18% da Andrade Gutierrez, 14% da Queiroz Galvão e 9% da Camargo Corrêa (GARCIA; KATO; FONTES, 2013).

Porém, o governo brasileiro utilizava como instrumento garantidor, *commodities* e matérias primas em suas operações de crédito para a exportação de bens e serviços em Angola, à chamada “conta-petróleo”. Da mesma forma que também pretendia estender esse mecanismo para Moçambique, onde exportação do carvão seria colocada em uma conta para servir de garantia para empréstimos oferecidos.

A Odebrecht, por exemplo, destaca-se entre as construtoras em Angola, onde atua desde 1984. A empresa tem investido anualmente mais de US\$ 1 bilhão de dólares nesse país

¹⁸ Além do BNDES, a Caixa Econômica Federal (crédito para habitação em Angola e Moçambique), o Banco do Brasil e o Bradesco também estão presentes nesses países (ACIOLY; MORAES, 2011).

e chegou a empregar cerca de 20 mil funcionários em diferentes setores. Pois além da construção civil, seu campo original de atuação, ela também atua na extração de diamantes, na administração de supermercados, na extração de petróleo, na produção de agrocombustíveis, entre outros (GARCIA; KATO; FONTES, 2013).

A Petrobras, a Vale entre outras empresas brasileiras têm atuado em Moçambique e estima-se que a carteira de projetos do BNDES em Moçambique seja de mais de US\$ 500 milhões de dólares entre 2006 e 2011 (GARCIA; KATO; FONTES, 2013).

No caso da Guiné-Bissau, o governo brasileiro apenas acompanha o processo político naquele país, operando em prol da estabilidade política e “da retomada do desenvolvimento econômico daquele país, que inclui projetos de cooperação técnica em áreas como saúde e formação profissional, cooperação para reestruturação das Forças Armadas e projetos de desenvolvimento agrícola e pecuário no âmbito do Foro Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)”. Além disso, o Brasil também já contribuiu por meio de auxílio financeiro e envio de missões técnicas para a realização do processo eleitoral bissau-guineense (BRASIL, 2007, p.168; AMORIM, 2009).

Portanto, na visão de Garcia, Kato e Fontes (2013), o BNDES jogava um papel político importante na oferta de crédito para sustentar os investimentos brasileiros em Angola e Moçambique, embora que estes empréstimos do BNDES fomentassem aqueles mesmos setores, que no mercado brasileiro já é monopólio: petróleo e gás, mineração, commodities agrícolas e construção civil.

Dessa maneira, entende-se que a atuação do Brasil em Angola e Moçambique foi mais evidente, além dos mecanismos da cooperação técnica. Isso talvez sejam por motivos de recursos minerais que dispõem estes dois países, na qual a Guiné-Bissau não dispõe.

Em termos políticos, apesar de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau serem países muito diferentes, estes países guardaram elementos comuns. Todos eles passaram pela colonização portuguesa, por lutas pela independência tardias, por guerras civis prolongadas e por tentativas de construção de Estados no modelo socialista soviético. Nestes países, as decisões são centralizadas no governo e acabam não deixando espaços às organizações da sociedade civil. Não existe deliberadamente a participação social nos processos de interesse público e de tomada de decisões, ou seja, há poucas informações e debate público nos processos decisórios sobre projetos locais e nacionais (GARCIA; KATO; FONTES, 2013).

Entretanto, o governo brasileiro usava a cooperação Sul-Sul não apenas para estreitar laços com parceiros históricos, mas também como forma de projetar sua influência e avançar

interesses políticos, econômicos e de defesa (BRUM, 2018; IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011).

Mas, apesar de otimismo, os grandes projetos e políticas públicas que foram impulsionados pelas iniciativas de cooperação, financiamentos e investimentos brasileiros em Angola e Moçambique, confrontam-se com contextos políticos e econômicos específicos e, ao contrário de que se fala e propaga no Brasil, em uma perspectiva de uma política “ganha-ganha”, ou seja, a “horizontalidade”, pouca ou nenhuma visibilidade é dada para as formas como são implementados (GARCIA; KATO; FONTES, 2013).

A atuação brasileira e grau de influência que exerceu sobre os países africanos, em particular Moçambique e Angola, mostrou que a transferência de experiência entre países do Sul pode também estar calcada na verticalidade. Segundo Gracia, Kato e Fontes (2013), ainda existe uma grande influência brasileira exercida através da área cultural, por meio da atuação da televisão (TV Globo e a Record), “que vem penetrando nas distintas dimensões da vida, atraindo milhões de angolanos, moçambicanos e bissau-guineenses, e disseminando o estilo de vida brasileiro, sua cultura e normas comportamentais” [...].

No campo religioso, as igrejas evangélicas, sobretudo a Igreja Universal do Reino de Deus e outras variações, vêm ganhando papel crescente nestes países, alterando completamente o panorama e os rituais religiosos tanto em Angola quanto em Moçambique. “Segundo relatos, em ambos os países, pastores de igreja procuram imitar em suas pregações o sotaque brasileiro com o objetivo de ganhar popularidade” (GARCIA; KATO; FONTES, 2013, p.49).

1.3. Análise da Política Externa.

A Análise de Política Externa (APE) é uma subárea dentro da disciplina das Relações Internacionais (RI), que tem como principal objeto de estudo, a Política Externa de governos específicos, levando em consideração suas determinantes, seus objetivos, tomadas de decisões e ações efetivamente realizadas. Portanto, a Análise da Política Externa consiste no reconhecimento da atuação de múltiplos atores e uso de variáveis domésticas para a compreensão da atuação dos Estados na formulação da política externa (PINHEIRO; SALOMÓN, 2013; KEMER, 2017).

No entanto, sem ignorar os fatores sistêmicos, a APE visa abrir a caixa-preta do Estado, o que significa considerar a importância dos fatores domésticos¹⁹ na formação de políticas externas e evidenciar que o Estado não é o único ator das relações internacionais, e, que em seu interior, possui outros atores internacionais não governamentais (empresas, organizações não governamentais (ONGs), sociedade civil etc.) com interesses diversificados e que permanecem em uma interação contínua (ALLISON, 1969; KEMER, 2017).

Considerando a política externa, como uma *política pública*, Letícia Pinheiro e Mónica Salomón (2013, p.41), apontam que é fundamental considerar os grupos domésticos (variáveis domésticas) no processo de elaboração da política externa, portanto, “não é surpreendente que a inserção disciplinar da APE tenha oscilado entre o campo da Política Pública e o das Relações Internacionais”.

Na análise do cientista político norte-americano Robert Putnam (2010), a política externa é um jogo de tabuleiro de dois níveis, no qual cada líder político nacional joga simultaneamente um jogo internacional e um jogo interno em cada movimento feito na política externa. Dessa forma, no tabuleiro internacional sentam as contrapartes estrangeiras, ao lado das quais sentam diplomatas e colaboradores. Já em volta do tabuleiro doméstico e atrás do líder nacional, sentam-se figuras partidárias, figuras das entidades domésticas, representantes de grupos chave de interesses e etc..

O autor considera que existem complexidades impressionantes políticas para os jogadores neste jogo de dois níveis, porque, no tabuleiro internacional qualquer jogador importante que estiver insatisfeito com o resultado pode desorganizar o jogo. Já no tabuleiro doméstico, qualquer líder que não consiga satisfazer seus companheiros arrisca ser retirado de seu assento. Nesse sentido, os jogadores mais capazes conseguem identificar movimentações em determinado tabuleiro que desencadeiam realinhamentos em outro, permitindo-lhes atingir objetivos que não conseguiriam de outra maneira. Portanto, o autor sublinha que em nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos (PUTNAM, 2010).

Uma vez que no nível nacional, os grupos domésticos pressionam o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses enquanto os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. Por outro lado, no nível internacional, os governos nacionais

¹⁹ Na explicação realista da política internacional, as variáveis internas têm pouco peso em comparação com as variáveis sistêmicas. Nas explicações liberais, pelo contrário, as variáveis internas carregam quase todo o peso da explicação (PINHEIRO; SALOMÓN, 2013, p.45).

buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas (PUTNAM, 2010; HUDSON, 2005).

Posto isto, Letícia Pinheiro e Carlos Milani (2011), abordam que a política externa pode ser entendida e analisada como política pública, semelhante às políticas públicas domésticas e que hoje em dia, as relações internacionais englobam um leque amplo de questões que vai desde meio ambiente a direitos humanos, a internacionalização da educação, da cultura e etc.

Para Letícia Pinheiro (2004), a política externa é uma política pública peculiar, por isso, demandam conhecimentos e *expertises* particulares, que implicam a participação de uma diversidade de atores envolvidos em inúmeros assuntos internacionais. Como por exemplo, as crises financeiras globais afetam o cotidiano dos cidadãos, a difusão midiática do aquecimento planetário influencia comportamentos no âmbito local, a defesa dos direitos humanos em países distantes mobiliza pessoas de inúmeras nacionalidades, pondo em questão a própria crença na distinção entre o doméstico e o internacional.

No Brasil, tradicionalmente, a política externa tendeu, por muito tempo, centrado na atuação decisiva do Executivo e no papel do Itamaraty e, a ser considerada desconectada das demais políticas públicas (domésticas). Entretanto, essa ampliação dos atores e a ruptura com o insulamento burocrático do Itamaraty aproximam a política externa das políticas públicas domésticas (PINHEIRO; MILANI, 2011).

Todavia, é importante considerar que o modo como às decisões burocráticas ou ideológicas são tomadas, podem alterar ou mudar a política externa de um Estado, por conta disso a política externa não é fixa e nem é puramente ideológica.

1.3.1. A Política Externa Brasileira (PEB).

Para Amado Luiz Cervo (2012), a Política Externa Brasileira (PEB) tem por fundamento um caráter não-confrontacionista, por sobrevalorizar o princípio da autodeterminação dos povos e o princípio de não-intervenção (considerando que cada país deve resolver os seus problemas internos). Segundo o autor, a PEB possui como tradição, três características: primeira, o *Pacifismo* – o Brasil condena uso de força para obter resultados externos (essa característica ficou marcada após a guerra do Paraguai); segunda, o *Juridicismo*

– o Brasil pauta em respeitar todos os tratados e convenções internacionais, assim como pauta em buscar soluções pacíficas e negociadas; terceira, o *Pragmatismo/Realismo* – o Brasil aposta em diplomacia econômica nas suas relações externas.

Tradicionalmente, é o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) o órgão que formula e conduz a política externa brasileira nos planos bilateral, regional e multilateral. De acordo com Maria Regina de Lima (2005), duas políticas governamentais têm sido mais insuladas do jogo legislativo: a política econômica e a política externa. No caso da Política Externa, o fator que assegura grande autonomia decisória ao MRE seria o desinteresse relativo da opinião pública em geral pelas questões de política externa.

Um indicador deste desinteresse é a escassa disputa entre as forças partidárias com relação ao posto de Ministro das Relações Exteriores, confirmando o dito popular que política externa não dá votos (das dez nomeações para a chefia do MRE feitas entre 1985 e 2003, apenas três foram para políticos com filiação partidária). Os jornais brasileiros, com pouquíssimas exceções, dedicam um espaço pequeno à política externa. Mesmo questões relevantes da agenda externa, como a postulação brasileira a um assento permanente nas Nações Unidas ou o envio recente de tropas brasileiras para uma missão de paz no Haiti, não mobilizam a opinião pública nem provocam os debates que normalmente ocorrem, por exemplo, no vizinho argentino (LIMA, 2005, p.7).

Na concepção do Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2012), a partir da primeira república (1889-1930), a análise da Política Externa Brasileira (PEB) passa por duas vertentes: a do *americanismo* e a do *universalismo*. Segundo os autores, a vertente “americanismo” se inicia com o Barão de Rio Branco, na transição entre o império e a república no Brasil. Depois, na era Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha consolidou a ideia, visto que era evidente a hegemonia norte-americana, neste caso, é tão notória que o Brasil não tem nada a ganhar afrontando os EUA, e sim ganhando em posição subordinada buscando os benefícios dessa aproximação²⁰. Já o “universalismo” inicia-se na década de 1930 e era associado ao desenvolvimentismo da era Vargas, e depois, associado à autonomia pela diversificação de parcerias e ao pragmatismo.

Nessa perspectiva, Amado Luiz Cervo (2003), observa a existência de quatro paradigmas principais na Política Externa Brasileira: O primeiro é a **liberal-conservador**,

²⁰ O interesse norte-americano pela América Latina só iria ser despertado na conjuntura política que ensejou a Operação Pan-Americana (OPA) do presidente Juscelino Kubitschek e, nomeadamente, pela revolução cubana. [...] Brasil e Estados Unidos tinham concepções diferentes sobre a cooperação para o desenvolvimento (CERVO; BUENO, 2012, p.290).

ligado à origem do país como nação (do século XIX a 1930), o período foi marcado num Brasil periférico dentro de uma divisão internacional do trabalho e, Agroexportador de bens primários.

O segundo paradigma é o **desenvolvimentista** (entre 1930 e 1989), marcado pelo governo Vargas na década de 1930, pelo jogo duplo do Brasil em relação aos Estados Unidos e a Alemanha no período que antecede a Segunda Guerra Mundial. O período foi marcado também com a Política Externa Independente (PEI) do Jânio Quadros; a política externa do universalismo do governo Figueiredo (1970-1985); e pelo crescimento econômico elevado do “milagre econômico brasileiro” durante ditadura militar (VIZENTINI, 2003; CERVO, 2003).

Nesse contexto, Miyamoto (2013), alerta que apesar de Brasil ser governado pelos governos do regime militar (que durou cerca 21 anos no Brasil e abrangeu o período de 1964 a 1985), a política externa brasileira não foi formulada de maneira uniforme, houve diferenças na condução da PEB. No entanto, a “Política de alinhamento automático”, “diplomacia da prosperidade”, “diplomacia do interesse nacional”, “pragmatismo responsável” e “pragmatismo ecumênico” foram os rótulos mais conhecidos para identificar cada um dos governos do regime militar. Nesse sentido, cada momento seria diferenciado do outro, porque a PEB é formulada de acordo com os interesses do executivo e de grupos de interesse (MIYAMOTO, 2013, p.18).

O terceiro paradigma, o **Estado “Normal” (ou neoliberal)** surgiu a partir dos anos 1990 com Fernando Collor, e ficou mais latente com Fernando Henrique Cardoso. O período de 1990 a 2002 foi marcado pela adoção do modelo econômico neoliberal. De acordo com Amado Cervo (2003, p.18), “Sem projeto de desenvolvimento e sem recursos, a era Cardoso, era dos normais, provocou a estagnação da economia brasileira e interrompeu um ciclo de sessenta anos de desenvolvimento caracterizado pelas mais elevadas taxas de crescimento entre os países do mundo capitalista”.

O quarto paradigma é o do **Estado Logístico** (a partir de 2003), que parte da ideia do Estado “Normal”, mas com ideais do desenvolvimentismo. Este período foi marcado pelo governo Lula da Silva, pela inserção internacional do Brasil, sobretudo na cooperação Sul-Sul. O Estado passou a ter um papel importante na economia em parceria com grandes empresas (VIZENTINI, 2003; CERVO, 2003; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

No entanto, o princípio historicamente assentado para a diplomacia brasileira é de que “a política externa é um instrumento para o desenvolvimento econômico e para a consequente

preservação e ampliação da autonomia do país” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.322; PECEQUILO, 2008).

1.3.2. A Política Externa Brasileira para a África

A Política Externa Brasileira (PEB) para a África teve três momentos marcantes na sua relação. O primeiro momento foi a Política Externa Independente (PEI) (1961-1964), nesse período, o governo inaugurou uma nova política externa que teve a iniciativa de promover a abertura para a África e concomitante afastamento, na ONU, das posições de Portugal salazarista, que praticava o colonialismo (CERVO; BUENO, 2012; DESIDERÁ et al., 2018; LEITE P., 2011).

Para Sérgio Danese (2017), apesar do seu curto mandato de 206 dias (de 31/01/1961 até 25/08/1961), durante a Quarta República (também conhecida como a *República Populista*), a diplomacia presidencial do Jânio Quadros assumiu um papel de protagonista já na definição conceitual do que seria a sua política externa. Jânio traçou o perfil de uma Política Externa Independente (PEI) mais pragmática na busca de mercados e parcerias políticas. Ele se alinhou menos à política dos países europeus na questão da colonização africana e em particular dos Estados Unidos na questão cubana e na contenção do comunismo nas Américas.

O segundo momento da PEB para África foi durante o governo Geisel, através da cooperação Sul-Sul que vinha complementar a Norte-Sul. Segundo Danese (2017), o governo de General Ernesto Geisel (1974-1979) marcou um novo “grau zero” da diplomacia presidencial²¹ brasileira, a partir do qual os seus sucessores são medidos. Com Geisel, houve o fortalecimento da noção de condução pessoal da política externa pelo presidente e da intensidade dessa participação pessoal. Nessa perspectiva, a África se torna uma das imagens de marca da política externa do governo Geisel, embora que a diplomacia africana se fez

²¹ Nesta dimensão, segundo o autor, o mandatário é visto como o principal “porta-voz” e a última instância no processo decisório na área de política externa, e que nessa dupla condição é que o seu desempenho é continuamente julgado pelo Legislativo, pela opinião pública, assim como pela imprensa e pelos observadores internacionais (DANESE, 2017, p.461). Por isso, Danese (2017) salienta que nessa condição, a condução pessoal da política externa exige do mandatário, além do gosto pelo mundo exterior, formas de manifestação pública sobre a diplomacia tais como: discursos, entrevistas, gestos e as viagens.

quase que integralmente à base de visitas ministeriais, troca de missões e abertura de embaixadas (DANESE, 2017, p.420).

De acordo com autor, o governo do General João Batista Figueiredo (1979-1985), o último governo da ditadura militar, é considerado um “marco histórico nas relações afro-brasileiras”, por ser o primeiro presidente brasileiro a visitar à África, em novembro de 1983, visitando Argélia, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal, com a ideia de afirmar a política de aproximação positiva e amistosa com este continente (DANESE, 2017).

Para o Brasil, “a África representou uma opção alternativa diante do protecionismo e das barreiras alfandegárias criadas pelos países ricos a suas exportações; para a África, o Brasil veio a constituir nova fonte de suprimento de bens e serviços, aliviando sua dependência das ex-metrópoles” (CERVO; BUENO, 2012, p.481; LEITE P., 2011).

O balanço deste segundo momento pode ser considerado positivo, havendo-se entre 1972 e 1981, as exportações brasileiras para a África passaram de US\$ 90,4 milhões a US\$ 1,96 bilhão de dólares, e as importações, de US\$ 152,9 milhões a US\$ 1,98 bilhão de dólares (CERVO; BUENO, 2012).

Já o terceiro momento se deu com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, em 2003, e pareceu assinalar um antes e um depois na história da Política Externa Brasileira (PEB), “não apenas pelas políticas domésticas que começaram a ser implementadas, vinculadas à inclusão social e racial”, assim como pela execução de uma política externa pragmática, com alta densidade e em uma estratégia de internacionalização das empresas brasileiras com suporte estatal (DESIDERÁ et al., 2018, p.405). “Para isso o Brasil vem utilizando o *soft power*²² na construção de sua liderança regional, aceitando o papel de *playmaster* (jogador chave) da região, com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para obras de infraestrutura em outros países” (BIJOS; VIEIRA, 2011, p.12).

Para Vigevani e Cepaluni (2007), muitas das iniciativas do governo Lula da Silva situaram-se na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes. Uma estratégia que poderia ser

²² O *soft power* ou o poder brando, de Joseph Nye, é um termo utilizado na teoria de relações internacionais para descrever a habilidade de um Estado em influenciar ou induzir certos comportamentos por parte de outros Estados utilizando-se de instrumentos culturais e ideológicos. A ele se contrapõe o conceito de *hard power* que é na tradição realista o exercício do poder justificado por alguma superioridade, normalmente econômica e militar, de um Estado sobre o outro, como tamanho da população, tecnologia (militar), PIB entre outros (GARCIA; KATO; FONTES, 2013, p.10).

batizada de “autonomia pela diversificação”, enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa.

De acordo com Miriam Saraiva (2014, p.27), desde 2011, o governo Dilma Rousseff herdou do governo de Lula da Silva (2003-2010), estratégias definidas de política externa, uma atuação ativa em fóruns multilaterais que colocou o país como representante dos países do Sul global. Porém, o comportamento brasileiro experimentou mudanças e uma visível redução na pró-atividade. Uma vez que “a diplomacia presidencial e o papel da Presidência como elemento incentivador e equilibrador de diferentes visões de política externa, que havia acontecido durante o governo de Lula, foram abandonados”.

O Itamaraty foi perdendo espaços na política externa, com a diminuição do orçamento e de número de vagas para o ingresso à carreira diplomática, o que apontam para uma redução da participação brasileira de discussões de temas internacionais. No campo da cooperação com a África, houve reduções também nas áreas do comércio e de investimentos (PECEQUILO, 2008).

Dilma, ao contrário de Lula, procurou aproximar seu Governo dos Estados Unidos. No seu primeiro ano como presidente, isto é, em 2011, recebeu a visita do presidente estadunidense Barack Obama. Porém em 2013, o Brasil se distanciou dos Estados Unidos quando surgiu a notícia de que o órgão da inteligência estadunidense de sigla NSA promoveu a quebra do sigilo telefônico e virtual da presidente brasileira e de milhões de Brasileiros (JESUS, 2018).

1.3.3. A Política Externa da Guiné-Bissau.

No contexto guineense, há pouca clareza sobre qual órgão que participa ativamente na tomada de decisão em matéria de Política Externa. Normalmente, deveria ser o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), similar ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, também conhecido como Itamaraty²³, que é o órgão do Poder Executivo responsável pela formulação da política externa e pelas relações internacionais do Brasil nos planos bilateral, regional e multilateral. Já no caso da Guiné-Bissau, a meu ver, parece que quem conduz a diplomacia é o presidente da república e/ou primeiro ministro (OSSAGÔ, 2016).

²³ Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/o-ministerio>> Acesso dia 12/05/19.

Alguns princípios que regem a Política Externa da Guiné-Bissau muito se parecem com os do Brasil, no que tange ao pacifismo, igualdade das nações, independência nacional e solidariedade coletiva. Conforme Ricardo Ossagô (2016), após a sua independência em 1974, a Guiné-Bissau adotou na sua primeira Constituição, em matéria da política externa,

O anticolonialismo, o direito dos povos à autodeterminação e independência, o anti-imperialismo, o não alinhamento (neutralidade positiva), o pan-africanismo, a solidariedade internacional ativa, o primado do direito internacional alicerçado na carta das Nações Unidas, a boa vizinhança, o pragmatismo e a perseverança em não identificar-se coma Guerra Fria, que regeram a atuação do PAIGC no pós-independência (OSSAGÔ, 2016, p.117).

Conforme nos mostra o artigo 18º da constituição da Guiné-Bissau de 1996:

1- A República da Guiné-Bissau estabelece e desenvolve relações com outros países na base do direito internacional, dos princípios da independência nacional, da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos e da reciprocidade de vantagens, da coexistência pacífica e do não alinhamento.

2- A República da Guiné-Bissau defende o direito dos povos à autodeterminação e à independência, apoia a luta dos povos contra o colonialismo, o imperialismo, o racismo e todas as demais formas de opressão e exploração, preconizam a solução pacífica dos conflitos internacionais e participa nos esforços tendentes a assegurar a paz e a justiça nas relações entre os Estados e o estabelecimento da nova ordem econômica internacional (GUINÉ-BISSAU, 2018, p.6).

No entanto, parece que não existe uma coordenação política no que concerne na formulação da política externa guineense. Desde a independência, não se percebe na Guiné-Bissau, uma definição clara da política externa e a forma como ela é conduzida, no meu ponto de vista carece de uma atuação mais acentuada pelos seus agentes/formuladores.

Nesta perspectiva, salienta-se que devido à fragilidade do Estado e de suas instituições, assim como por conta da debilidade econômica, o Estado guineense não consegue formular uma política externa que seja favorável ao desenvolvimento do país. Considerando que o Orçamento Geral do Estado da Guiné-Bissau é fortemente dependente de ajuda externa, o que torna o país bastante vulnerável em relação às ingerências externas e nas formas de conduzir sua diplomacia, sobretudo, em firmar acordos estratégicos na área econômica (OSSAGÔ, 2016).

Dessa forma, Apolinário de Carvalho (2007), afirma que a Política Externa da Guiné-Bissau a partir dos anos 1990 privilegia entre outras matérias de cooperação internacional: a

edificação de uma parceria global para o desenvolvimento, ou seja, a observância dos compromissos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o combate à pobreza e as pandemias e etc.. Portanto, os propósitos de cooperação para o desenvolvimento da Guiné-Bissau passam necessariamente pela observância das condicionalidades impostas pelas políticas externas dos países doadores, visto que a Guiné-Bissau possui uma Política Externa cujos objetivos são talhados à luz do seu potencial político determinado pela consciência de ser um país pobre e menos avançado (CARVALHO, 2007).

Desta maneira, podemos concluir que por conta de poucos recursos minerais exploráveis, pela fragilidade do Estado e dos recorrentes episódios de instabilidade política, o poder de barganha da Política Externa da Guiné-Bissau é bastante reduzido.

Entretanto, podem-se destacar os seguintes momentos da Política Externa da Guiné-Bissau: o primeiro engloba os anos de 1973 a 1980, o marco inicial do pós-independência, marcado pelo primeiro governo da Guiné-Bissau liderado por Luís Cabral, que exerceu uma diplomacia presidencial ativa na matéria de política externa, com objetivos de restabelecimento de relações de amizade e cooperação para nova agenda na reconstrução de país (CARVALHO, 2015; CAMPOS, 2012; SANGREMAN, 2016).

O segundo período (1986-1998), pode ser considerado como “momento de tensão e ajustes necessários”, após a derrubada do ex-presidente Luís Cabral, através de um golpe de Estado, pelo João Bernardo Vieira. Os anos 1980 foram marcados por crise econômica interna e regime de partido único, assim como pela separação de Guiné-Bissau com Cabo Verde. Já o início dos anos 1990 foi determinante à abertura política do país, o que possibilitou a Guiné-Bissau, de certa forma, a figurar “no mais alto lugar no panorama internacional e participação nos fóruns internacionais. Foi nesse período que a Guiné-Bissau participou e fez parte como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o mandato de dois anos (1995 e 1996)” (OSSAGÔ, 2016, p.137; GOMES, 2014).

O terceiro momento (1998-2016) pode ser considerado de retrocesso, de perda de apoio internacional, este período foi marcado por conflito civil-militar, por sucessivos golpes de Estado e sobressaltos políticos em 2003 e 2009, o que originou a imposição de sanções diretas dos parceiros internacionais. Portanto, durante o ano 2009 e 2012, a Guiné-Bissau talvez tenha vivido seus piores momentos em termos diplomáticos e de ajuda externa, uma vez que após os golpes de Estados de 2009 e 2012, vários organismos internacionais e parceiros tradicionais suspenderam suas relações de cooperação e ajuda financeira para com

Guiné-Bissau, inclusive o Brasil, com suspensão das bolsas do PEC-G e do PEC-PG (OSSAGÔ, 2016; CARVALHO, 2015; SANGREMAN et al., 2006).

Esse quadro reforça o argumento de que a instabilidade política na Guiné-Bissau traz consequências negativas para sua política externa, e mesmo com a relação com o Brasil.

Em relação a essa situação, pode-se verificar que mesmo com a abertura política no país no início dos anos 1990 até a atualidade, não houve avanços significativos na Política Externa da Guiné-Bissau, devido ao retrocesso do seu processo histórico, marcado por rupturas políticas que vêm provocando instabilidades políticas e sociais decorrentes dos vários governos que têm passado na administração pública, o que acabou por ditar uma imagem negativa condicionando a estagnação dos grandes investimentos diretos estrangeiros e os apoios internacionais que o país poderia receber (CARVALHO, 2015; OSSAGÔ, 2016).

A estrutura da diplomacia guineense é decadente e apresenta um grave problema conjuntural. Conforme Apolinário de Carvalho, (2015), existem critérios desconhecidos de negociações entre o governo da Guiné-Bissau com alguns parceiros, assim como alguns cidadãos estrangeiros são nomeados para representações consulares do país, por intermédio de negociatas e atos obscuros (como aquisição de passaporte diplomático guineense e inerentemente a imunidade diplomática com todas as regalias legais e comerciais que o título concede).

Ricardo Ossagô (2016), salienta que é de vital importância que a Guiné-Bissau melhore a qualificação técnica e profissional dos seus agentes, do quadro administrativo nos órgãos de governo, sobretudo, a qualidade dos seus agentes diplomáticos e consulares, que são representantes do Estado da Guiné-Bissau no exterior. Segundo o autor, nas embaixadas da Guiné-Bissau e seus serviços consulares configuram altos graus de nepotismo, com uma carreira diplomática muito vulnerável. Como exemplo, Ossagô cita que “a Embaixada de Guiné-Bissau no Brasil é inoperante, e nenhum dos seus corpos diplomáticos tem qualificação, treinamento e aperfeiçoamento para carreira diplomática” [...] (OSSAGÔ, 2016, p.128).

Para o autor, ao contrário do Brasil que possui o Instituto Rio Branco, que forma os diplomatas brasileiros após estes passarem por um difícil processo de seleção, através de Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), na Guiné-Bissau não existe uma escola específica ou um curso preparatório para ingresso na carreira diplomática, e desde a independência, o país não efetuou nenhuma reforma da sua estrutura diplomática. (OSSAGÔ, 2016).

CAPÍTULO 2

2. O CONTEXTO GEOPOLÍTICO E A FORMAÇÃO DO ESTADO GUINEENSE.

No capítulo anterior, falamos sobre a cooperação Internacional e suas modalidades, no qual vimos que a Guiné-Bissau é um dos países da África que mais recebe a cooperação internacional do Brasil no âmbito da cooperação Sul-Sul, principalmente na área de educação.

Sendo assim, propomos dedicar este capítulo apenas à Guiné-Bissau, no qual pretendemos abordar o contexto geopolítico e a formação do Estado bissau-guineense, enfatizando os principais acontecimentos socioeconômicos e políticos que marcaram a história do país.

Nesse contexto, pretende-se apresentar a trajetória deste país africano ao longo da sua história, começando pela sua formação como Estado, até os meados da década de 2010.

Antes de tudo, é importante ressaltar que desenvolver uma pesquisa acadêmica sobre a Guiné-Bissau, em todos os seus aspectos, constitui uma enorme dificuldade para qualquer pesquisador ou pesquisadora. Segundo Candé Monteiro (2013), na Guiné-Bissau existe uma única instituição que gerencia arquivos, neste caso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e mesmo assim em condições limitadas. “Quando se trata do período da luta de libertação nacional, e anos posteriores a esse período, fica evidente a ausência de catalogação dos arquivos” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.26). Ainda, a autora considera que as referências existentes acerca da questão podem ser encontradas de forma dispersa e isolada.

De acordo com a ONU (2006), o país organiza poucas pesquisas para fornecer informações de qualidade enquanto que a recolha e tratamento dos dados administrativos são deficientes. As diferenças entre uma fonte e outra são consideráveis no que concerne à população, a economia e etc. (ONU, 2006, p.8).

Portanto, é relevante frisar que existem poucos trabalhos acadêmicos que abordam confiavelmente os fatos políticos na Guiné-Bissau, de forma objetiva e sucedida. Porém, conseguimos mediante diversas obras lidas, dissertar com clareza, o contexto histórico, político, econômico e social da Guiné-Bissau.

Dessa maneira, este capítulo está dividido em quatro seções. A primeira apresenta a atual República da Guiné-Bissau, ilustrando os principais dados geográficos, econômicos, políticos e sociais do país. A segunda seção discorre sobre o contexto histórico da Guiné-

Bissau, na qual será abordada a questão da colonização portuguesa e sua política imperialista na antiga Guiné-Portuguesa. Assim como discutiremos sobre o processo da luta pela libertação nacional da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, desencadeado por Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Lopes Cabral.

Na terceira parte, pretende-se abordar a formação do Estado guineense no pós-independência; falaremos sobre o primeiro golpe de Estado na Guiné-Bissau e a efetiva separação de Cabo Verde, assim como a sua democratização. Também, ilustraremos nesta seção, os sobressaltos político-militar e suas consequências internas e externas. Por outro lado, mostrar-se-á os esforços e os desafios lançados para alcançar a estabilidade política e o desenvolvimento socioeconômico na Guiné-Bissau.

A quarta e última seção visa tratar da inserção internacional da Guiné-Bissau e sua relação com alguns países e organizações intergovernamentais.

2.1. Contexto Geopolítico:

2.1.1. Contexto Geográfico: Dados Gerais²⁴

Nome oficial: República da Guiné-Bissau.

Capital: Bissau.

Área Total: 36.125 km².

Clima: tropical

Nacionalidade: Guineense.

Símbolos nacionais: a Bandeira, o Brasão de Armas e o Hino Nacional. **Lema:** “Unidade, Luta, Progresso”.

Língua Oficial: Português (mas, a língua mais falada é o Crioulo da Guiné-Bissau).

Sistema de Governo: Semipresidencialista. (Unicameral). Constituição em vigor é de 1996.

Independência: Declarada: 24 de setembro de 1973 e reconhecida pelo Portugal: 10 de setembro de 1974.

População: 1.815,698 hab. (estimado em 2016), Censo 2009, 1.449,230 hab.

Analfabetismo: 46,1% (2009)

Expectativa de vida: 52,4 anos. Homens 51,2 anos e Mulheres 53,6 anos (INE 2014)

Religiões - Animista (50%), muçulmana (45%) e cristã (5%)

PIB: US\$ 2.502 bilhões. PIB Per capita: US\$ 1.439.

IDH: 0,424 (178º) muito baixo (estimado em 2015)

GINI: 47 (1993) médio

Moeda: Franco CFA. BCEAO (XOF)

Código ISSO: GNB; **Código Internet:** .gw; **Código Telefone (DDI):** +245

²⁴ Instituto Nacional de Estatística Guiné-Bissau (INE). Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/pais/indicador_chave.htm> Acesso dia 30/12/2018.

- (ANEME, 2018; SILVA, 2007; INDEX MUNDI, 2017; GUINÉ-BISSAU, 2009).

A República da Guiné-Bissau está situada na costa ocidental do continente africano, com uma superfície total de 36.125 km², seu território é composto por uma parte continental e outra parte insular, que engloba o Arquipélago dos Bijagós, formado por mais de 88 ilhas e ilhéus (de vegetação tropical densa, separado do continente por diversos canais), dos quais somente 17 são habitadas. O país faz fronteira com a República do Senegal ao norte, a este e a sul com a República da Guiné²⁵ e a oeste é toda banhada pelo Oceano Atlântico. A Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, laica e unitária (AUGEL, 2007; GUINÉ-BISSAU, 2015; CAETANO, 2012; ANEME, 2018).

Mapa 1. Mostra o mapa da República da Guiné-Bissau



Fonte: Fonte: <<https://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/>> Acesso dia 02/01/19.

A “condição climática é predominantemente úmida e quente, principalmente no litoral do país, com fortes chuvas de maio a outubro e uma estação seca que dura de novembro a abril, estando as duas condicionadas pelo regime dos ventos” (ANEME, 2018, p.11).

²⁵ A Guiné cuja capital é Conakri, o país sendo comumente chamado de Guiné-Conackri (AUGEL, 2007, p.49).

De acordo com a Moema Parente Augel (2007, p.50) “a Guiné-Bissau é um país plano, com clima tropical, embora marítimo; nas regiões do Leste, no interior, apresenta-se com extensas planícies áridas enquanto selvas e florestas ocupam a parte ocidental”. Segundo a autora, o território continental da Guiné-Bissau é cortado por diversos rios²⁶ caudalosos com inúmeros braços. Para ANEME (2018), cerca de 15% do território da Guiné-Bissau é considerado área protegida, onde a linha de costa estende-se por cerca de 350 km e o mar territorial expande-se por 150 milhas marítimas.

Segundo dados da ONU (2017), estima-se que a população da Guiné-Bissau em 2016, era de 1.888 milhão de pessoas. O Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau estimou em 2014, uma população de 1.514.451 habitantes, com uma taxa de crescimento populacional de 2,5% por ano e uma densidade populacional de 43,35 habitantes por km², superior à média de África, que se situa em cerca de 37 habitantes por km² (GUINÉ-BISSAU, 2014; ANEME, 2018).

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo e apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo, figurando atualmente na 178ª posição, entre 188 países. O IDH do país é de 0,424, isto é, bem abaixo da média dos países da África subsaariana que é de 0,523. (ONU, 2017, p.6).

A população da Guiné-Bissau é composta majoritariamente por uma grande pluralidade de grupos étnicos, (mais de duas dezenas de etnias diferentes), das quais os mais populosos são: Fulas (28,5%), Balantas (22,5%), Mandingas (14,7%), Papéis (9,1%), Manjacos (8,3%), Mancanhas, Bijagós, Mansuancas, Felupes, Beafadas, Baiotes, Brames, Saraculés, Djakancas, Sossos, Nalús e etc, correspondem a proporções abaixo de 1% cada (GUINÉ-BISSAU, 2009). Ainda na observação de Timóteo M'Bunde (2018) os grupos étnicos da Guiné-Bissau também são classificados em dois conjuntos: os “animistas” ou “cristãos” (Balantas, Papéis, Manjacos, Mancanhas, Brames, Bijagós e Felupes) enquanto os grupos de tipologia “islamizados” incluem (os Fulas, os Mandingas, os Beafadas, os Nalús, os Sossos e outros).

Em termos religioso, calcula-se que 45% da população bissau-guineense pertence a religião Islâmica (muçulmana) e 5 % a cristã (maioria católico), sendo os restantes 50% de habitantes classificados como “animistas”. Porém, “apesar de serem muçulmanas ou cristãs, a

²⁶ Os principais rios da Guiné-Bissau citados pela autora são: “Rio Geba, Rio Cacheu, Rio Corumbal, Rio Mansoa, Rio grande de Buba e Rio Cacine” (AUGEL, 2007, p.49).

população da Guiné-Bissau encontram-se enquadradas por um complexo sistema de crenças «animistas» organizando a sua religiosidade tradicional” (UNIÃO EUROPEIA, 2005, p.5).

Entretanto, a população da Guiné-Bissau é considerada extremamente jovem, tendo em conta que mais de 64,5% da população tem menos 35 anos de idade e apenas 3% tem mais de 65 anos de idade. Neste contexto, a expectativa média de vida de um bissau-guineense é de 52,4 anos (51,2 anos para homens e 53,6 anos para Mulheres). Porém, até 2015, somente 59,9% da população da Guiné-Bissau foi alfabetizada (homens: 71,8% e mulheres: 48,3%), tendo em conta que o governo apenas investe menos de três por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, um valor abaixo da média na África Subsaariana que é de quatro por cento (GUINÉ-BISSAU, 2009; INDEXMUNDI, 2017).

Por outro lado, salienta-se que a Guiné-Bissau tem reservas de petróleo, bauxita, fosfato e outros minérios que ainda não foram exploradas efetivamente (ONU, 2006). Além disso, o país conta com uma rica variedade de fauna protegida e um dos centros mais importantes de *birdwatching* (observação de aves) a nível mundial, também, conta com uma rara variedade de espécies marinhas (são mais de 230 espécies de peixes, crustáceos e moluscos) e uma grande biodiversidade de fauna e flora (ANEME, 2018).

Apesar de possuir abundantes recursos naturais e uma vasta floresta, a Guiné-Bissau carece de grandes infraestruturas. O país não dispõe de ferrovias (não existe trem e nem o metrô), da rede rodoviária nacional composta por 3.455 km, somente 965 km são estradas pavimentadas enquanto 2.490 km são de terra batida. Em relação aos aeroportos, a Guiné-Bissau possui apenas um único aeroporto internacional pavimentado (o Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira) e pequenos aeródromos locais, sem capacidade para mais do que avionetas (monomotor e bimotor). O porto de Bissau é o único porto internacional do país, sendo responsável por 85% das exportações e mais de 90% das importações. Atualmente este porto encontra-se num estado de degradação avançado. As tarifas portuárias são extremamente elevadas em relação à qualidade dos serviços prestados (demora na carga e descarga) (INDEXMUNDI, 2017; GUINÉ-BISSAU, 2011; ANEME, 2018).

Na área de educação, observa-se que apenas 40,5% dos professores do Ensino Básico possuem alguma formação académica, lembrando que o ensino superior carece de professores com níveis de pós-graduação, sobretudo de doutorados. Lembrando que só em 2000 é que foi criada a primeira universidade no país (a Universidade Amílcar Cabral - AUC) criada por Decreto nº16/99 de 03 /02/1999, sendo uma universidade pública (GUINÉ-BISSAU, 2005).

O setor de saúde também conta com pouca intervenção financeira do Estado, por isso muitos hospitais do país se encontram num estado de degradação avançado, confrontando-se, ao mesmo tempo, com falta de equipamentos e de pessoal qualificado (GUINÉ-BISSAU, 2005).

2.1.2. Contexto Socioeconômico:

A economia da Guiné-Bissau depende, majoritariamente, da pesca, da agricultura e do comércio. Estima-se que, em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) do país girava em torno de US\$ 2.851 bilhões²⁷ de dólares, enquanto o PIB per capita não ultrapassou dos US\$ 900 dólares. Também foi estimada que, em 2015, cerca de 67%²⁸ da população bissau-guineense vivia abaixo do nível de pobreza e em tornos de 60% da população ativa estava desempregada ou sem ocupação, da qual 65% sobrevivem com menos de dois (2) dólares por dia (GUINÉ-BISSAU, 2011).

A Guiné-Bissau além de ser um país muito pobre, é também um país altamente endividado, com um saldo da dívida externa correspondente a 301,7% do PIB, em 2005. Isto quer dizer que a dívida externa do país estava situada no valor de US\$ 941,5 milhões entre os anos 2005 a 2009. Mas, de forma geral, a Guiné-Bissau gasta muito mais do que a receita gerada pelo Estado, por isso, anualmente o país depende estritamente de ajuda externa para suprir o Orçamento Geral do Estado (ONU, 2006; SANTOS, M. 2017). Tendo em vista que na Guiné-Bissau, a administração pública é o responsável por maior parte de empregos formais gerados no país, cerca de setenta por cento. As outras formas de emprego são geradas fora do setor formal moderno, isto é, nos setores informais urbanos e rurais (agricultura e comércio) (GUINÉ-BISSAU, 2009; ANEME, 2018; SEIDE, 2006).

Referindo-se ao investimento estrangeiro, percebe-se que o nível de desenvolvimento do país e as frequentes crises políticas têm sido obstáculos para a entrada de fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no país. Isso porque a Guiné-Bissau é considerada um

²⁷ INDEX MUNDI, 2017. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/>>; <[https://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/produto_interno_bruto_\(pib\).html](https://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/produto_interno_bruto_(pib).html)> Acesso dia 19/01/19.

²⁸ A pobreza generalizada contribui para a vulnerabilidade de toda a população. 69,3 por cento da população da Guiné-Bissau vive abaixo do limiar nacional de pobreza. 80,4 por cento da população vive em pobreza multidimensional, isto é, um mesmo agregado familiar sofre privações relativamente à educação, saúde e nível de vida; enquanto 58,4 por cento da população vive em pobreza multidimensional severa. (ONU, 2017, p.7)

dos dez piores países para fazer o negócio no mundo, sendo considerado o nível muito elevado (nível 7) na medição do Risco País (ANEME, 2018; SANTOS, M. 2017).

Por outro lado, a Guiné-Bissau não dispõe de uma bolsa de valores a nível nacional, o sistema financeiro é deficiente, contando com poucas instituições bancárias ao nível nacional, isto porque a fraca industrialização do país é um dos fatores do atraso do seu desenvolvimento (ANEME, 2018).

O setor industrial da Guiné-Bissau é bastante reduzido, e, resume-se a algumas unidades ligadas ao ramo alimentar, sobretudo à produção de gelo, uma pequena unidade ligada à transformação do caju e de cervejas. Lembrando que apenas 20% da população guineense tem acesso à eletricidade pública, majoritariamente os residentes da capital, Bissau (CAETANO, 2012; DA SILVA, 2010; GUINÉ-BISSAU, 2011).

Na Guiné-Bissau não existem grandes centros comerciais e o “Mercado de Bandim” constitui-se na maior praça financeira do país. Conforme Baducaran Silva (2010), este centro comercial é de caráter muitíssimo desorganizado (sem urbanização e condições de higiene), mas é onde se realiza ao mesmo tempo dezenas de atividades comerciais e industriais de caráter artesanal, que vão desde a venda de produtos agrícolas, dos frescos ou têxteis, passando por farmácias, oficinas mecânicas, armazéns e camelôs, etc., e tem um volume de negócio diário na ordem de um milhão de dólares americano (INEP, 2001 apud DA SILVA, 2010, p.95).

Em suma, a Guiné-Bissau é um país predominantemente agrícola, e por ter um solo fértil, cerca de 45% da área terrestre total do país é destinado a área agrícola, o que representa cerca de 55,5% do Produto Interno Bruto. Neste sentido, a produção de caju ocupa cerca de 50% da área de cultivo e, é o produto agrícola mais importante e com um papel determinante na economia do país. Estima-se que a castanha de caju foi responsável por mais de 90% das receitas de exportação da Guiné-Bissau ao longo das últimas décadas. O país é o sexto exportador mundial de castanha de caju, tendo exportado mais de 135.500 toneladas em 2009 (GUINÉ-BISSAU, 2011; SILVA, 2007; SANTOS, M. 2017).

O arroz também é das culturas mais importantes e constitui-se o principal produto alimentar, porém a sua produção no país é de subsistência, por conta disso, a Guiné-Bissau acaba importando o arroz para suprir a procura doméstica por arroz, que gira em torno de 40% (a população consome no geral mais de 50 mil toneladas de arroz ao ano) (M'BUNDE, 2018; ANEME, 2018; CAETANO, 2012).

Também, o Mar da Guiné-Bissau é muito rico pela abundância e diversidade de espécies de peixe. Mas por falta de condições e a incapacidade de governo em controlar as águas marítimas do país, e, por conta da atividade piscatória na Guiné-Bissau se limitar apenas em pesca artesanal com tecnologias rudimentares, realizada em águas costeiras, a pesca industrial fora da zona de 12 milhas acabou ficando para aproveitamento de outros países. Para isso, a Guiné-Bissau estabeleceu diversos acordos internacionais e bilaterais de pesca, nomeadamente com: União Europeia, Senegal, China, Rússia, Brasil e etc (GUINÉ-BISSAU, 2011; ANEME, 2018).

No que tange aos recursos do petróleo na Guiné-Bissau, alguns especialistas acreditam que o país pode vir a produzir entre 30.000 a 60.000 barris por dia, apesar de que alguns defendem que estas descobertas de perfurações *offshore* ainda não derivam em descobertas comercialmente viáveis. “Apesar das importantes reservas de petróleo e de outros recursos minerais, apenas o Canadá, Angola e a Rússia têm revelado um interesse serio na exploração dos recursos minerais do país” (ANEME, 2018, p.37).

Além de destes recursos, a Guiné-Bissau também tem um enorme potencial no setor de turismo, porém, faltam estruturas para acolher turistas. Salienta-se que em 2015 entraram nas fronteiras da Guiné-Bissau cerca de 43.800 turistas, gerando receitas estimadas em US\$ 27,2 milhões de dólares (ANEME, 2018; GUINÉ-BISSAU, 2011).

Portanto, segundo Fara Caetano (2012), poder-se-á dizer que a Guiné-Bissau dispõe de cinco sectores chave que podem promover o desenvolvimento econômico do país: a cultura do caju, a produção do arroz, a exploração dos minerais e petróleo, o desenvolvimento da pesca e a aposta no turismo. Infelizmente, a ONU (2017), aponta que o país continua altamente dependente da ajuda internacional para o desenvolvimento e na prestação de serviços básicos, indicando que, por exemplo, mais de 90% do orçamento da saúde vem de ajuda de parceiros internacionais.

2.1.3. Contexto Sociopolítico:

Administrativamente e regionalmente, a Guiné-Bissau está dividida em três províncias: Norte, Sul e Leste, divididas em oito regiões e um setor autônomo. As Regiões são: Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabú, Oio, Quínara, Tombali e Setor Autônomo de

Bissau²⁹, a capital. Por sua vez, as regiões estão divididas em setores (38 no total) e estes subdivididos em secções (103 no total), compostas por cerca de 4.500 tabancas (aldeias) (GUINÉ-BISSAU, 2018; M'BUNDE, 2018, p.63).

De acordo com o Banco Mundial (2018) e Da Silva (2010), as Regiões e Setores são dirigidos por Comitês de Estado, onde os representantes máximos dos Governos regionais são os “Governadores de Região” e nos Setores são designados por “Administradores de Setor”.

Desta maneira, como não existem eleições autárquicas no país, a nomeação e exoneração de Governadores das Regiões e de Administradores dos Setores é da competência do Governo, sob a proposta do Ministro da tutela, sendo que atualmente é o ministro da Administração Territorial.

Na Guiné-Bissau, o poder político³⁰ está dividido em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O poder Executivo tem como representantes máximos, o chefe de Estado, que é o Presidente da República, e o chefe de governo que é o Primeiro-Ministro. Já o Poder Legislativo é constituído por uma Assembleia Unicameral, com um total de 102 deputados, que são eleitos por voto popular para um mandato de quatro anos. Por fim, o Poder Judiciário é composto por “Supremo Tribunal de Justiça (nove magistrados escolhidos pelo presidente); Tribunais Regionais (um em cada uma das nove regiões) e Tribunais Setoriais (total de 24 tribunais, nestes, os juízes não precisam, necessariamente, de ter formação em direito)” A constituição em vigor é de 1996³¹ (SILVA, 2007, p.44).

²⁹ **Região de Tombali** tem cinco setores: Bedanda; Cacine; Catió; Komo e Quebo.

Região de Quinara tem quatro setores: Buba; Empada; Fulacunda e Tite.

Região de OIO tem cinco setores: Bissorã; Farim; Mansaba; Mansoa e Nhacra.

Região de Biombo tem três setores: Quinhamel; Prabis e Safim.

Região de Bolama Bijagós tem quatro setores: Bolama; Bubaque; Caravela e Uno.

A **Região de Bafatá** tem seis setores: Bafatá; Bambadinca; Contuboel; Cossé; Gã-Mamudo e Xitole.

Região de Gabú tem cinco setores: Boé; Gabú; Pirada; Pitche e Sonaco.

Região de Cachéu tem seis setores: Bigéne; Bula; Cachéu; Caió; Canchungo e São Domingos.

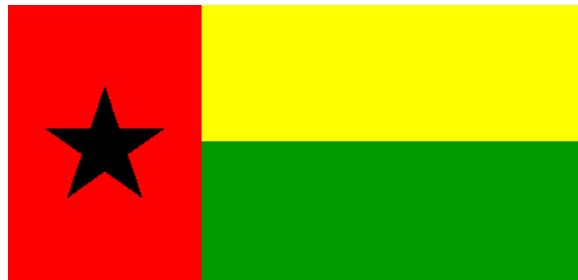
Setor Autônomo de Bissau é constituído apenas por um único setor, a Capital Bissau. (GUINÉ-BISSAU, 2015, p.8).

³⁰ Na sociedade guineense, apesar do poder central e local ter contornos clássicos, o Régulo é a entidade máxima numa determinada comunidade local que funciona independentemente do Estado, tendo responsabilidade em matéria de administração territorial, de arbitragem em questões de ordem social ou divisão fundiária e agindo mesmo na veste judicial. (ROSA; BENZINHO, 2015, p.17).

Segundo ANP (Assembleia Nacional Popular), houve revisões constitucionais em quatro ocasiões (1991, 1993, 1995 e 1996), portanto, a carta magna de 1996 instituiu o multipartidarismo e adotou-se o sistema misto parlamentar e presidencial como modelo de organização política do Estado. O que significa que tanto o Presidente da República como os Deputados da Assembleia Nacional Popular são eleitos por sufrágio universal, direto e secreto. Porém, o Presidente da república passou a ter o poder de dissolver o Parlamento e destituir o governo. (GUINÉ-BISSAU, 2018).

Os principais partidos políticos da Guiné-Bissau são: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); Movimento para Alternância Democrática (MADEM G-15); Partido da Renovação Social (PRS) e Assembleia do Povo Unido - Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB).

Figura 1. A Bandeira oficial da Guiné-Bissau.



Fonte:

<<http://www.didinho.org/Arquivo/OSSIMBOLOSDAREPUBLICADAGUINEBISSAUDEVEMSERREAVALIADOS.htm>> Acesso dia 02/01/19

De acordo com o Banco Mundial (2018), desde sua independência, a Guiné-Bissau tem uma história de fragilidade política e institucional, sendo um dos países do mundo mais propício a golpes de Estado e politicamente instável. Lembrando que depois da independência, o país registrou quatro golpes de Estado bem-sucedidos e outras 16 tentativas de golpes, planejados ou suspeitos. Porém, além dos golpes militares, as frequentes mudanças de governo são outra manifestação da instabilidade política do país. O fato pelo qual nenhum governo ou presidente conseguiu terminar o seu mandato, com exceção do José Mário Vaz (JOMAV), o único que conseguiu concluir o seu mandato presidencial de 5 anos (2014-2019), porém não conseguiu se reeleger nas eleições de 2019 (BANCO MUNDIAL, 2018; ANEME, 2018; HIRST, 2012).

Durante o mandato de JOMAV, não houve nenhum golpe de Estado ou assassinato de algum político ou militar de alto patente. Mas por outro lado, o país viveu uma série de crises institucionais, como a inoperância de Assembleia Nacional Popular, devido a um impasse no legislativo, assim como sucessivas derrubadas de seis Primeiros-Ministros e etc.

Vale ressaltar que perante o artigo 62º da Constituição da República da Guiné-Bissau, “o presidente da República se figura como o Chefe do Estado, símbolo da unidade, garante da independência nacional e da Constituição e Comandante Supremo das Forças Armadas”, e no artigo 68º, com competências de nomear e exonerar o Primeiro-Ministro; dissolver o Parlamento em caso de grave crise política, e demitir o Governo. Embora que o artigo 96.º da

mesma Constituição garante que o Governo é o órgão executivo e administrativo supremo da República, a quem conduz a política geral do país de acordo com o seu programa, aprovado pela Assembleia Nacional Popular (UNIÃO EUROPEIA, 2005, p.13; GUINÉ-BISSAU, 2018).

Quadro – 1. Lista dos presidentes da Guiné-Bissau, de 1974 a 2016.

Duração do Mandato	Chefe de Estado	Denominação
24/09/1973 – 14/11/1980	Luís de Almeida Cabral	Presidente do Conselho de Estado
14/11/1980 – 14/05/1984	João Bernardo Vieira (Nino)	Presidente do Conselho de Revolução
14/05/1984 - 16/05/1984	Carmem Pereira	Presidente interina
16/05/1984 - 29/09/1994	João Bernardo Vieira (Nino)	Presidente do Conselho de Estado
29/09/1994 - 07/05/1999	João Bernardo Vieira (Nino)	Presidente (eleito)
07/05/1999 - 14/05/1999	Ansumane Mané	Comandante da Junta Militar
14/05/1999 - 17/02/2000	Malam Bacai Sanhá	Presidente interino
17/02/2000 - 14/09/2003	Koumba Yalá	Presidente (eleito)
14/09/2003 - 28/09/2003	Veríssimo Correia Seabra	Presidente interino (comando militar)
28/09/2003 - 01/10/2005	Henrique Rosa	Presidente interino
01/10/2005 - 02/03/2009	João Bernardo Vieira (Nino)	Presidente (eleito)
02/03/2009 - 08/09/2009	Raimundo Pereira	Presidente interino
08/09/2009 - 09/01/2012	Malam Bacai Sanhá	Presidente (eleito)
09/01/2012 - 12/04/2012	Raimundo Pereira	Presidente interino
12/04/2012 - 11/05/2012	Mamadú Ture Kuruma	Presidente do Comando Militar
11/05/2012 - 22/06/2014	Manuel Serifo Nhamadjo	Presidente de transição
22/06/2014 – 23/06/2019	José Mário Vaz (Jomav)	Presidente (eleito)

Fonte: (KOSTA, 2016, p.48; WIKIPÉDIA, 2019) Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_da_Guin%C3%A9-Bissau> Acesso dia 02/01/19
 Elaborado pelo autor.

O quadro acima apresenta a lista dos presidentes da República da Guiné-Bissau, desde sua independência até o ano de 2016. No entanto, verifica-se que apenas cinco presidentes foram eleitos pelo voto popular, e somente um conseguiu concluir o seu mandato.

É importante elucidar que de todos os golpes de Estado ocorridos no país, apenas João Bernardo (Nino) Vieira, em 1980, assumiu o poder como o Presidente da República, com um governo estabelecido, os outros líderes golpistas apenas autoproclamaram, mas não chegaram a permanecer no poder, como se observa no quadro acima.

Na Guiné-Bissau, o Presidente da República é eleito por um mandato de cinco anos e o Primeiro-Ministro (governo) é eleito por um mandato de quatro anos. Em casos de golpes de Estado, de morte ou impedimento do presidente, é escolhido um presidente da república interino, sob a *Carta de Transição Política*, que suspende parcialmente a Constituição “uma pausa constitucional” até as novas eleições gerais no país (UNIÃO EUROPEIA, 2005, p.13).

Quadro - 2. Listagem dos Chefes de Governo, (Primeiros-Ministros) da Guiné-Bissau de 1974 a 2016.

Tempo de Mandato	Primeiro-Ministro
24/09/1973 – 07/07/1978	Francisco Mendes (Tchico Té)
07/07/1978 - 28/09/1978	Constantino Teixeira
28/09/1978 - 14/11/1980	João Bernardo Vieira (Nino)
14/11/1980 - 14/05/1982	<i>Vago</i>
14/05/1982 - 10/03/1984	Victor Saúde Maria
10/03/1984 - 27/12/1991	<i>Cargo extinto</i>
27/12/1991 - 26/10/1994	Carlos Correia
26/10/1994 - 06/06/1997	Manuel Saturnino da Costa
06/06/1997 - 03/12/1998	Carlos Correia
03/12/1998 - 19/02/2000	Francisco José Fadul (primeiro-ministro de transição)
19/02/2000 - 19/03/2001	Caetano N’Tchama
21/03/2001 - 09/12/2001	Faustino Fudut Imbali
09/12/2001 - 17/11/2002	Alamara Ntchia Nhassé
17/11/2002 - 14/09/2003	Mário Pires
28/09/2003 - 10/05/2004	Artur Sanhá (primeiro-ministro de transição)
10/05/2004 - 02/11/2005	Carlos Gomes Filho (Cadogo)
02/11/2005 - 13/04/2007	Aristides Gomes
13/04/2007 - 05/08/2008	Martinho Ndafo Kabi

05/08/2008 - 02/01/2009	Carlos Correia (primeiro-ministro de transição)
02/01/2009 - 10/02/2012	Carlos Gomes Filho (Cadogo)
10/02/2012 - 12/04/2012	Adiato Djaló Nandigna (primeira-ministra interina)
16/05/2012 - 03/07/2014	Rui Duarte de Barros (primeiro-ministro de transição)
03/07/2014 - 20/08/2015	Domingos Simões Pereira
20/08/2015 - 17/09/2015	Baciro Djá
17/09/2015 - 27/05/2016	Carlos Correia
27/05/2016 - 18/11/2016	Baciro Djá
18/11/2016 - 16/01/2018	Umaro Sissoco Embaló

Fonte: (KOSTA, 2016, p.50-53; WIKIPÉDIA, 2019) Disponível em:
 <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_primeiros-ministros_da_Guin%C3%A9-Bissau> Acesso dia 02/01/19
 Elaborado pelo autor

O quadro acima apresenta a lista dos nomes e períodos de mandato dos Chefes de Governo, ou seja, dos Primeiros-Ministros da Guiné-Bissau, desde a independência até o ano de 2016. Nele (quadro), pode-se observar que nenhum dos Primeiros-Ministros conseguiu concluir um mandato de quatro anos. Isso demonstra claramente o efeito da instabilidade política no eixo do poder executivo guineense. Também, pode-se verificar que nos períodos de 2000 a 2009, assim como nos períodos entre 2012 a 2016 foram momentos de maior troca de Chefes de Governo.

2.1.4. Contexto Sociocultural:

De igual maneira que acontece em maioria dos países do continente africano, a sociedade bissau-guineense é formada por uma estrutura social fortemente heterogênea, com uma multiplicidade de grupos étnicos, onde cada etnia tem a sua própria língua e diferentes costumes (hábitos), culturas, religiões e tradições, apesar de partilharem um território comum e fazerem parte da mesma nação (CAETANO, 2012).

No entanto, de acordo com alguns estudos, existem cerca de vinte e cinco grupos étnicos, dos quais se destacam dez mais importantes no que diz respeito ao número de locutores: Fulas, Balantas, Mandingas, Manjacos, Papeis, Beafadas, Bijagós, Mancanhas, Felupes e Nalús, isto é, 3/4 dos habitantes da Guiné-Bissau. Os outros quinze grupos étnicos

que são representados em minorias na Guiné-Bissau e que integram entre algumas centenas e poucos milhares de indivíduos: Bagas, Baiotes, Bambarãs, Banhums, Cassangas, Cobianas (Caboianas), Jacancas, Jalofos (Wolof), Landumãs, Padjadincas (Badjaranka), Saracolés (Soninkés), Sereres (Nhomincas), Sossos (Jaloncas), Tandas e Timenés³² (CAETANO, 2012).

Apesar de existir essas diferenças culturais, não existem guerras tribais na Guiné-Bissau, e parece que todas as etnias vivem em plena harmonia (DA SILVA, 2010).

Portanto, até o ano 2009, considera-se que no total da população residente em Guiné-Bissau, apenas 0,1% são de nacionalidade estrangeira. A maior parte desta população possui nacionalidade Conacri-guineense (27,7%), Mauritâniana (18,7%) e Senegalesa (18,3%). A população de nacionalidade portuguesa corresponde a 5,6%. As restantes nacionalidades praticamente não têm expressão. No que concerne às línguas faladas, afirma-se que mais de 90% da população guineense fala o crioulo³³ e apenas 27,1% (1/3) do total fala a língua portuguesa enquanto cerca de 5% fala a língua francesa (GUINÉ-BISSAU, 2009).

Até o início dos anos 2010, a população da Guiné-Bissau que vivia nas áreas urbanas era de 34% enquanto 66% habitavam nas zonas rurais (ONU, 2006; DA SILVA, 2010).

Entretanto, observa-se que a Guiné-Bissau é detentora de um patrimônio cultural bastante rico e diversificado. Pois, o mosaico étnico e as diferenças linguísticas produziram uma grande variedade das manifestações culturais em nível da expressão artística, das profissões, da tradição musical, da dança e etc., que podem ser observadas correntemente por ocasião das colheitas, dos casamentos, nos festivais tradicionais e durante as cerimônias de iniciação (fanados). Carnaval da Guiné-Bissau é a maior manifestação cultural do país, com

³² De referir ainda que se registram, em alguns casos, como é o caso Balanta e Fula, subdivisões dentro dos próprios grupos étnicos (Balantas: Balantas de Fora, Balanta Bravos, Balantas Naga, Balantas Mané e Mansoanca; e Fulas: Fulas de Boé, Fulas Pretos, Futa-Fulas e Fulas-Forros), o que realça o fator heterogêneo da sociedade guineense, mesmo no seio do próprio grupo étnico. (CAETANO, 2012, p.78).

³³ Em contrapartida, nos programas radiofônicos, a presença do crioulo é preponderante e também existem programas em línguas étnicas. Nas reuniões de trabalho, no nível do governo, o crioulo é utilizado com relativa frequência em determinados níveis. No parlamento, a língua mais usada é o crioulo, mesmo porque há deputados que não conhecem o português ou que não têm domínio ativo nem mesmo do crioulo.

Nas cidades, a língua que se ouve nas ruas é quase sempre o crioulo. Em casa também só se fala crioulo, com poucas exceções. Assim, nos bairros populares, onde se concentram falantes de uma mesma etnia, via de regra se fala a respectiva língua. Mas, havendo um vizinho de outra etnia, volta-se ao crioulo naturalmente. Regra geral, os estrangeiros que vão para a Guiné-Bissau, aprendem logo o crioulo em poucos meses. Contrariamente, o português podem nunca chegar a dominar completamente, nem mesmo depois de vários anos no país. É o caso, por exemplo, de comerciantes libaneses ou de mauritanianos que depois de duas ou três décadas de residência no país não conseguem exprimir-se corretamente em português. (COUTO; EMBALÓ, 2010, p.49-50).

características próprias e completamente originais. Por outro lado, “*Gumbê*” é o estilo musical mais importante, tendo as danças de “*Tina*”; “*Djambadom*”; “*Kussundê*”; “*Brocxá*” e “*Kunderê*”³⁴ como os mais populares (ANEME, 2018, p.17).

Apesar do constatado, na Guiné-Bissau, são praticamente inexistentes os estabelecimentos dedicados à cultura nos moldes modernos, pois não existem Museus, Bibliotecas públicas, Salões de Cinema, Livrarias “só existe uma pequena livraria anexa ao hotel Coimbra, não havendo outra forma de adquirir livros, revistas ou outras publicações periódicas, na cidade”, não existem *Shopping Centers*, bem como parques industriais organizados, apenas existem pequenas estruturas privadas sem grandes condições de acesso ou de segurança. Jardins e praças públicas existentes não apresentam condições ou estruturas para acolher dignamente a população. E, mesmo com a globalização da tecnologia, apenas 39,3% da população têm telefones celulares (ANEME, 2018, p.90-92; GUINÉ-BISSAU, 2011).

2.2. O Contexto histórico e a formação da Guiné-Bissau:

2.2.1. A Colonização Portuguesa na Guiné-Bissau.

Durante centenas de anos, até meados do século XIX, a região que corresponde o atual território da Guiné-Bissau fazia parte do reino mandinga de Kaabu, vassalo do Império do Mali (1230 a 1546), que foi fundado pelo lendário guerreiro mandinga, Sundiata Keita, no século XIII. Portanto, a influência política do reino de Kaabu se estendia a leste até a região de Casamance, no atual Senegal, ao norte até a atual Gâmbia e ao sul até partes da atual Guiné-Conacri (PEREIRA; VITTÓRIA, 2012).

De acordo com Carlos Lopes (1994) pelo menos, duas teses concorrem para explicar a formação territorial da atual Guiné-Bissau e a configuração social que ali foi desenvolvida, baseando-se nas teses que destacam a variável exógena e a endógena.

Segundo o autor, a tese que apoia a variável exógena fundamenta-se na presença portuguesa nas costas do Rio de Guiné a partir do século XV, marcada por fatores sociopolítico e econômico, determinantes para a configuração socioespacial do território que

³⁴ Rádio Gumbê. 2014. Disponível em: <<http://www.gumbe.com/category/historia-de-gumbe/>> Acesso dia 19/01/19

se conhece, atualmente, como Guiné-Bissau. Já a tese centrada em processos endógenos, a mais recente e polêmica, que começou a ser consolidada só em 1972, se baseia na historiografia interna africana, que sustenta “que do século XII até meados do século XIX o território entre os rios Gâmbia e Nunez foi dominado por estruturas políticas mandingas, primeiro criadas depois herdeiras dos Estados do Alto Níger, nomeadamente do Império do Mali” (LOPES, 1994, p.137). Essas verdades, sem sombra de dúvida, minimizou o peso externo para explicar como este espaço se formou, por isso, o autor considera que é imprescindível conhecer primeiro a história do Kaabu para melhor compreender o Estado da Guiné-Bissau e seus vizinhos.

Contudo, parece que a tese exógena acabou por prevalecer, e de acordo com os registros, a chegada dos portugueses ao território que compreende a atual Guiné-Bissau, ocorreu em 1446, bem antes da descoberta do Brasil (1500). Muitos autores, como Patrícia Gomes (2010), atribuem esta ocorrência a Nuno Tristão, que terá morrido numa destas primeiras investidas num ataque perpetrado pelas tribos locais no rio Geba. Já outros historiadores atribuem-na a Álvaro Fernandes que, pela mesma altura, terá chegado à praia de Varela. Porém, efetivamente a presença portuguesa efetiva no território inicia-se a partir de 1588 na vila de Cacheu, à altura sujeita administrativamente ao Arquipélago de Cabo Verde. O lugar ficou conhecido pelo seu porto, propícios para o transporte marítimo de escravos, ouro, marfim e especiarias (ROSA; BENZINHO, 2018).

Considera-se que esta região já foi chamada de Costa da Guiné ou Costa Africana, ou melhor, Senegâmbia. Com a divisão arbitrária da Conferência³⁵ de Berlim, em 1884-1885³⁶, os europeus traçaram as fronteiras africanas sem terem respeitadas as tradições culturais e costumes dos grupos étnicos ali existentes. Os povos das mesmas comunidades foram separados em vários subgrupos, conforme os interesses econômicos europeus, a fim de explorá-los melhor (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

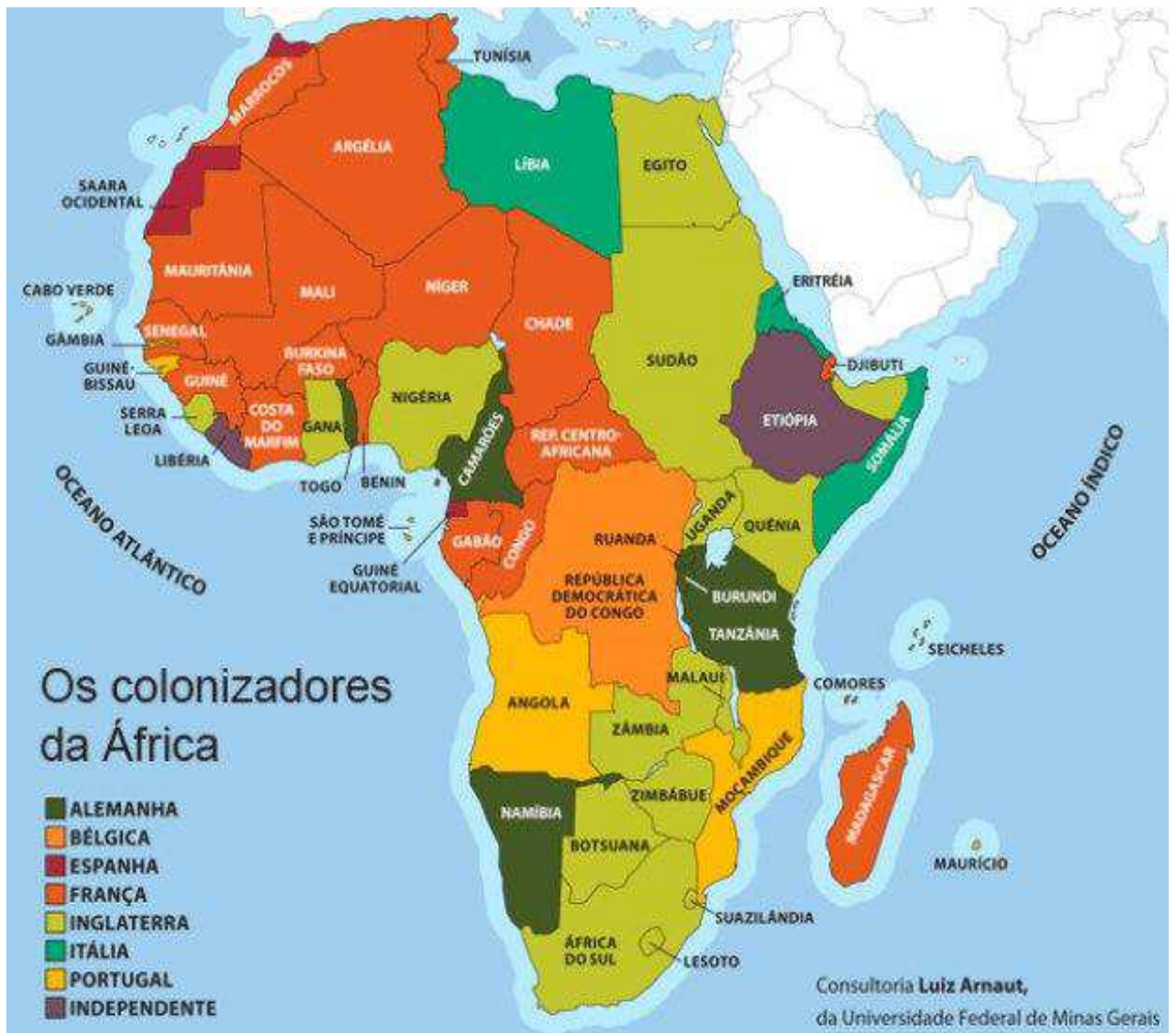
A Guiné, portanto, foi ganhando codinomes (Costa dos Escravos, Costa do Ouro, Costa da Malagueta, Costa do Marfim), consoante a predominância dos produtos comerciais

³⁵ “Em linhas gerais, as consequências desta conferência para o continente africano são inúmeras. Desde a implantação acirrada das disputas étnicas, o subdesenvolvimento do continente, a extrema pobreza, até o alto índice do analfabetismo e a perda da autonomia e liberdade. Vale ressaltar que, que o fim da escravidão não se deu por questões humanitárias, mas sim por questões puramente econômicas provocadas pela Revolução Industrial e pela pressão do liberalismo” (CANDÉ, 2013, p.90).

³⁶ A França e Portugal traçam no mapa as atuais fronteiras da Guiné-Bissau. A França por sua vez, ficou com uma parte do território que pertencia à Guiné (Cassamanse e Ziguinchor,) em troca, o Portugal ficou com Cacine (CANDÉ, 2013, p.90; ROSA; BENZINHO, 2018, p.16).

que os portugueses ali vendiam, e quando consolidaram sua dominação, o território passou a denominar-se de Guiné Portuguesa, sob administração do Estado colonial português. Finalmente, só depois da proclamação unilateral da independência em 1973, é que o território foi oficialmente batizado de Guiné-Bissau (GOMES, 2010; CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Mapa 2: Mapa geográfico da África após Conferência de Berlim (1884-1885).



Fonte: Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/historia/fundamentos/historia-colonizadores-africa-450594.shtml>> Acesso dia 03/01/19

O mapa acima mostra a divisão das fronteiras africanas no pós-conferência do Berlim. Cada traço indica as fronteiras e as cores representam os países colonizadores indicados nos

quadrinhos à esquerda. Percebe-se no mapa, que, em todo o continente africano, apenas a Etiópia não foi colonizada.

No tocante a colonização portuguesa no território da Guiné, Moema Augel (2007, p.54) ressalta que durante séculos, o território da Guiné foi administrado conjuntamente com o arquipélago de Cabo Verde, e só em 1879 é que o território da Guiné foi sido desvinculado administrativamente de Cabo Verde, e se tornou em uma província independente com administração própria, chamada de Guiné Portuguesa, sendo a ilha/cidade de Bolama escolhida como capital colonial (GOMES, 2010).

Além da Guiné, também faziam parte do vasto império marítimo português na África, a Angola, o Moçambique, o Arquipélago de Cabo Verde e as ilhas de São Tomé e Príncipe (AUGEL, 2007, p.55).

No entanto, durante a administração colonial na Guiné Portuguesa, a estrutura social deste território era composta por 99% de habitantes nativos, que eram atrelados às tradições culturais, já o Arquipélago de Cabo Verde contava com 70% da população de assimilados³⁷ dos quais mestiços convertidos ao catolicismo. No entanto, os pré-requisitos para se tornar um assimilado na Guiné era bastante diferente em relação a Cabo Verde. Portanto, a dominação portuguesa pregava a distinção entre civilizados e não civilizados tanto nas relações sociais assim como nas relações comerciais. A recorrente discriminação racial que se estabelecia contra os nativos na Guiné, estava consolidada na Lei Fundamental da metrópole e descrita no Estatuto do Indigenato. Como consequência, os indígenas não tinham direitos políticos, enquanto que os assimilados gozavam de certos privilégios em relação aos demais membros da população nativa, considerada “indígena” e desprovida da cultura portuguesa (KOHL, 2011; CANDÉ MONTEIRO, 2013; GOMES, 2010).

Segundo Américo Campos (2012), desde a ocupação efetiva do território guineense, os colonialistas organizaram, entre 1882 e 1935, as chamadas campanhas de “pacificação” com objetivos de obrigar o povo a pagar o imposto de palhota³⁸. Quem não pagava tais impostos era submetido a trabalho forçado e outras formas de castigo. Porém, Moema Augel (2007, p.58) observa que o povo guineense resistiu ferreamente esta campanha de pacificação

³⁷ Para passar da condição de indígena à de cidadão assimilado, deve ter um bom conhecimento da língua portuguesa, ter nome português, saber hábito e costumes dos portugueses, ser católico e etc., e exercer uma profissão que lhe permita subvencionar as necessidades das pessoas o seu cargo (CANDÉ, 2013, p.138-139 apud ORAMAS, 1998).

³⁸ Imposto de Palhota era o tributo cobrado em dinheiro, em bens materiais ou em trabalhos por habitação [palhota] nas aldeias indígenas, ou seja, nas tabancas (vilarejos, cidades de interior).

e a dominação colonial até o ano de 1936, quando os “portugueses a só puderem considerar o território completamente pacificado, depois de anos de ferozes combates” contra os povos de Arquipélago de Bijagós.

Essa imposição portuguesa se deu porque, dentre as etnias mais populosas da Guiné Portuguesa exceto os Balantas, que tinham uma estrutura organizativa horizontal e sem classe dominante, os Fulas, Mandingas, Papeis, Majacos, Mancanhas e Bijagós, tinham uma organização social rígida e hierarquizada nos moldes verticais. Devido esses fatos, os portugueses se aliaram aos grupos de sociedade vertical principalmente os fulas e os grumetes (africanos cristianizados), como auxiliares da sua dominação e da sua exploração. Também, os portugueses usaram cabo-verdianos como soldados, informantes, chefes de posto e outros cargos repressivos. Daí o nascimento da aversão histórica que foi sendo inculcada no povo guineense em relação ao povo cabo-verdiano (CAMPOS, 2012; CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Por razões econômicas e questões políticas em Bolama, a capital da Guiné Portuguesa foi transferida para a cidade de Bissau em 1941. E, em 1951, a Guiné Portuguesa passou de estatuto de colônia para Província Portuguesa Ultramar, isto é, passou a ser considerado território português além-mar (AUGEL, 2007).

Em resumo, tanto do ponto de vista econômico ou político, a administração portuguesa sempre considerou a Guiné Portuguesa um parente pobre, diferentemente de Angola e Moçambique. O colonialismo português não fez nenhum investimento sério na Guiné, ou seja, ao longo dos cinco séculos de colonização, os portugueses não construíram nada de importante (infraestruturas, escolas, edifícios, indústrias e etc.), pelo contrário, só pilharam, roubaram e mataram os guineenses, enquanto que Cabo Verde era considerado por eles, como um caso especial (CAMPOS, 2012, GOMES, 2010).

2.2.2. A Luta de Libertação Nacional da Guiné e Cabo Verde

Portanto, além das resistências aferradas por parte de diferentes grupos étnicos, também urgiu na Guiné Portuguesa, às reivindicações de distintos movimentos nacionalistas e partidos políticos contra o jugo colonial. Para Candé Monteiro (2013), a “Liga Guineense”, embora não tinha objetivos de lutar para a independência nacional, foi considerado o primeiro movimento com caráter político de convicção republicana a questionar atos bárbaros do colonialismo. Segundo a autora, este movimento foi criado em 1911, na então capital Bolama,

por uma pequena elite intelectual assimilada (composta exclusivamente de mestiços e grumetes) dos filhos de Bolama. Esta organização não se alargava para os gentios (não civilizados, indígenas) ou os nativos residentes.

No entanto, anos de 1930, quando António de Oliveira Salazar assumiu o poder em Portugal, inaugurou uma nova época colonial, rompendo com a política colonial Republicana. Sob a ditadura Salazarista, os territórios coloniais passaram a serem considerados como parte integrante do solo imperial português (FERNANDES, 2007).

Após a extinção da “Liga Guineense” em 1915, anos mais tarde, acabou por surgir diversos movimentos com intenções independentistas na Guiné Portuguesa, começando com a criação clandestina do MING (Movimento de Independência da Guiné) em 1953 por Amílcar Lopes Cabral, que antes, tentou fundar um “clube desportivo” reservado apenas aos guineenses nativos, mas que foi proibido pelos colonialistas. Portanto, em 19 de setembro de 1956, Amílcar Lopes Cabral, junto com cinco outros patriotas (Aristides Pereira, seu irmão Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin) fundaram em Bissau, o Partido Africano de Independência (PAI), que posteriormente (em 1960), passou a designar-se de PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (SILVA, 2006; GARCIA, 2000; CASSAMA, 2014).

Depois disso, outros movimentos de pendor nacionalista e independentista, surgem clandestinamente à margem do território, nomeadamente no Senegal. Entre eles aparecem: a União Popular da Guiné (UPG), fundado em 1958; o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), fundado em 1958, possuía a sua sede em Dakar e filiais em Conacri e Bissau; a União Democrática Cabo-verdiana (UDC), fundada em 1959; o Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (MLGCV), fundado em 1959; a União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP), fundada em 1962, sendo esta a favor da autonomia e não da independência; o Movimento para a Libertação das Ilhas de Cabo Verde (MLICV), um movimento decidido apenas pela Independência de Cabo Verde e a Frente de Libertação para a Independência da Guiné (FLING), fundada em agosto de 1962 em Dakar, por François Kankoila Mendy, na convergência com outros movimentos nacionalistas radicados no Senegal (GARCIA, 2000; FERNANDES, 2007).

Constatado a existência da rivalidade entre o PAIGC e seus oponentes, sobre qual movimento irá protagonizar a execução da luta contra o colonialismo, e, devido a deficiente organização política da FLING e outros movimentos nacionalistas que atuavam a partir do Senegal, levou as autoridades senegalesas a reconhecerem em 1964, apenas o PAIGC, como o

único movimento representante do povo da Guiné. Dando-lhe a facilidade de desenvolver atividades políticas no seu território, assim como aconteceu em Guiné-Conacri (FERNANDES, 2007; GARCIA, 2000).

Segundo Francisco Garcia (2000), inicialmente, o MLG encarava politicamente, a ideia de uma federação, onde a Guiné passaria a constituir um Estado Federal da República Portuguesa semelhante à dos Estados brasileiros. Como esta ideia não se venceu, o MLG passou a exigir a independência total da Guiné. Sendo um movimento formado exclusivamente por guineenses, seus dirigentes abominavam os portugueses e detestavam os cabo-verdianos.

Todavia, Amílcar Lopes Cabral ainda tentou em 1961, harmonizar os movimentos nacionalistas existentes na Guiné, mas, estes refutaram a ideia da união entre a Guiné e o Cabo Verde. Porém, o Conselho de Ministros da Organização da União Africana (OUA) acabou por reconhecer o PAIGC, como “o movimento mais estruturado³⁹ para desenvolver uma luta armada, e canalizou para este, toda a ajuda material” (GARCIA, 2000, p.52).

Entretanto, antes de pegar em armas, o PAIGC, buscou tratar a questão da independência por via negociada, mas, o poder colonial da metrópole sempre recusou qualquer tentativa de emancipação dos territórios ultramarinos de Portugal. O então presidente ditador de Portugal, António de Oliveira Salazar, que, apesar de nunca ter visitado as colônias, foi um defensor acérrimo das terras portuguesas ultramarinas, e mandava reprimir com brutalidade qualquer tentativa de qualquer movimento independentista (FERNANDES, 2007; MANÉ, I. 2014; WOOLLACOTT, 1983; PEREIRA; VITTÓRIA, 2012).

Destarte, o Partido Africano da Independência (PAI) fundou em 1958, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), o que representa até os dias atuais a maior organização sindical da Guiné-Bissau. Visando uma luta legal contra o colonialismo, porém, o partido viria a desistir dos seus propósitos sindicalistas quando no dia 3 de agosto de 1959, durante uma greve por melhores condições de trabalho, de centenas de trabalhadores guineenses do porto de Pindjiguiti, em Bissau, foi violentamente reprimida pelos militares e

³⁹ Para a sua estruturação dentro do território, o PAIGC dividiu-se em três inter-regiões: a do norte, a do sul e a do leste, subdivididas em regiões. A organização política, administrativa e militar era igual em todas as regiões, que foram divididas em zonas e subdivididas em secções. De uma maneira geral, a parte da população que colaborava com o PAIGC e que não pertencia ao “Exército Popular” e à “guerrilha”, estava organizada em “milícias populares”, constituída por grupos de rapazes e raparigas, principalmente com a função de controlo e enquadramento das populações e a obtenção de reabastecimentos.

Este partido, que se sobrepôs a todos os outros, era de orientação ideológica marxista-leninista, mas desde a sua criação intitulou-se de democrático, anti-colonialista, anti-imperialista e atuante no quadro da democracia revolucionária. (GARCIA, 2000, p.54)

policiais do governo colonial. Uma chacina que deixou mais de 50 mortos e dezenas de feridos ficou conhecida na Guiné-Bissau como “*Massacre de Pindjiguiti*” (SILVA, 2006; CASSAMA, 2014).

Após o “Massacre de Pindjiguiti”, em setembro de 1959, o PAI reviu a sua estratégia, e comprovado que o Partido não reunia condições de desenvolver ações políticas nos meios urbanos (devido à perseguição brutal do governo colonial), ficou decidido que o PAI deslocaria as suas ações para o campo (zona rural), onde começara uma intensa campanha de mobilização dos camponeses e preparou a luta armada de libertação nacional transferindo parte da sua direção para o exterior, nomeadamente para a República da Guiné (SILVA, 2006; CASSAMA, 2014).

Assim sendo, Amílcar Cabral acreditava que a Guiné e Cabo Verde eram um só, e, por natureza, por história, por geografia, por tendência econômica, por tudo, até por sangue, os dois territórios eram indivisíveis. Por isso, ele almejava a imediata conquista da independência e a união dos dois povos para a democratização e o rápido progresso econômico e social (MANÉ, I., 2014).

Desta forma, Amílcar Cabral⁴⁰ decidiu por escolher a Guiné Portuguesa para arquitetar a luta armada, porque diferentemente de Cabo Verde, este território reunia condições necessárias para o desencadeamento de uma guerra de guerrilha, por contar com a ligação das fronteiras terrestres com o Senegal e a República da Guiné, caso necessitasse de fuga e ou recuo. Também, devido que o sentimento de revolta à colonização era mais visível no comportamento dos guineenses, pois os cabo-verdianos recebiam tratamentos diferenciados, por isso, a grande parte da sociedade era favorável à presença colonial no arquipélago (OSSAGÔ, 2016).

⁴⁰ Amílcar Lopes Cabral nasceu no dia 12 de Setembro de 1924 na cidade de Bafatá, Guiné Portuguesa, filho de Juvenal Antônio Lopes da Costa Cabral (cabo-verdiano e o primeiro professor de uma escola primária em Cacine) e de Iva Pinhel Évora (guineense). Em 1932, aos oito anos de idade, sua família mudou-se para Cabo Verde, estabelecendo-se em Santa Catarina (ilha de Santiago), onde em 1936, aos doze anos de idade, começou a estudar e completou o ensino primário. De seguida mudou com a mãe os irmãos para Mindelo, São Vicente, para dar continuidade aos estudos no Liceu Gil Eanes e terminar o ensino médio, em 1943. No ano seguinte, mudou-se para a cidade de Praia, na Ilha de Santiago, e começou a trabalhar na Imprensa Nacional, já em 1945 conseguiu uma bolsa de estudos, para ingressar no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa.

Após graduar-se em 1950, ainda trabalhou por dois anos na Estação Agronômica de Santarém (como estágio obrigatório para a obtenção do grau de licenciado e o título de engenheiro agrônomo), antes de ser contratado pelo Ministério do Ultramar para trabalhar como adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné Portuguesa, em Bissau. (DUARTE SILVA, 2008.p.6-10 apud CASSAMA, 2014, p.25).

Nesse contexto, Amílcar Cabral começou por explicar aos camponeses que a luta era contra o imperialismo português e não contra o povo português. E, para terem sucesso nessa luta, era preciso a união, conforme o lema do partido, “Unidade e Luta” (SILVA, 2006; MANÉ, I., 2014; PEREIRA; VITTÓRIA, 2012).

Para Francisco Garcia (2000, p.55), “Amílcar Cabral considerava impossível, no contexto colonial, que uma só camada social pudesse levar a cabo a luta contra o colonialismo”. No entanto, antes da mobilização da massa rural, o PAIGC iniciou por mobilizar as camadas urbanas principalmente os jovens vindos do campo para a cidade (a principal força revolucionária).

Em 03 de agosto⁴¹ de 1961, o PAIGC parte para ação direta no interior do território, e Cabral, que valorizava a cultura nacional, entendia que o povo, ao pegar em armas, estava em primeiro lugar a manifestar a sua recusa contra a imposição de uma cultura estrangeira. Assim como acusava governo português de “opressão política e administrativa, de opressão e exploração econômica, de opressão social e cultural e de praticar um desumano regime colonial” (GARCIA, 2000, p.56).

Depois de ter sido esgotado todas as formas de negociação por via pacífica, e mesmo sem um poder bélico, no dia 23 de janeiro de 1963, o PAIGC decidiu pegar em armas e iniciar uma luta armada, sendo que o primeiro ataque armado eclodiu na cidade de Tite, no sul do território, contra um quartel das Forças Armadas Portuguesas (GARCIA, 2000; WOOLLACOTT, 1983).

Mas antes disso, vale a pena ressaltar que após Amílcar Cabral terminar sua licenciatura em Agronomia em Lisboa, ele voltou para Guiné Portuguesa em 1952, para trabalhar como engenheiro agrônomo, na estação experimental de agricultura de Pessubé, em Bissau. Logo em 1953, Cabral foi incumbido de realizar o recenseamento agrícola em todo território da Guiné, o que lhe possibilitou a conhecer profundamente todos os cantos do território guineense assim como a realidade do governo colonial português (CASSAMA, 2014).

Por outro lado, Daniel Cassama (2014), salienta que durante a sua estadia em Portugal, Amílcar Cabral não se limitou apenas ao curso de Agronomia, ali, ele e vários outros estudantes vindos da colônia ganharam a consciência cultural e política. Isso permitiu para

⁴¹ Esta data passou a ser considerado o dia nacional da revolução, em razão ao Massacre de Pindjiguiti. (GARCIA, 2000, p.56).

que Cabral passasse a considerar a educação como a base do seu projeto de luta: a construção e formação de um «Homem novo».

Nesse contexto, durante todo o processo da luta, (ao longo dos quinze anos) Cabral e PAIGC contaram com apoios vindos de vários países e organizações para desenvolverem a luta armada. Todavia, apesar de o PAIGC ter recebido apoio externo de instrutores militares e de alguns mercenários, Amílcar Cabral considerava que a luta na Guiné tinha que ser feita apenas pelo povo guineense e cabo-verdiano, recusando assim, qualquer participação direta dos militares estrangeiros no território. Justificando que “não podíamos de maneira nenhuma pensar em libertar a nossa terra, chamando gente de fora (estrangeiros) para vir lutar por nós” (GARCIA, 2000, p.67).

Desta forma, a Argélia, a República da Guiné, a Cuba, a China e ex-URSS forneciam armamentos e ofereciam em seus países, bolsas de estudo aos membros do PAIGC, para a formação e especialização nas áreas militar, civil e política. Já os países nórdicos (Dinamarca, Noruega e Suécia) entre 1969 a 1970, apoiaram financeiramente e materialmente o PAIGC e outros movimentos independentistas, no antigo Ultramar Português (GARCIA, 2000).

Também, o Conselho Mundial das Igrejas e o Partido Trabalhista Inglês auxiliaram financeiramente o PAIGC em 1971. Porém, de todo o auxílio externo recebido por Cabral, o mais importante no terreno, foi o prestado pelo Senegal e pela Guiné-Conacri, este último prestava todo apoio possível ao PAIGC. A Guiné Conacri era o lugar onde o partido mantinha bases, planejava operações, fazia propaganda e tantas outras coisas (GARCIA, 2000).

No âmbito diplomático, Amílcar Cabral participou em várias conferências sobre a causa de luta de libertação. Em fevereiro de 1970, Amílcar fez um brilhante discurso em Washington no Congresso norte-americano, em julho do mesmo ano foi recebido pelo Papa Paulo VI no Vaticano. Em 1972, Cabral discursou perante a IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque e recebeu o título de doutor *honoris causa* pela *Lincoln University* na Pensilvânia, Estados Unidos. E logo em dezembro do mesmo ano recebeu o mesmo título de doutor *honoris causa* em Moscou, pela Academia de Ciências da antiga União Soviética (PEREIRA; VITTÓRIA, 2012).

Depois de jubilar importantes vitórias diplomáticas e conquistas militares (libertando cerca de 2/3 do território guineense), o PAIGC sofreu um duro golpe no dia 20 de janeiro de 1973, com o assassinato⁴² de Amílcar Cabral em Conacri (capital da República da Guiné), por

⁴² Houve várias versões para tentar explicar este assassinato que até dias de hoje não foi esclarecido. Para muitos, a rivalidade entre guineenses e cabo-verdianos que foi inteligentemente aproveitada pela Polícia

um comandante naval guineense do PAIGC, Inocêncio Kani e mais outros dois companheiros (MANÉ, I. 2014).

Apesar desta perda, as forças nacionalistas do PAIGC não desistiram da luta e ganharam força quando o General português António de Spínola regressou a Lisboa, por razões de saúde, em agosto de 1973. John Woollacott, (1983, p.1140), afirma que com a saída do Spínola na guerra, “o moral⁴³ das forças armadas portuguesas decaiu vertiginosamente”.

Assim, por ter ocupado a maior parcela do território, o PAIGC acabou por proclamar unilateralmente a independência da República da Guiné-Bissau⁴⁴, no dia 24 de setembro de 1973, na região de Boé, leste do país, após aprovada pela Assembleia Nacional Popular a primeira Constituição do novo país, em 23 de setembro de 1973 e Luís Cabral (irmão do Amílcar Cabral), assumiu como o presidente da nova república (GARCIA, 2000; WOOLLACOTT, 1983).

A partir desta proclamação unilateral até maio de 1974, mais de 84 países já haviam reconhecido a independência da Guiné-Bissau, inclusive a Organização das Nações Unidas (SILVA, 2006; GARCIA, 2000; WOOLLACOTT, 1983).

Naquele momento, Portugal, os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a Suíça, a França e nem mesmo os tradicionais auxiliados nórdicos reconheceram de imediato a independência da República da Guiné-Bissau.

O Estado da Guiné-Bissau só foi reconhecido por Portugal no dia 10 de setembro de 1974, graças à queda do regime fascista e ditatorial português em 25 de abril de 1974 e após os acordos de Argel, onde também reafirma o direito do povo das ilhas de Cabo Verde à autodeterminação e à independência no dia 5 de julho 1975 (GARCIA, 2000; SILVA, 2006; WOOLLACOTT, 1983).

Consumado o projeto da independência, Antero Fernandes (2007, p.10) admite que os dois Estados soberanos empenharam-se na edificação da união, uma tarefa que desde o seu início não foi fácil, tendo o seu epílogo na fatídica noite de 14 de novembro de 1980, quando

Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), podem ter estado na origem do assassinato. Ainda nos dias atuais, isso continua a ser um mistério sobre quem o mandou matar o Cabral? e Por Quê?

⁴³ Espalhou-se então a ideia, entre os militares estacionados na Guiné, de que os seus verdadeiros inimigos não eram os guerrilheiros do mato, mas antes os políticos e os militares de alta patente instalados na metrópole. (WOOLLACOTT, 1983, P.1140).

⁴⁴ O PAIGC, definia o novo Estado como “uma república soberana, democrática, anti-colonialista e anti-imperialista, que luta pela libertação total, pela unidade da Guiné e do arquipélago de Cabo-Verde, assim como pelo progresso social do seu povo (...)”(GARCIA, 2000, p.127).

João Bernardo Vieira, deu Golpe de Estado a Luís Cabral, tendo como consequência o desmantelamento do projeto da unidade Guiné e Cabo Verde. Para Iussufi Mané (2014), muitos autores consideram que a morte de Amílcar Cabral já significou o fim do projeto ideológico da unidade Guiné-Cabo Verde, porque ele era único que sabia lidar bem com as desavenças internas no seio do PAIGC.

Por fim, Iussufi Mané (2014) e Ricardo Ossagô (2016), observam que o processo de emancipação política dos territórios coloniais portugueses, além de ter ocorrido bem mais tarde em relação aos territórios das colônias Inglesas e Francesas na África, envolveu uma luta armada para serem reconhecidos como países independentes e autônomos. Segundo os autores, dos cinco ex-colônias, somente nos territórios de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe é que não houve uma luta armada para a independência. Já em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique as independências só foram possíveis após anos de sangrentas batalhas, principalmente na Guiné-Bissau, a Luta armada durou 11 anos e foi a mais longa da África.

Entretanto, “A Guiné-Bissau foi o primeiro país independente entre os países da colônia portuguesa na África e o último país independente entre os países da África Ocidental, com exceção de Cabo Verde, que conquistou a sua independência em 1975” (CATEIA; ROHENKOHL; CASTELLANO, 2018, p.99).

2.3. A Pós-independência e a Abertura Política na Guiné-Bissau.

Quando terminou a guerra da independência, em 1974, o PAIGC “encontrou o país com um grau de desenvolvimento extremamente baixo”, a infraestrutura, a economia, as finanças e os recursos humanos não permitiam um processo autônomo para um desenvolvimento acelerado. Por isso, o país teve sempre que recorrer às grandes ajudas externas (SANGREMAN, 2016, p.9).

Na verdade, as estruturas deixadas pelos portugueses na Guiné-Bissau não ofereciam condições necessárias para que o país criasse mecanismos adequados para um desenvolvimento sustentável.

É importante frisar de que quando o PAIGC deu a independência à Guiné-Bissau, proibiu a existência de outros partidos e o país foi governado em uma espécie de Partido-Estado, ou seja, o próprio partido era o Estado e o Estado era o Partido. E, desde a independência até os dias de hoje, se confunde muito o PAIGC com o próprio Estado da

Guiné-Bissau, pois ainda tanto o Estado bissau-guineense tal como o partido “dos libertadores” mantêm os mesmos símbolos: o Hino, a Bandeira e o Brasão de armas.

No entanto, logo pós-independência, a Guiné-Bissau pretendia eliminar os traços do colonialismo português, por isso, rapidamente desencadeou um profundo processo de reformas socioeconômicas visando promover o crescimento econômico e progresso social. Para impulsionar tais mudanças, o país passou a seguir o modelo socialista importado da antiga União Soviética, isto é, a centralização e forte intervenção do Estado em praticamente todos os setores da economia durante os anos de 1970 e 1980 (CATEIA; ROHENKOHL; CASTELLANO, 2018).

Dessa forma, para fazer esquecer a mazelas do colonialismo e continuar com a ideologia marxista-leninista do partido, o ex-presidente Luís Cabral adotou uma estratégia de desenvolvimento baseado num modelo de governação centralizado no aparelho central do Estado, isto é, o regime do partido único, que assumia todo o controle, desde o setor econômico, político e até de serviços (SANGREMAN, 2016).

No entanto, em busca de novas parcerias e apoios na construção desta nova nação africana, logo em 1975, chegam à Bissau centenas de cooperantes provenientes de URSS, Alemanha, Brasil, Cuba, Holanda, Suécia, Portugal e etc., que vieram a cooperar na reconstrução do país, porém, o golpe de Estado de 1980 que derrubou o presidente Luís Cabral no poder, acabou com todo o esforço e aquilo que o país vinha consolidando até então (CAMPOS, 2012).

2.3.1. O Golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 e a separação da Guiné-Bissau com Cabo Verde.

Contudo, mesmo depois da independência, a Guiné-Bissau e Cabo Verde andavam unidos sob o comando do PAIGC nos dois países, em ápice da união almejada pelo projeto ideológico de Amílcar Cabral - a união orgânica entre os dois territórios e os dois povos e, um dos princípios desta unidade (Estado binacional⁴⁵), conferiu constitucionalmente às Forças

⁴⁵ Com tudo isto existia uma aproximação da unidade orgânica e institucional e realizações de conferência intergovernamental, existia, uma única bandeira e um único hino nacional: “esta é a nossa pátria amada”. Todavia, a grande questão deparava com os moldes de exercício do poder com caráter binacional. Este vazio jurídico e político acumulava transtornos políticos, militares de caráter previsível que recusava a continuidade ideológica da unidade. A juntar a esta indefinição estavam ainda três dossiês quentes a saber: o debate sobre a

Armadas um papel de relevo na Estrutura, organização e funcionamento do Estado. Porém, o “grande problema vinha da sobreposição dos cabo-verdianos sobre os guineenses, justificados por razões de nível superior de escolaridade, enquanto de outro lado estavam os verdadeiros heróis na guerra de libertação nacional” (MANÉ, I., 2014, p.45; GOMES, 2014; CARDOSO, 1995).

De acordo com Iussufi Mané (2014), tinham enormes divergências no seio do PAIGC, tanto no jurídico como na distribuição dos cargos, e havia ala dos guineenses que eram contra a união dos dois Estados/povos. Naquela altura, João Bernardo Vieira “Nino Vieira” o então Comissário Principal (Primeiro-Ministro) aproveitou desta crise ideológica antagônica e clivagens políticas entre bissau-guineenses e cabo-verdianos, para conduzir, em 14 de novembro de 1980, em Bissau, uma ação militar (chamado por ele, Movimento Reajustador) para derrubar o Governo Constitucional de Luís Cabral.

Na visão do Carlos Sangreman et al. (2006), os motivos que levaram Nino Vieira a executar o golpe de Estado contra Luís Cabral seriam:

As razões do descontentamento de Nino Vieira relacionavam-se com a introdução de patentes militares no seio das Forças Armadas, em 1979. Os antigos combatentes sentiam uma profunda injustiça perante o sistema de cotas, que permitia promover jovens cabo-verdianos recém-chegados de Portugal ou de Cabo Verde e sem nenhuma legitimidade militar a comandarem os verdadeiros combatentes da liberdade da pátria. Quanto a Nino Vieira, considerou não ter sido promovido de forma justa, tendo em conta o seu passado na luta de libertação, acabando por reagir de uma forma que os juristas qualificam como de legítima defesa (SANGREMAN et al. 2006, p.13).

Mas, Nino Vieira justificou o golpe pela necessidade de ajustar e promover a unidade, a igualdade, a degradante situação socioeconômico do país, o desvio da linha ideológica do partido, assim como a introdução do divisionismo no seio dos militantes e dirigentes; ainda acusou o regime deposto de ter assassinado cerca de 500 guineenses, enterradas em valas comuns nas matas de Portagole, Cumeré e Mansaba (MANÉ, I. 2014; GOMES, 2014).

O golpe de Estado de 1980 na Guiné-Bissau acabou selando a separação efetiva entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, abortando assim, o projeto ideológico de Amílcar Cabral e o processo de unificação dos dois países. Baseando nessa realidade, em janeiro de 1981, o PAIGC de Cabo Verde passou a ser chamado de PAICV (Partido Africano da Independência

revisão constitucional, a pressão de grupos nacionalistas guineenses ante a unidade Guiné-cabo-verdiana e a promoção nas Forças Armadas (MANÉ, I. 2014, p.45).

de Cabo Verde), e em seguida, o Estado Cabo-verdiano mudou sua Bandeira e Brasão (1992), o Hino nacional em 1996. Lembrando que entre 1975 e 1996, Cabo Verde utilizava o mesmo hino que a Guiné-Bissau “Esta é a Nossa Pátria Bem Amada” (GOMES, 2014; SANGREMAN et al. 2006).

Com o rompimento da Guiné-Bissau com Cabo Verde, surge a IIª República, que em termos genéricos, este novo regime não proporcionou grandes mudanças positivas. Segundo Iussufi Mané (2014), as mudanças foram negativas, sendo que a situação do país se agravou ainda mais tanto em termos sociais e políticos assim como econômicos. Isso porque o presidente Nino Vieira concentrou todo o poder do Estado, perseguiu e eliminou fisicamente seus adversários políticos e militares com alegadas justificativas/invenções de tentativas de golpes de Estado.

Em termos econômicos, o Estado guineense monopolizou a atividade econômica e centralizou todas as operações comerciais e logísticas em Bissau, por meio dos Armazéns do Povo. Isso provocou a perda de sustentabilidade dos outros centros urbanos do país, o que acarretou problemas para o desenvolvimento regional e conseqüentemente o subdesenvolvimento nacional (DA SILVA, 2010; SANGREMAN, 2016; CARDOSO, 1995).

Porém, vários planos de desenvolvimento nacional foram criados, mas, pelo seu sistema centralizado, criou-se contradições entre Bissau e o interior do país, o que levou a insustentabilidade deste modelo econômico (CATEIA; ROHENKOHL; CASTELLANO, 2018).

Dessa maneira, “as medidas tomadas para alavancar o desenvolvimento das forças produtivas não surtiram efeitos suficientes e o país entrou em profunda crise econômico-financeira”. Em consequência dessa crise, em 1986 foi lançado um programa de ajuste estrutural, que visava reformas em diversas áreas, a fim de internacionalizar a economia guineense, aderir às ideias liberais de livre comércio e superar o subdesenvolvimento. Porém, tais ajustes não produziram efeitos positivos e a Guiné-Bissau não conseguiu superar a persistente crise econômica que vem sofrendo (CATEIA; ROHENKOHL; CASTELLANO, 2018, p.99).

2.3.2. O fim do Partido Único e o surgimento da Democracia na Guiné-Bissau.

Desde sua a independência (1973) até o início de 1990, a Guiné-Bissau vivia sob regime de partido único e da ditadura do PAIGC e de Nino Vieira, à sombra do sistema Partido-Estado.

Portanto, devido às mudanças globais com a queda do sistema socialista europeu, que mexeu profundamente com as estruturas políticas de quase todos os países do mundo, nomeadamente os africanos, e em particular a Guiné-Bissau, que se encontrava mergulhada numa profunda crise econômica ao longo dos primeiros quinze anos da sua independência, e sendo um dos países mais pobres do mundo, viu-se obrigado apelar às ajudas de organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco mundial a fim de estruturar sua economia. Para isso, o país precisava iniciar um processo de mudanças profundas a todos os níveis da sociedade, principalmente nos domínios político e econômico (CATEIA; ROHENKOHL; CASTELLANO, 2018). Segundo Carlos Cardoso (1995), é este processo de mudanças profundas que se convencionou chamar de transição democrática.

Neste contexto, as pressões externas e internas culminaram com as alterações da legislação constitucional da Guiné-Bissau em maio de 1991, permitindo assim, o fim do partido único e a introdução de multipartidarismo, ou seja, a formação e legalização dos partidos políticos.

Uma dessas alterações foi o artigo 4º da antiga constituição (1986), que permitia ao PAIGC o direito de ser partido único na Guiné-Bissau, tendo o Estado repressivo do Nino Vieira impedindo “que as diferentes franjas da população se organizassem politicamente num espaço que estivesse fora do seu controle” (CARDOSO, 1995, p.273; SOUSA CORDEIRO, 2008). Também, foram aprovadas as decisões de desvincular as forças armadas ao PAIGC assim como a desvinculação da central sindical UNTG (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné) ao partido PAIGC (CARDOSO, 1995).

A partir do então, Sangreman et al. (2006), salienta que entre 1992 e 1993, assistiu-se ao nascimento e proliferação de várias formações partidárias, com exceção da Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné (FLING) e da Resistência da Guiné-Bissau - Movimento Bá-fatá (RGB-MB) que surgiu em 1986, tendo ao todo, cerca de 13 partidos legalizados para concorrer às primeiras eleições⁴⁶ parlamentares e presidenciais, em julho e agosto de 1994, respectivamente.

De acordo com a União Europeia (2005, p.36), “na Guiné Bissau, o sistema de partidos políticos é muito frágil. Em três décadas de independência, com exceção do PAIGC, os partidos políticos não conseguiram um desenvolvimento sólido, abrangente e plural com verdadeiro enraizamento nacional”.

⁴⁶ Nessas eleições o PAIGC conseguiu a maioria absoluta dos mandatos na Assembleia e João Bernardo Vieira “Nino” ganhou as presidenciais (UNIÃO EUROPEIA, 2005, p.6).

De acordo com Ricardo Ossagô:

O país não tem grandes recursos e os poucos que consegue ter dos parceiros externos são desviados por seus próprios membros do governo, aliás, corrupção em Guiné-Bissau está num nível que só falta ser institucionalizado, porque a grande maioria da elite política enriquece do dia para a noite de forma assustadora, um órgão de controle, como Tribunal de Contas, não funciona para fiscalizar as contas do Estado e bens dos membros que passam por lá; em função disso, a maioria dos quadros jovens com formação universitária também usurpa o Estado e usam cargos públicos em forma de patrimonialismo para inclinar na política, ocupar altos cargos na burocracia estatal e ter alguns privilégios carros de luxo, viagens ao exterior, casas e patrimônios não compatíveis com seus rendimentos (OSSAGÔ, 2016, p.71).

Seguindo essa afirmação, Sousa Cordeiro (2008, p.1), sublinhou que “o processo de democratização da Guiné-Bissau aconteceu de forma constrangida e precipitada”, pois não foram coordenados planejamentos que fossem capazes de moldar a relação entre civil e militar, que possam prevenir os problemas que causam no momento vários conflitos armados, tensões políticas e sociais em pleno processo democrático.

Além disso, o autor disserta que realmente, devido à vulnerabilidade das instituições políticas e falta de capacidade do governo em controlar as Forças Armadas, resultou-se em sucessivos golpes de Estado⁴⁷ e quedas de governos eleitos democraticamente (SOUSA CORDEIRO, 2008).

Na Guiné-Bissau, os golpes de Estado se dão através de ação dos militares, porém, em outros países como o Brasil, o golpe de Estado pode acontecer sem a intervenção militar no processo, um dos exemplos disso é o afastamento da presidenta Dilma Rousseff ao poder, o que foi considerado por muitos como um golpe de Estado.

Com base nesse pressuposto, Carlos Cardoso (1995), observa que durante todo mandato do PAIGC, instaurou-se um tipo de regime, um aparelho de Estado centralizado na figura do presidente da república. Desta forma, o ex-presidente Nino Vieira, na época, exercia influência direta sobre o poder judiciário e legislativo, ele mandava em tudo e em todos, o país não dispunha e ainda não dispõe de uma justiça relativamente independente.

⁴⁷*Definição do golpe de Estado:* o golpe de Estado engloba alguns elementos da tomada de poder pela força, mas ao contrário da maioria desses elementos, é executado por escassos números de pessoas já pertencentes à elite do governo, ou seja, pessoas que faziam ou fazem parte do aparelho estatal. O objetivo do golpe de Estado é a obtenção do poder por parte de um grupo de pessoas, os militares (TEIXEIRA, [s.n.], p.18).

2.3.3. O Conflito político-militar de 7 de junho de 1998 na Guiné-Bissau

Constata-se que mesmo após abertura política e a realização das primeiras eleições gerais, não garantiram ao país uma estabilidade governativa, nem um desenvolvimento econômico e social.

Depois de vários anos de recessão econômica além de crise política, em maio de 1997, a Guiné-Bissau entrou para União Econômica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA), uma organização de integração regional composta por oito países da África Ocidental (Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) que adotaram em comum uma moeda única, o Franco CFA e o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) assumiu as funções do antigo Banco Central da Guiné-Bissau (BIC).

A adoção de uma nova moeda Franco CFA que substituiu Peso guineense, estabilizou um pouco a economia do país, porém, por conta da crise política herdada na pós-independência, a Guiné-Bissau mergulhou-se em uma guerra civil (conflito político-militar) que durou onze meses (de junho de 1998 a maio de 1999), e culminou com a queda do presidente João Bernardo Vieira (“Nino Vieira”) após 19 anos no poder.

É bom frisar que os acontecimentos que deram origem a guerra civil na Guiné-Bissau, estão enraizados nos albores do surgimento do Estado da Guiné-Bissau. Iniciados na velha concorrência entre Portugal e a França quando foram impostas fronteiras artificiais durante a conferência de Berlim (1884-1885) e da troca de alguns territórios entre Portugal e a França. Nesse caso, a Casamansa⁴⁸ que pertencia à Guiné Portuguesa ficou com a França (Senegal) e o Portugal com o Cacine (Guiné-Bissau) (AUGEL, 2007; SANGREMAN et al. 2006).

A partir de então, pode-se entender facilmente que, quando surgiu o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) em 1982, um grupo que reivindica do governo de Senegal a independência da região de Casamansa, contasse logo com um forte apoio⁴⁹ (não abertamente) dos irmãos de outro lado da fronteira. “Neste contexto, os guerrilheiros do

⁴⁸ Trata-se de uma faixa de terra ao sul de Senegal, na fronteira com a Guiné-Bissau, de antiga colonização portuguesa, onde atua há muitos anos um movimento independentista (...). Até Hoje, ali se fala um crioulo muito semelhante ao crioulo da Guiné-Bissau, e há profundos laços, inclusive familiares e éticos entre os habitantes da Casamansa e os das terras guineenses vizinhas (AUGEL, 2007, p.66).

⁴⁹ Este apoio assentava no fato de existir uma ligação étnica entre o povo de Casamansa, majoritariamente da etnia Diola ou Djola, e o povo do norte da Guiné que são do mesmo grupo étnico, porém aqui designados por Felupes. O governo de Bissau, apesar de nunca ter apoiado abertamente os rebeldes, aparentemente fechou os olhos à ajuda que a nível nacional era dispensada ao MFDC (SANGREMAN et al. 2006, p.17).

MFDC habituaram-se a contar, ao longo dos anos, com o auxílio dos guineenses em termos de fornecimento de armamento e apoio logístico” (SANGREMAN et al. 2006, p.16).

De acordo com a Moema Augel (2007, p.66), “Além de ser uma região muito bonita, com lindas e aprazíveis praias, própria, portanto, à exploração turística, o principal interesse senegalês, além do potencial agrícola, está nas jazidas de petróleo *off shore* ali descobertas”. Nesta perspectiva, compreende-se o motivo pelo qual ainda existem disputas nessa região.

Portanto, fazia mais de quinze anos que militares bissau-guineenses vinham fornecendo armas aos rebeldes independentistas de Casamansa, ocasionando constantes conflitos entre estes e militares senegaleses da fronteira sul. Vale ressaltar que quando a Guiné-Bissau perdeu importantes aliados econômico e militar no Leste europeu, o país se aproximou da França, e este por sua vez exigiu que a Guiné-Bissau deixasse de fornecer armas aos rebeldes senegaleses. Porém, mesmo com frequentes denúncias por parte das autoridades senegaleses e franceses, autoridades militares bissau-guineenses não conseguiram pôr ao fim ao tráfico de armas (AUGEL, 2007).

Não obstante, no início de junho de 1998, o então presidente Nino Vieira decidiu por decreto presidencial, afastar do seu cargo o então Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Brigadeiro General Ansumane Mané⁵⁰, “sob a alegação de estar ele implicado no tráfico de armas em Casamansa” (AUGEL, 2007, p.67).

No entanto, o general Mané não só refutou as acusações como considerou inaceitável a sua demissão (JAUARÁ, 2007). E, quando houve uma tentativa de prisão de general Ansumane Mané, logo na madrugada de 7 de junho de 1998, foi a gota d’água que fez desencadear o conflito militar na Guiné-Bissau. Pois o general Mané não só reagiu à voz de prisão, como com seus homens tomou o quartel general do exército, logo depois o quartel de Brá “onde se encontravam os mais bem sortidos paióis de armas pesadas do país, além de farto armazenamento de gêneros alimentares”. Em seguida, ocupou o único Aeroporto internacional do país, e a Base Aérea (AUGEL, 2007, p.67-68).

As primeiras notícias sobre “os confrontos militares indicavam que se trataria de um pequeno incidente” sem relevância. Posteriormente, foi informado de que um pequeno grupo de militares chefiado pelo recém-demitido Chefe de Estado-Maior General das Forças

⁵⁰ Ele ocupava a chefia do Estado Maior General das Forças Armadas em 1990/1992, foi, então, demitido e colocado na reserva. Mas como era amigo e confidente do presidente Nino Vieira, este recorreu a ele para preencher a vaga aberta com a morte súbita do então oficial da geração intermediária, coronel Saco Câmara, que o havia substituído no comando do Estado Maior General das Forças Armadas. Esse oficial foi nomeado para a chefia do Estado Maior não só por ser homem de confiança do presidente, mas, também, porque transitava bem entre a geração antiga e a nova em ascensão (JAUARÁ, 2007, p.3).

Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané, que se decidira revoltar contra o presidente Nino (SANGREMAN et al. 2006, p.17).

Já a 9 de junho, o general Mané autoproclamou-se chefe de uma Junta Militar para a Consolidação da Paz, Democracia e Justiça. Pediu a demissão do presidente Nino Vieira e do governo, assim como a realização das eleições gerais em julho. “Mané recusou o rótulo de “rebelde”, intitulando-se, a si e aos seus companheiros, de combatentes da liberdade da pátria” (AUGEL, 2007, p.68). Nesse contexto, muitos militares, veteranos da luta de libertação nacional e todos os militares reservistas, principalmente os Balantas⁵¹, se juntaram ao general Ansumane Mané para juntos formarem “a Junta Militar”, força insurgente contra o regime de Nino Vieira (JAUARÁ, 2007).

Também, a esmagadora maioria da população bissau-guineenses haviam se juntado à autointitulada Junta Militar. Constatado isso, o então presidente Nino Vieira acabou por pedir ajuda aos países vizinhos⁵² (Senegal e Guiné-Conacri). O Senegal, já nos primeiros dias do conflito enviou mais 1.500 soldados, e Guiné-Conacri também enviou mais de seis centenas de homens. Como era previsível, a consequência imediata da intervenção das tropas estrangeiras no país, “provocou o gradual aumento do apoio popular aos rebeldes e ao seu chefe, transformando o que era de início um ato de rebeldia estritamente militar num movimento essencialmente político” (SANGREMAN et al. 2006, p.18; AUGEL, 2007).

O conflito durou onze meses, e apesar de alguns confrontos em algumas cidades no interior do país, a guerra foi toda na capital Bissau. Segundo Moema Augel (2007, p.69), “cada vez mais os escombros tomaram conta de Bissau. dos seus trezentos mil habitantes, mais de oitenta por cento abandonaram as moradias e fugiram em pânico, tanto para o interior do país como para fora”.

Portanto, nos primeiros meses de conflito, houve várias tentativas internas (de autoridades religiosas, tradicionais e parlamentares) e externas para solucionar o conflito, mas sem grandes êxitos. Nesse contexto, as iniciativas do Brasil, da Gâmbia, Angola, Portugal, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa “CPLP” e a Comunidade Econômica dos

⁵¹ Em 1986, um grupo de militares de etnia balanta, liderado por Paulo Correia, conspiram para derrubar Nino Vieira. São presos, julgados sumariamente e executados. A Paulo Correia, herói de Conacri, ex-vice-Presidente, teriam sido arrancados os olhos, antes de ser fuzilado. Além de Paulo Correia, foram fuzilados Viriato Pã, Braima Bangurá, Biankeré Na Tchanda, Pedro Ramos e N'bana Sambu (12/06). Este episódio sangrento marca o princípio do declínio de Nino Vieira, pois ele deixou de contar com o apoio dos balantas, que constituem a maior e mais combativa etnia da Guiné e aquela que tem mais elementos integrados nas forças armadas (CAMPOS, 2012, p.53).

⁵² Também houve rumores que teve a participação dos militares franceses no terreno, tendo dois submarinos franceses a ajudarem o Nino Vieira nos bombardeamentos.

Estados da África Ocidental “CEDEAO” foram cruciais na resolução daquele conflito (SANGREMAN et al. 2006; AUGEL, 2007).

Em novembro de 1998, com a presença do Nino Vieira e do General Mané na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, realizada em Abuja, Nigéria, as duas partes beligerantes assinaram um acordo de cessar-fogo, de desarmamento e da retirada total das tropas estrangeiras na Guiné-Bissau sob os auspícios da CEDEAO.

Tal retirada foi efetuada simultaneamente com o envio de uma força de interposição da CEDEAO, o Grupo de Monitorização de Cessar-Fogo (ECOMOG) que substituiu as tropas retiradas. Em pouco tempo, devido à recusa de desarmamento por parte do Nino Vieira, no âmbito do que estava estabelecido no Acordo de Abuja, a “Junta Militar” lançou uma forte operação militar em Bissau no dia 09 de maio de 1999, com o objetivo de derrubar Nino Vieira, e em pouco mais de 24 horas, os homens fiéis a Nino Vieira se renderam, obrigando assim o ex-presidente Nino Vieira a refugiar-se na Embaixada portuguesa, a conselho dos próprios dirigentes da Junta Militar. Lembrando que as forças militares da CEDEAO (ECOMOG) não se intrometeram no conflito (SANGREMAN et al. 2006).

Um mês depois de ter permanecido na Embaixada portuguesa, Nino Vieira pediu asilo político a Portugal, com o argumento da necessidade de cuidados médicos, comprometendo-se ele Nino Vieira a regressar ao país para se defender em tribunal das acusações que lhe eram imputadas.

Durante o conflito 1998/99 na Guiné-Bissau, Brasil desempenhou um papel relevante no sentido de garantir a integridade territorial guineense. Oferecendo o seu capital diplomático em favor da resolução do conflito militar que afetou aquele país, evitando o predomínio de visões militaristas no processo de negociação (TÉ, 2015).

Após o fim do conflito em 1999, instalou-se um governo de transição, Malam Bacai Sanhá, o então presidente de Assembleia Nacional, assumiu a presidência da república e Francisco José Fadul foi designado o Primeiro-Ministro. Logo em seguida, Fadul realizou uma visita de trabalho ao Brasil, e como resultado, o governo brasileiro doou para Guiné-Bissau dez toneladas de medicamentos e 300 mil doses de vacina contra a meningite (TÉ, 2015).

2.3.4. Os desafios à estabilidade política e o desenvolvimento na Guiné-Bissau:

Para Moema Augel (2007) o conflito armado de 1998-99 evidenciou a derrota do antigo regime, personificado em Nino Vieira, e pôs fim a uma era tida como heroica. E, nas eleições gerais organizados no final do ano de 1999⁵³, o PAIGC sofreu clamorosa derrota diante do Partido da Renovação Social (PRS) e Koumba Yalá viera a se tornar o primeiro Balanta (rivais do Nino Vieira) a ser eleito democraticamente para assumir o poder no país.

Segundo Sangreman et al. (2006), alguns autores consideram que a política da Guiné-Bissau foi marcada sob regime de “partido único” entre os anos de 1974 a 1991, e se alternando para um regime de “único partido” entre 1991 a 1999.

Como resultado, o conflito militar de 1998-1999 teve consequências sérias ao país desde a destruição quase total de infraestruturas, assim como a degradação da produção econômica em geral, tal como provocou a depredação de casas e de prédios do governo, a aniquilação da pequena indústria nacional e a partida de muitos cidadãos com maior educação formal (SANGREMAN, 2016; KEMER, 2016).

Conforme mostra Ricardo Ossagô (2016):

Após o conflito político e militar de junho de 1998, as instituições do Estado na Guiné-Bissau nunca mais conseguiram restaurar sua capacidade de atuação e ou, pelo menos, manter o que já vinha funcionando desde a democratização, mesmo com as dificuldades inerentes à sua estrutura centralizadora. A autoridade do que vinha sendo Estado foi profundamente abalada, as infraestruturas econômicas do país foram destruídas e a capacidade nacional de empreendimento foi seriamente afetada. A par do fraco funcionamento das instituições, a capacidade do desenvolvimento e produção de riqueza nacional sofreu um enorme impacto com tudo isso. Então, de 1998 até hoje, a Guiné-Bissau não conseguiu recuperar a sua capacidade econômica antes do conflito. O Estado deixou de ter recursos para assegurar o seu funcionamento mínimo, o que lhe obriga sempre a recorrer às instituições financeiras internacionais e aos países parceiros para pedir fundos para arcar com o seu orçamento interno. Isso lhe coloca num

⁵³ O general Ansumane Mané, comandante supremo da “Junta Militar”, após derrubar as forças governamentais, recusou-se a candidatar para qualquer cargo político e manifestou a sua disposição de passar para a reserva assim que a estabilidade política fosse garantida. Depois da eleição, o comando da Junta Militar não só relutou em dissolver a Junta, como tentou tutelar o governo, criando um comando paralelo e exigindo a garantia de privilégio durante dez anos, através da publicação da chamada “Carta Magna” (Jornal Expresso online, 20/11/99), enviada para os órgãos dos poderes constituídos e partidos políticos locais. Entre outras exigências, a Junta queria a prerrogativa de nomear e exonerar, durante dois mandatos presidenciais (10 anos), o procurador-geral da República e ser ouvida na nomeação e demissão do governo. Contudo, essa tentativa dos militares não progrediu, porque o comando supremo da Junta reafirmou numa conferência de imprensa a sua disposição de regressar ao quartel após a normalidade institucional; além disso, o comandante supremo da Junta morreu misteriosamente; para alguns, foi assassinato, para o governo, foi uma revolta interna (JAUARÁ, 2007, p.4).

contexto de extrema dependência do recurso internacional, o que será ainda um dos grandes problemas e desafios de qualquer que seja o governo na Guiné-Bissau em médio prazo (CARVALHO, R., 2014 apud OSSAGÔ, 2016, p.70).

Com a vitória do Koumba Yalá e do partido dele, o Partido da Renovação Social (PRS), na segunda eleições gerais realizado na Guiné-Bissau, iniciou-se a um novo ciclo no país, que depressa ficou marcada pela agudeza da crise econômica e social, pelas sucessivas instabilidades políticas, pela perda de credibilidade da Guiné-Bissau ao nível internacional, pelo declínio das instituições e entre outros acontecimentos.

Neste contexto, o “Koumba Yalá não correspondeu às expectativas do povo bissau-guineense nem da comunidade internacional, representada pelos doadores financeiros, da qual o país depende” (AUGEL, 2007, p.68). Logo no primeiro ano de mandato do Koumba, o General Ansumane Mané, ex-líder de Junta Militar que derrubou Nino Vieira, foi assassinado brutalmente pelos militares em novembro de 2000, após ter retirado patentes aos militares promovidos pelo Koumba Yalá.

Para muitos, Ansumane Mané se equiparava à figura do presidente da república, algo que incomodava muito o presidente Koumba. Além disso, em novembro de 2002, Koumba Yalá dissolveu o parlamento (Assembleia Nacional Popular), aumentando ainda mais a crise no país. Portanto, a governação do Koumba Yalá também foi interrompido por um golpe de Estado em 2003, liderado sem derramamento de sangue, pelo General Veríssimo Correia Seabra (assumiu o cargo de presidente do Comitê Militar para a Restituição Constitucional e Democrática, órgão consultivo do Presidente da República), o que pôs em evidência as debilidades existentes no país. “Desta forma, podemos considerar a Guiné-Bissau como um país “frágil”, onde os conflitos militares e político-sociais são uma constante, dilacerando a destruindo a estrutura da sociedade guineense” (SANGREMAN et al. 2006, p.20).

Vale lembrar que durante os três anos de mandato de Koumba Yalá como presidente da república, ele trocou quatro primeiros-ministros (Caetano Intchama; Faustino Imbali; Alamara Intchia Nhasse e Mário Pires).

Em março 2004, o PAIGC voltou de novo ao poder, após vencer as eleições legislativas daquele ano e Carlos Domingos Gomes Júnior (CADOGO) assumiu a chefia do governo. Em outubro do mesmo ano, o então Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, o General Veríssimo Correia Seabra, também foi assassinado pelos militares (SANGREMAN et al. 2006).

Com o propósito de melhorar este quadro negativo, ou seja, em busca de estratégias e meios para o desenvolvimento socioeconômico do país, as autoridades da Guiné-Bissau acabaram por elaborar em 2004/2005, o primeiro Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau (DENARP⁵⁴). Um dos principais objetivos deste documento é a redução drástica da pobreza, através de reformas estruturais definidas, para impulsionar um crescimento forte e acelerado no período de 2005 a 2015 (GUINÉ-BISSAU, 2005; KEMER, 2016).

O relatório de DENARP (2005) mostrou que desde anos 2000, a instabilidade governamental atingiu todas as instituições da República e essa desorganização do aparelho de Estado tornou-se num dos maiores obstáculos para a implementação de políticas econômicas e sociais coerentes (GUINÉ-BISSAU, 2005).

Porém, os objetivos propostos no DENARP I não foram cumpridos ou alcançados, fase às recorrentes crises político-institucional e sobressaltos na classe castrense (KEMER, 2016).

De acordo com o Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau -DENARP (2005, p.9), “a forte instabilidade que assolou o país não permitiu orientar a gestão pública no sentido da procura de vias e meios que permitirão atacar os desafios do desenvolvimento do país, particularmente àqueles ligados a luta contra a pobreza⁵⁵”.

Dessa forma, a Guiné-Bissau não apresenta condições para fazer cumprir com os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD). Os dados do DENARP (2005) mostrou que a pobreza absoluta na Guiné-Bissau atingia uma taxa de 64,7% ou seja, dois em cada três bissau-guineenses são atingidos por pobreza absoluta.

No ano de 2005, após seis anos no exílio em Portugal, o ex-presidente Nino Vieira volta à Bissau para concorrer às eleições presidenciais de julho de 2005, na qual ele acabou

⁵⁴ A primeira versão do DENARP I havia sido elaborada em 2001, no entanto, esta foi interrompida no contexto das instabilidades políticas do governo de Koumba Yalá.

⁵⁵ A pobreza demonstra as faltas, privações que impedem o ser humano a aceder ao mínimo vital, a satisfazer as necessidades fundamentais de nutrição, de saúde, de educação, de alojamento e de viver mais tempo. A pobreza é um fenómeno objetivo que pode ser definido como um estado de grande carência e uma condição de incapacidade a satisfazer as suas necessidades humanas de base em termos de alimentação, roupa, abastecimento em água potável, habitação, saneamento de base, cuidados primários de saúde e educação. Mas a pobreza é também uma limitação da possibilidade de escolha, de incapacidade para as populações de beneficiar das oportunidades que lhes permitem viver nas condições decentes, de liberdade e de dignidade. A pobreza, sobretudo extrema, priva as populações de meios de ficar em vida porque ameaçados pela fome, doenças e catástrofes ambientais (GUINÉ-BISSAU, 2005, p.9).

por vencer no segundo turno, o ex-companheiro de PAIGC, Malam Bacai Sanhá. Logo em outubro de 2005, Nino Vieira demite o governo de Carlos Gomes Júnior e nomeia Aristides Gomes como o novo chefe de governo.

Em agosto de 2008, Nino Vieira dissolveu o Parlamento, e nas eleições legislativas de novembro do mesmo ano, o PAIGC voltou a ganhar as eleições com maioria absoluta e Carlos Domingos Gomes Júnior é nomeado primeiro-ministro. Porém, no ano seguinte, ao dia 01 de março de 2009, o ex-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Batista Tagme Na Waie, foi morto em um ataque à bomba na sede do Alto Comando Militar, logo em seguida, dia 02 de março de 2009, o presidente Nino Vieira também foi brutalmente assassinado na sua residência privada, em Bissau, pelos militares ligados ao general Tagme Na Waie.

Ainda em junho 2009, também foram assassinados dois deputados do PAIGC, o ex-ministro de defesa Helder Proença, e o ex-ministro de administração Interna e candidato presidencial às eleições daquele ano, Baciro Dabo (KEMER, 2016).

Em síntese, Sangreman et al. (2006) apontam que a partir de 2000 houve uma desenfreada luta pelo acesso e conservação do poder, numa perspectiva da visão patrimonialista do Estado, o que acabou gerando uma onda de instabilidade política no país.

Em eleições presidenciais de julho de 2009, Malam Bacai Sanhá venceu o Koumba Yalá no segundo turno, e parecia que o país iria tomar rumo à estabilidade, até que em abril de 2010, os militares liderados pelo general António Indjai, terem levado a cabo um motim (golpe de Estado), prendendo o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior (libertado dias depois) e o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Almirante Zamora Induta, que foi afastado de cargo. E, em dezembro de 2011, houve uma nova tentativa (falhada) de golpe de Estado por um grupo de militares (KEMER, 2016).

Nesse enquadramento, o governo da Guiné-Bissau acabou por elaborar em 2011, o Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, ou DENARP II, para o período entre 2011 e 2015. Desta forma, as metas para o DENARP II buscaram: fortalecer o Estado de Direito e as Instituições Republicanas; a estabilidade macroeconômica; estabilização do contexto de segurança do país por uma reforma harmonizada das forças da defesa e segurança; reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões; a promoção de desenvolvimento econômico, de capital humano, de educação, saúde, saneamento e etc (GUINÉ-BISSAU, 2011; KEMER, 2016).

Em janeiro de 2012, o presidente Malam Bacai Sanhá morre na França, onde estava submetido a tratamento médico, e o presidente da Assembleia Nacional, Raimundo Pereira, assumiu como presidente interino. Assim, em meio ao processo das eleições presidenciais decorrentes no país, em 12 de abril de 2012, um grupo de militares deu o golpe de Estado, prendendo novamente o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior e o presidente interino Raimundo Pereira.

O golpe de Estado de abril de 2012 foi amplamente condenado pela comunidade internacional e a Guiné-Bissau foi suspensa de suas atividades na União Africana e na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), assim como outras organizações e parceiros bilaterais, inclusive o Brasil, suspenderam imediatamente os acordos de cooperação. Também o Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 2048/2012, impôs sanções contra 11 altos oficiais de exército, responsáveis pelo golpe (KEMER, 2016).

Não obstante, a implementação das metas criadas pelo DENARP II (2011), acabou por ser prejudicada por conta do golpe de Estado de 12 de abril de 2012, quando foi suspensa quase na sua totalidade, a ajuda externa ao país. Lembrando que o orçamento geral do governo guineense depende em sua maior parte, de ajuda financeira externa (KEMER, 2016).

Dessa forma, Timóteo M'bunde (2017, p.52) aborda que, de 2002 a 2016, o país experimentou “uma série de interrupções de legislaturas, em função de demissão de governos”, por conta disso, nenhuma legislatura ou governo democraticamente constituído conseguiu cumprir o tempo do seu mandato.

Porém, após a realização das eleições gerais de abril e maio de 2014 vencidas pelo PAIGC e seu candidato a presidente José Mario Vaz, que formou governo com o Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira, criaram-se expectativas de um arranque ao desenvolvimento, sobretudo, após a realização da “Mesa Redonda”, uma conferência de doadores internacionais para a Guiné-Bissau em março 2015, em Bruxelas, Bélgica (KEMER, 2016).

Nesta conferência o Estado de Guiné-Bissau apresentou um plano estratégico para o desenvolvimento do país para 2015-2020, denominado “*Terra Ranka*” (um novo começo) e a comunidade internacional prometeu uma ajuda de mais de € 1 bilhão de euros para este projeto. Porém, em agosto de 2015, houve uma nova ruptura no executivo guineense, o presidente José Mário Vaz derrubou o governo eleito de Domingos Simões Pereira, alegando a existência de diferenças insuperáveis entre os dois que teria levado a uma "crise", isso

acabou por colocar em causa o normal funcionamento das instituições do Estado. Assim, a ajuda prometida pela comunidade internacional foi congelada até que se crie um ambiente propício para tal (GUINÉ-BISSAU, 2015).

Apesar de inúmeras tentativas internas e externas de negociações, até o momento deste trabalho, não houve um acordo para o estabelecimento do Estado de direito. Para agravar ainda a situação, em janeiro de 2016, o PAIGC expulsou 15 deputados dissidentes, por alegadamente violarem a disciplina do partido. E a Comissão Permanente da ANP retirou o mandato parlamentar dos 15 dissidentes do PAIGC com base no art. 13.1c do Regulamento ANP e Art 8.1. do Estatuto dos deputados (ONU, 2018).

Após a demissão de Domingos Simões Pereira, a Guiné-Bissau entrou em uma das crises mais severas da sua história, tanto no campo político e institucional, assim como no campo econômico e social. O país praticamente ficou parado entre 2015 a 2019. Nesse período, José Mário Vaz nomeou e demitiu cerca de seis primeiros-ministros (Baciro Dja, por duas vezes; Carlos Correia; Umaro Sissoko Embaló; Artur Silva e Aristides Gomes).

Apesar de José Mário Vaz se configurar em primeiro presidente da Guiné-Bissau a concluir o seu mandato de cinco anos, sem golpe de Estado, sem assassinato de militares de alto patente ou de políticos, o mandato dele ficou marcado por uma série de crises e estagnação do país, resultando-se naquilo que DENARP II alertava: de que a profunda fragilidade das instituições do Estado e a sucessão de Governos de curta duração, resultaram na incapacidade de prosseguir, a médio e longo prazo, políticas de promoção da boa governação no país (GUINÉ-BISSAU, 2011).

Lembrando que enquanto a Guiné-Bissau passava por estas crises em 2016, o Brasil também estava passando por uma enorme crise política que culminou com o afastamento da presidente Dilma Rousseff ao poder, o que acabaria por mudar consideravelmente a relação diplomática dos dois países, visto que o presidente Michel Temer (que assumiu o lugar da Dilma) não tinha os mesmos ideais que os governos Lula e Dilma tinham para com a Guiné-Bissau.

Em 2019, quando terminou o mandato do presidente José Mário Vaz (JOMAV), ainda não havia sido realizado as eleições presidenciais no país, e o JOMAV acabou por continuar no poder mediante um acordo assinado com a CEDEAO, pois a constituição guineense não deixa claro essa situação. Por outro lado, as eleições legislativas realizadas no dia 10 de março de 2019, foram ganhas pelo PAIGC por uma maioria simples, por conta disso, o partido precisou fazer acordo de incidência parlamentar com mais três partidos de oposição para

assim poder governar. Mas, o presidente “cessante” José Mário Vaz (JOMAV) recusou por duas vezes o nome de Domingos Simões Pereira indicado por PAIGC para ocupar cargo de primeiro-ministro, e estes acabaram por indicar o nome de Aristides Gomes, que acabou sendo aceito.

No entanto, no dia 29 de outubro de 2019, pouco menos de um mês para eleições presidenciais, marcadas para dia 24 de novembro de corrente ano, JOMAV demite por decreto, o governo eleito de Aristides Gomes e nomeou o ex-primeiro-ministro de Koumba, Faustino Imbali, porém esse decreto foi rapidamente recusado por muitas organizações internacionais tais como a ONU, CEDEAO, CPLP, União Africana e vários países também não reconheceram o governo nomeado pelo JOMAV. Desta feita, a Guiné-Bissau operou com dois governos e dois primeiros-ministros por mais de uma semana, tudo ao meio à campanha eleitoral. No dia 08 de novembro de 2019, Faustino Imbali demitiu-se do cargo de primeiro-ministro junto com seu governo, isso depois ter recebido um ultimato de CEDEAO para fazer o mesmo. Portanto, espera-se que após as eleições presidenciais de 24 de novembro e 29 de dezembro, o país possa encontrar o caminho para uma estabilidade governativa e conseguir alavancar o seu desenvolvimento econômico e social.

2.4. A Inserção da Guiné-Bissau no plano Internacional

A inserção internacional da República da Guiné-Bissau começa logo após a sua proclamação da independência. Depois do reconhecimento oficial da independência da Guiné-Bissau pelo governo português em 10 de setembro de 1974, essa nova nação foi imediatamente admitida na Organização Nações Unidas (ONU) no dia 16 de setembro de 1974 e, um ano depois (19 de Novembro de 1975), na Organização da União Africana (OUA) (GARCIA, 2000; WOOLLACOTT, 1983; M'BUNDE, 2017).

Observa-se que já no início do seu mandato como o primeiro presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral procurou reforçar laços de cooperação junto à comunidade de países que ajudaram a Guiné durante a luta de libertação. E não só, ele também reatou as relações e assinou acordos gerais de cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau, em junho de 1975 (MANÉ, 2013).

Nesse contexto, o país aderiu ao movimento dos países não-alinhados, assinou vários acordos bilaterais e se beneficiou de grande ajuda financeira externa, principalmente da Suíça e da Suécia. Em seguida, foram reforçados os laços com o Brasil, onde foram assinados os

primeiros acordos de cooperação econômica em 1976 e depois cooperação técnica em 1978, sendo que Luís Cabral visitara o Brasil em 1980 (MANÉ 2013, p.26).

No entanto, durante anos 70, a Guiné-Bissau contou com a solidariedade de muitos países ao redor do mundo, mas, tais apoios começaram a entrar em declínio nos anos de 1980, em razão dos sucessivos momentos de instabilidade política, do fracasso do programa de ajuste estrutural e de redução da pobreza, e, de endividamento do Estado (AUGUEL, 2007).

Nessa sequência, durante a década de 1990, devido à incapacidade de governo guineense na estrutura das suas finanças e sua economia, também por conta da guerra civil de 1998-99 e entre outros fatores, a comunidade internacional começou a considerar a Guiné-Bissau como um Estado predominante frágil, e o país passou a figurar nos relatórios dos doadores internacionais como um país de baixo desempenho e baixa capacidade administrativa (SANTOS, M. 2017).

Vale lembrar que a República da Guiné-Bissau faz parte de diversas organizações intergovernamentais, agências e órgãos regionais, entre os quais: a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas; a Organização Mundial do Comércio (OMC); a União Africana (AU); a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO⁵⁶); a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA⁵⁷) e da Organização Internacional da Francofonia (ANEME, 2018).

Na concepção de Gustavo Santos (2015, p.3), desde a independência da Guiné-Bissau, “o Senegal sempre foi o país que mais influência exerceu sobre Bissau”, e também é seu grande defensor na arena internacional.

Em termos de ajuda internacional, Maria Santos (2017, p.174), afirma que a União Europeia é considerada o maior doador de Guiné-Bissau, e sua ajuda ao país situa majoritariamente em financiamentos no setor de infraestrutura. De acordo com a autora, “o Portugal tem sido o maior doador bilateral na Guiné-Bissau. De acordo com a Agência de

⁵⁶ A CEDEAO, foi criada em maio de 1975, com objetivos de promover a cooperação e a integração econômica sub-regional na perspectiva de uma União Econômica. Essa organização conta com 15 Estados membros da África Ocidental: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. (A Mauritânia retirou-se da Comunidade em dezembro de 1999, por opção própria) (OSSAGÔ, 2016, p.165 apud GOMES, J., 2009, p. 29).

⁵⁷ Já UEMOA, constitui-se de uma organização sub-regional composto oito países (Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) criada em 1994, como uma zona franca, de união monetária. Partilhando a mesma moeda, o franco CFA, tendo como centro financeiro o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) (ANEME, 2018, P.25; OSSAGÔ, 2016, p.167).

Cooperação Portuguesa, no período 2009 a 2014 a AOD para o país chegou a um total de € 52,4 milhões”.

Em relação à Cooperação Sul-Sul com o Brasil, a Guiné-Bissau é um dos países da África que mais recebe recursos da cooperação técnica do Brasil, assim como é o segundo país do continente africano com maior número de nacionais estudando no Brasil por meio do PEC-G. (VASCONCELOS, 2014).

É mister destacar que a Guiné-Bissau é o primeiro país lusófono africano a estreitar relações diplomáticas com o Brasil, o que ocorreu logo após a independência da Guiné-Bissau⁵⁸ (1973), quando o Brasil instalou a sua Embaixada em Bissau, em setembro de 1974, dois meses após ter reconhecido a independência desse país.

A partir disso, os dois países passaram a estreitar suas relações bilaterais e multilaterais em diversas áreas de cooperação técnica, e, a participação do Brasil na Guiné-Bissau ao longo da década de 2000 tem sido fundamental para o país, na busca pelo desenvolvimento e pela estabilidade política (PIRAGIBE, 2014).

Portanto, no que concernem as relações bilaterais e as cooperações existentes entre o Brasil e a Guiné-Bissau, será apresentada com mais detalhes no próximo capítulo, onde serão destacadas áreas que consideramos importantes e que de certa forma, apresentam mais relevância.

⁵⁸ A Guiné-Bissau foi o primeiro território da colônia portuguesa na África a se tornar independente. Num processo de independência binacional (Guiné e Cabo Verde).

CAPÍTULO 3

3. A COOPERAÇÃO BILATERAL BRASIL/GUINÉ-BISSAU 1974-2016

Neste terceiro capítulo, pretende-se fazer uma abordagem sobre a cooperação bilateral entre Brasil e a Guiné-Bissau nas áreas de Educação, Defesa e diplomática. Deste modo, dividimos o capítulo em três seções. A primeira explana sobre a educação na Guiné-Bissau e faz um panorama completo sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), enfatizando o papel do Brasil na formação dos estudantes bissau-guineenses no Brasil e em Bissau.

A segunda parte discorrerá sobre a cooperação em defesa e segurança, onde mostraremos a importante contribuição do Brasil na busca pela estabilidade política na Guiné-Bissau. Já a terceira seção versará sobre a relação diplomática e política entre o Brasil e a Guiné-Bissau no período de 1974 a 2016, na qual destacamos os acordos de cooperação assinadas entre os dois países e, as relações ocorridas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Figura 2. Bandeiras do Brasil e da Guiné-Bissau.



Fonte: <<http://www.saude.gov.br/assessoria-internacional/relacoes-bilaterais/guine-bissau>> Acesso dia 22/12/18.

É importante frisar que “as relações de cooperação técnica entre o Governo brasileiro e outros Governos se formalizam por intermédio de tratados internacionais denominados, geralmente, Acordos Básicos de Cooperação Técnica, ou Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento”. Portanto, com base em um Acordo, podem ser definidos, de forma conjunta entre o Brasil e o país parceiro, programas e projetos de cooperação técnica pretendida (BRASIL, 2004, p.19).

Porém, “a cooperação técnica bilateral não envolve a entrada de recursos financeiros externos, nem a alocação de recursos financeiros pelas instituições nacionais” (BRASIL, 2004, p.21).

No entanto, desde 1974, o Brasil tem sido um importante parceiro da Guiné-Bissau, considerando as boas relações de amizade no campo diplomático e de cooperação bilateral em matéria de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CID).

Segundo Maria do Carmo Santos (2017, p.270), o “Brasil possui diversos atos bilaterais assinados com a Guiné-Bissau com a intenção de formalizar cooperação em diversas áreas, entretanto, nem todos resultaram em projetos de cooperação técnica”. Porém, a autora lembra que a Guiné-Bissau também recebe cooperação brasileira por meio dos projetos da CPLP e do fundo IBAS, além do que indiretamente, o Brasil também apoia a Guiné-Bissau, por meio dos recursos que o país destina a Associação Internacional de Desenvolvimento e ao Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento.

Destarte, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2018; IPEA; ABC, 2013), observa que em maio de 1978, o Governo brasileiro assinou o Acordo Básico de Cooperação Técnica com a Guiné-Bissau, com o objetivo de favorecer a abertura de novas oportunidades para a cooperação bilateral em temas definidos como prioritários pelos governos dos dois países.

Nessa lógica, de acordo com a prática brasileira, os Atos Internacionais correspondem a tratados, acordos, memorandos de entendimento, ajustes complementares, convenções ou protocolos que criem normas e regulamentos.

Sendo assim, gostaríamos de destacar os principais acordos de cooperação assinados entre o Brasil e a Guiné-Bissau no período de 1974 a 2016, conforme quadro em baixo.

Quadro 3. Lista de Acordos de Cooperação bilateral firmados entre o Brasil e a Guiné-Bissau: 1974 e 2016.

	Título do Acordo	Ano de Celebração	Área de Cooperação	Vigência
01	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau”.	20/07/2011	Agricultura	Em Vigor
02	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da	25/08/2010	Saúde	Em Vigor

	República da Guiné-Bissau para Implementação do Programa de Combate ao HIV/SIDA na Guiné-Bissau.		Cooperação Técnica	
03	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Fortalecimento e Capacitação Técnica das Instituições de Saúde para Atendimento às Mulheres e Adolescentes Vítimas de Violência Baseada em Gênero e Promoção de Saúde”.	25/08/2010	Saúde	Expirado
04	Memorando de Entendimento em Matéria de Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau.	25/08/2010	Educacional e Esportiva	Em Vigor
05	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre Cooperação no Campo da Agricultura.	25/08/2010	Agricultura	Em Vigor
06	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Estado das Pescas da República da Guiné-Bissau.	25/08/2010	Pesca	Em Vigor
07	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.	20/07/2010 Entrada em vigor março de 2012	Diplomático	Em Vigor
08	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Bissau para Implementação do Projeto “Apoio para Promoção dos Direitos Humanos na Política Nacional de Educação de Guiné Bissau”.	06/07/2010	Direitos Humanos	Em Vigor
09	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas”.	28/05/2010	Educacional e Esportiva	Em Vigor
10	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Guiné Bissau para Implementação do Projeto “Apoio na Formulação e Monitoramento do Programa Nacional para Universalização do Registro Civil de Nascimento em Guiné Bissau”.	25/03/2010	Interinstitucional Direitos Humanos	Em Vigor

11	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau”.	07/12/2009	Segurança Pública	Em Vigor
12	Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para a Implementação do Projeto “Apoio à Reestruturação dos Cursos de Educação Profissional em Contabilidade e Administração do Centro de Formação Administrativa da Guiné-Bissau”	12/09/2008	Educacional e Esportiva Cooperação Técnica	Em Vigor
13	Programa Executivo relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República da Guiné Bissau e o Governo da República Federativa do Brasil para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Gestão Pública na Guiné-Bissau”.	13/08/2008	Interinstitucional Cooperação Técnica	Em Vigor
14	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Assembleia Nacional Popular bissau-guineense" .	09/06/2008	Política Administrativa Cooperação Técnica	Em Vigor
15	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária na Guiné-Bissau".	14/11/2007	Saúde	Expirado
16	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto "Transferência de Conhecimento e Capacitação Técnica para Segurança Alimentar e Desenvolvimento do Agronegócio na Guiné-Bissau".	14/11/2007	Agricultura	Em Vigor
17	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto "Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju na Guiné-Bissau".	14/11/2007	Agricultura	Em Vigor
18	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau.	14/11/2007	Diplomática	Em Vigor

19	Memorando de Entendimento para Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública na Guiné-Bissau.	09/11/2007	Interinstitucional	Em Vigor
20	Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência no Âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau	09/02/2007	Educacional	Expirado
21	Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa.	06/06/2006 Entrada em vigor em 03/09/2008	Segurança	Em Vigor
22	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do "Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS - FASE II."	15/01/2005	Saúde	Expirado
23	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica na Área da Agricultura celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, na Área da Agricultura, para a Implementação do Projeto Cultivo de Arroz Irrigado em Guiné-Bissau.	31/07/2002	Agricultura	Expirado
24	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Bissau, na Área da Formação Profissional, para a Implementação do Projeto Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Guiné-Bissau.	31/07/2002	Educacional e Esportiva	Expirado
25	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para a Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis e SIDA"	05/01/2001	Saúde	Expirado
26	Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço (no âmbito da CPLP).	17/07/2000	Diplomático	Em Vigor
27	Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau.	10/07/1997 Entrada em vigor em 14/10/1999	Turismo	Em Vigor
28	Protocolo de Intenções entre a Secretaria de Administração Federal da República Federativa do Brasil e o Ministério da Reforma Administrativa,	20/08/1993	Cooperação Técnica	Em Vigor

	Função Pública e Trabalho da República da Guiné-Bissau.			
29	Protocolo de Intenções entre o Ministério do Trabalho da República Federativa do Brasil e o Ministério da Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho da República da Guiné-Bissau.	20/08/1993	Cooperação Técnica	Em Vigor
30	Protocolo de Intenção entre o Governo da República da Guiné-Bissau e o Governo da República Federativa do Brasil.	17/08/1988	Intenções	Em Vigor
31	Comunicado Conjunto	03/07/1984	Declaração Conjunta	Em Vigor
32	Protocolo de Intenções em Matéria de Energia.	03/07/1984	Energia	Em Vigor
33	Comunicado Conjunto	17/11/1983	Declaração Conjunta	Em Vigor
34	Comunicado Conjunto.	22/03/1983	Declaração Conjunta	Em Vigor
35	Comunicado Conjunto.	17/06/1980	Declaração Conjunta	Em Vigor
36	Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.	18/05/1978 Entrada em vigor 29/07/1980	Científica e Tecnológica	Em Vigor
37	Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Guiné Bissau.	18/05/1978 Entrada em vigor 01/08/1979	Cooperação Científica e Tecnológica	Em Vigor
38	Acordo de Comércio.	18/05/1978 Entrada em vigor 07/08/1979	Comércio	Em Vigor
39	Declaração Conjunta do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e do Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau.	18/05/1978	Declaração Conjunta	Em Vigor
40	Memorando de Entendimento entre as delegações brasileira e bissau-guineense. (em áreas de Agricultura, Educação, Saúde e Comunicações).	21/06/1976	Entendimento	Em Vigor
41	Conclusão dos Contratos no Setor da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau.	19/06/1976	Educacional e Cultural	Em Vigor

Adaptado pelo Autor. Fontes: SENADO FEDERAL DO BRASIL, 2018; MRE, 2019. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?IdEnvolvido=132&page=1&tipoPesquisa=2> Acesso dia 22/06/19.

A partir do que mostra o quadro acima, é importante ressaltar que os acordos bilaterais afirmados entre os dois países ocorreram somente entre 1976 a 2011, configurando-se em 41 (quarenta e um) atos de cooperação bilateral assinados, conforme a lista de Atos Bilaterais da Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE, 2019).

Notamos que, de 1976 a 2002, os períodos que abrangem os mandatos de Ernesto Geisel, João Figueiredo, José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso no Brasil, e, Luís Cabral, João Bernardo Vieira e Koumba Yalá na Guiné-Bissau, foram assinados 19 (dezenove) atos, sendo que cinco deles foram apenas Comunicados ou Declarações Conjuntas e quatro deles foram Protocolos de Intenções nas áreas de Administração Pública/Interinstitucional (2), Diplomacia (1) e Energia (1).

Já no período que Lula da Silva governou o Brasil, 2003 a 2011, foram assinados 21 (vinte e um) atos de cooperação, nas áreas de Educação (4), Saúde (4), Agricultura (3), Administração Pública (3), Segurança (2), Diplomacia (2), Direitos Humanos (2) e Pesca (1).

Durante o governo Dilma Rousseff, 2011 a 2016, apenas um ato foi assinado, na área de agricultura. Depois disso, não há nenhum outro registro de ato de cooperação bilateral entre os dois países.

É bom frisar que o Brasil nem sempre conseguiu efetivar na íntegra esses projetos de cooperação assinados, ora por não dispor de recursos para tal, ora por não ter aprovação do Senado brasileiro. Por conta disso, o país direcionou a base de sua cooperação na área Educacional, principalmente por meio de bolsas de estudo (RIZZI, 2012).

No entanto, a Guiné-Bissau por sua vez, além de não despertar interesses geoestratégicos (político, econômico ou ambiental), gera “insegurança” para o Norte em razão de sua constante instabilidade política, “reforçada pelas representações negativas de pobreza, fragilidade democrática e institucional e narcotização” (SANTOS, M. 2017, p.269).

Neste contexto, tendo em vista que a década de 1970 tenha sido considerada como os anos dourados para países africanos, por exemplo, onde houve uma forte política de cooperação econômica, comercial e técnica entre o Brasil e os novos Estados da África, a Guiné-Bissau não se beneficiou tanto dessa onda de bonança. Segundo Patrícia Leite (2011), naquela época, e ainda como ocorre na atualidade, para o governo brasileiro, a Guiné-Bissau não oferecia perspectivas de investimento econômico nem comercial para o Brasil, razão pela qual se deu importância à cooperação técnica.

Contudo, é importante lembrar que inicialmente, antes de ser firmado qualquer ato de cooperação bilateral, primeiro aconteciam às visitas de missões técnicas de Guiné-Bissau e do Brasil, que faziam reuniões de Comissões Mistas a fim de identificar as demandas de ambos os lados, para depois firmarem acordos em áreas estratégicas (RIZZI, 2012).

3.1. A Cooperação Educacional

Para Letícia Pinheiro e Carlos Milani (2011, p.181), “A educação é uma das áreas nas quais políticas públicas nacionais podem se projetar mundialmente, levando soluções brasileiras a problemas enfrentados por diversos países, sobretudo os mais pobres”. Com esta afirmação, pode-se entender o porquê a cooperação bilateral entre o Brasil e a Guiné-Bissau se fortificou muito mais na área Educacional do que em outras áreas, independentemente dos regimes e da condução da política externa de ambos os países.

É importante enfatizar que as universidades públicas brasileiras são bem conceituadas, algumas são consideradas melhores na América latina e algumas delas sempre figuram entre as melhores universidades do mundo.

3.1.1. Educação na Guiné-Bissau

A educação na Guiné-Bissau sempre foi alvo de preocupação, no que concerne a precariedade do sistema educacional e da degradação das estruturas físicas das escolas de todo o país, juntado com uma alta taxa de analfabetismo⁵⁹. Lembrando que a maioria da população do país vive na área rural enquanto que a maior parte das instituições do ensino do país se concentra em Bissau (a capital). Lamentavelmente, apenas na cidade de Bissau é que estão sediadas as instituições de ensino superior universitária e não universitárias, assim como a maioria das instituições de ensino técnico e profissionalizante (GUINÉ-BISSAU, 2009).

Na Guiné-Bissau, até então, a primeira e única universidade pública (Universidade Amílcar Cabral) do país, foi criada apenas em dezembro de 1999, pelo Decreto-lei n.º 6/99, publicado no B.O. n.º 41/99 de 6/12/99, mas, iniciou suas atividades apenas em 2003. No mesmo ano de 2003, que também apareceu à primeira universidade privada do país, a Universidade Colinas de Boé UAC e hoje, já existem mais três universidades privadas: Universidade Lusófona da Guiné - ULG e Universidade Católica de África Ocidental - UCAO em 2007 e Universidade Jean Piaget - UJP em 2010 (GUINÉ-BISSAU, 2009, p.17).

⁵⁹ A análise do analfabetismo por meio de residência, mostra que a taxa do analfabetismo da população residente no meio rural apresenta valores elevados, 66,7% contra 27,2% no meio urbano (GUINÉ-BISSAU, 2009, p.25).

- Das nove regiões administrativas do país, mais de 50% da população que frequentam ou frequentaram um determinado estabelecimentos de ensino, estão concentradas nas regiões de Setor Autônomo de Bissau (SAB), Bafatá e Cacheu (GUINÉ-BISSAU, 2009, p.37).

Já entre 2016/2017, surgiu mais uma instituição de ensino superior em Bissau, chamada de Instituto Politécnico Nova Esperança (IPNOVE ou IP9).

Além destas, as outras instituições de ensino superior são: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e a Escola Normal Superior “Tchico Té”, criadas nos meados de 1980 (GUINÉ-BISSAU, 2005).

Uma pesquisa do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau (INE-GB) realizada em 2009, mostra a enorme dificuldade que o ensino guineense enfrenta. Alertando que a maioria das escolas existentes nas zonas rurais se encontra em avançado estado de degradação, onde muitas delas não conseguem oferecer as seis classes completas do ensino básico. Ao todo, os principais constrangimentos frequentemente apontados ao setor de educação bissau-guineense, são: a fraca qualidade do ensino em todos os níveis; o baixo nível de formação acadêmica e pedagógica dos professores; o atraso nos pagamentos de salários dos professores o que leva às sucessivas greves; o não cumprimento dos dias letivos programados, além do fraco investimento por parte do Governo no sector da educação (GUINÉ-BISSAU, 2009; DJALÓ, 2014).

Porém, voltando atrás, Cristina Cá (2009, p.44), observa que durante a colonização (quando o território ainda era Guiné-Portuguesa), “o analfabetismo no país era de 99%, devido às normas que determinavam certos impedimentos à população de ter acesso à escola”.

Nesse sentido, Denise Mané (2013), mostra que até 1958, a taxa de analfabetismo na Guiné-Portuguesa (atual Guiné-Bissau) era ainda alarmante, lembrando que em 1960, apenas 11 (onze) guineenses tinham ensino superior completo, isto é, três anos antes do início da luta de libertação armada. Segundo a autora, os portugueses nunca quiseram alfabetizar a população, temendo a exigência de seus direitos, a independência e a liberdade por parte destes. “Por isso era necessário bloquear o acesso às escolas, mais ao mesmo tempo tinham que ceder oportunidades para os próprios filhos e dos seus colaboradores nativos que tinham contribuído para o funcionamento das suas feitorias” (MANÉ, 2013, p.19).

Isso nos mostra que o regime colonial português nada fez em termos de investimentos na educação, pois, logo no pós-independência de 1974, a Guiné-Bissau ainda tinha uma taxa de analfabetismo de 98%, numa população estimada em 800 mil habitantes, cuja maioria (cerca de 97%), vivia na zona rural. Com este resultado, a Guiné-Bissau precisava de novos quadros e construir um novo sistema educativo para um novo contexto social, e se afastar do sistema educativo colonial que era altamente discriminatório e seletivo, por isso, a partir de

1976, o país procurou estabelecer convênios na área de educação, com alguns países (NAMONE, 2014; DJALÓ, 2014).

No entanto, o governo de Luís Cabral tentou levar ao efeito, através do departamento de educação dos adultos do Comissariado do Estado da Educação Nacional (atual Ministério da Educação Nacional), uma campanha de alfabetização entre 1975-1976, que contou com apoio da equipe do Instituto de Ação Cultural (IDAC), sediada em Genebra, Suíça, que era coordenado pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire⁶⁰ (NAMONE, 2014; VASCONCELOS, 2014).

Segundo Dabana Namone (2014), apesar de esforços do Paulo Freire, a referida campanha não teve continuidade devido à falta de material didático, de recursos humanos (pessoal qualificado) e de recursos financeiros. Lembrando que:

A Guiné-Bissau foi uma das colônias portuguesas, a cujo povo foi atribuído, pela Administração colonial, o estatuto de indígena, por isso, não teve o privilégio do acesso à educação, como aconteceu, por exemplo, em relação a Cabo Verde, cujo povo era considerado como civilizado pela Administração colonial, recebendo um estatuto quase semelhante aos da metrópole, talvez por isso, a Guiné-Bissau tenha ficado sempre atrasada do ponto de vista educacional. Foi nessa conjuntura que a Guiné se tornou num dos países mais atrasados de África, do ponto de vista educacional, ou seja, o elevado nível de analfabetismo que hoje se verifica no país, é, em grande parte, o resultado das péssimas condições de ensino deixadas por Portugal (TAVARES, 2009, p.19).

Dessa forma, a Guiné-Bissau não conseguiu, desde a sua independência, efetuar políticas públicas capazes de ultrapassar a grave deficiência na área educacional e na formação de quadros capazes de contribuir ao processo de desenvolvimento e da superação da pobreza.

Assim sendo, Cristina Cá (2009, p.85), salienta que foi a partir desse período, a partir de 1976, foi que "o Brasil e a Guiné-Bissau fizeram acordos bilaterais para cooperação

⁶⁰ Para Christoph Kohl (2011), Amílcar Cabral sempre recusou o ensino em Crioulo e línguas como Fula, Balanta, Mandinka, etc., favorecendo o português como língua escrita na Guiné-Bissau considerando o português como língua unificadora. Porém, quando o educador brasileiro Paulo Freire implementou um programa de massas de alfabetização, os dirigentes do PAIGC foram contra o uso de português como língua de ensino, porque no momento apenas uma pequena minoria sabia falar e escrever português (5%) contra 45% da população que falava Crioulo naquela altura. Por isso o programa falhou.

cultural e científica, responsável pela presença de estudantes guineenses em diversas instituições superiores brasileiras, por meio de Programa de Estudantes Convênio (PEC)”.

Conforme mostra a autora:

Por sua vez, segundo informação do Consulado da Guiné-Bissau no Brasil, os primeiros estudantes guineenses chegaram ao Brasil, no ano de 1976. De acordo com o documento do Itamaraty, de 1986 a 2009, têm-se um total de mil e duzentos e treze (1.213) estudantes convênio (PEC-G) e a vinda desses estudantes para Brasil será maior a partir de 1991 com intensificação dos fluxos entre 2000 e 2009. Com relação ao retorno, o documento não informa quantos retornaram e quantos permanecem no Brasil, como também, não informa os dados de estudantes de PEC-G que vieram nos anos de 1976 a 1985 e dos estudantes de PEC-PG não temos dados de nenhum estudante (CÁ, 2009, p.84).

No entanto, segundo MRE (2016, p.140), “não há dados compilados dos anos anteriores a 1998, mas a partir de 1999 e até 2012, aproximadamente mil guineenses formaram-se no Brasil ao amparo do Programa”.

Entretanto, “as relações bilaterais entre a Guiné-Bissau e o Brasil são mais expressivas nos domínios da cooperação educacional, técnica e cultural”. Neste contexto, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é o mais importante instrumento da cooperação bilateral entre o Brasil e a Guiné-Bissau, no campo da educação. Observando que as relações econômicas (comércio e investimentos) ainda têm pouca densidade, embora apresentem potencial apreciável de crescimento (CÁ, 2009, p.86).

Assim, “pode-se dizer que o PEC-G é a atividade de cooperação mais duradoura e profícua estabelecida entre os dois países” (MRE, 2016, p.140).

Ainda, segundo portal do Itamaraty⁶¹ na internet, a Guiné-Bissau ingressou de fato, no Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) no ano de 1977. Portanto, Mamadu Djaló (2014), destaca a importância desta cooperação educacional, mostrando que em quase todas as instâncias da administração pública da Guiné-Bissau, principalmente nas instituições universitárias do país, a maior parte do pessoal administrativo e dos docentes atuantes é de profissionais com diplomas universitários do ensino brasileiro, entre os quais, majoritariamente, são ex-alunos(as) do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

⁶¹ Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/paises.php>> Acesso dia 31/05/19.

Pelos resultados constatados e pelo grau de alcance, acreditamos que, ambos os programas PEC-G (graduação) e PEC-PG (mestrandos e doutorandos) situam-se entre os mais bem-sucedidos projetos de cooperação desenvolvidos com a Guiné-Bissau. Mas, para além dos programas do PEC-G e do PEC-PG, desde 2011, os estudantes guineenses também são selecionados para estudarem na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no estado do Ceará e da Bahia.

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil⁶² afirmou que o Brasil além de oferecer vagas gratuitas em universidades brasileiras (públicas e privadas), assinou diversos projetos de capacitação e profissionalização dos bissau-guineenses tanto no Brasil assim como em Bissau. Dentre estes projetos, podemos destacar:

O “*Memorando de Entendimento em Educação Superior*”, ou seja, o “*Programa de Formação de Professores de Guiné-Bissau*” assinado 2010, que visava apoiar a reestruturação da única universidade pública da Guiné-Bissau (a Universidade Amílcar Cabral – UAC), mediante estruturação administrativa e formação de docentes no Brasil por intermédio de estágio. Também, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES⁶³) financiou o *Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência* com o mesmo objetivo (IPEA; ABC, 2013);

O *Projeto Colinas de Boé e o Programa da Linguagem das Letras e dos Números* (PCB/PLLN), instituído em 2011, com o objetivo de capacitar professores do ensino fundamental de matemática e português de Guiné-Bissau. Este projeto se enquadrava no âmbito do Programa *Pró-África*, uma iniciativa do Ministério da Educação do Brasil que ajudava no fortalecimento dos sistemas educacionais da Guiné-Bissau e dos demais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (IPEA; ABC, 2013);

Finalmente, o projeto de *Promoção dos Direitos Humanos na Política Nacional de Educação da Guiné-Bissau*, que auxiliou a inserção da temática dos direitos humanos no currículo escolar bissau-guineense, desde a educação básica até o ensino superior.

⁶² MRE. Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau. Disponível em: <<http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/projetos.xml>> Acesso dia 07/10/2018.

⁶³ Em Agosto de 2010, a CAPES financiou treinamento para 30 profissionais, inclusive líderes educacionais (diretores e professores do ensino superior na Guiné-Bissau) para participar de curso em Fortaleza, durante quatro semanas. Disponível em: <<http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/projetos.xml>> Acesso dia 07/10/2018.

3.1.2. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)

De acordo com Visentini e Pereira (2008, p.2), após o lançamento da Política Externa Independente por Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos em 1961, o Brasil se aproximou da África e assinou “diversos Acordos Culturais, propiciando o estabelecimento de um programa de bolsas de estudo para estudantes africanos no Brasil, que viria a dar origem ao Programa de Estudantes Convênio (PEC)”.

Assim sendo, em 1965 foi criado oficialmente pelo Decreto nº 55.613, de 20/01/1965, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G⁶⁴), que oferece vagas de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES⁶⁵) brasileiras a estudantes de países em desenvolvimento com quais o Brasil mantém acordo de cooperação educacional, cultural ou científico-tecnológica. Atualmente, o Programa é regido pelo Decreto Presidencial nº.7.948, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em março de 2013, que confere maior força jurídica ao regulamento do PEC-G (BRASIL, 2013; DJALÓ, 2014; SANTOS, M. 2017).

Neste contexto, o êxito dos primeiros anos do programa PEC-G, levou assim, a criação do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) em 1981, com objetivos de possibilitar os cidadãos oriundos de países em desenvolvimento a seguirem os estudos de pós-graduação no Brasil, contribuindo, assim, para a formação de recursos humanos (BRASIL, 2013; VISENTINI; PEREIRA, 2008; ALMINO; LIMA, 2017).

No entanto, gostaríamos de destacar algumas características que moldam o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) após o Decreto nº. 7.948 de 2013. Dessa maneira, o manual do PEC-G apresenta o seguinte:

⁶⁴ O PEC-PG é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores em parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Vigente desde 1981 com o objetivo de oferecer para estrangeiros a oportunidade da realização de estudos de pós-graduação em instituições de ensino superior brasileiras, onde são concedidas bolsas de mestrado (bolsa do CNPq e, em casos excepcionais, da Capes) e doutorado (bolsa da Capes). (IPEA; ABC, 2013, p.47).

⁶⁵ As IES podem ser públicas ou privadas. As instituições públicas são criadas e mantidas pelo poder público nas três esferas – Federal, estadual e municipal. As instituições privadas são criadas e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos. Participam do PEC-G tanto IES dos sistemas Federal e estadual quanto instituições públicas e privadas. Os estudantes-convênio estão isentos do pagamento de quaisquer taxas ao longo do curso. Segundo o Censo da Educação Superior de 2010 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), existem no Brasil 2.377 IES (278 públicas e 2.099 privadas) (BRASIL, 2013, p.19).

O Parágrafo único do Art.1º. frisa que o PEC-G constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, com base em acordos bilaterais vigentes com os países em desenvolvimento. Dessa forma, o Art.2º estabelece que o PEC-G seja implementado conjuntamente pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo Ministério da Educação (MEC), onde compete ao Ministério das Relações Exteriores coordenar os procedimentos relativos à implementação do PEC-G junto a governos estrangeiros por intermédio das missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras.

Cabe ao Ministério da Educação coordenar os procedimentos referentes à adesão das IES ao PEC-G, oferta das vagas, seleção e matrícula dos candidatos e acompanhamento do programa. Nesse contexto, tanto o MRE assim como o MEC não interferirá em questões de natureza acadêmica, que é atribuição exclusiva das IES integrantes do programa (BRASIL, 2013);

O artigo 13 veda ao estudante-convênio o exercício de atividade remunerada que configure vínculo empregatício ou caracterize pagamento de salário ou honorários por serviços prestados. Mas, por outro lado, o artigo 14 garante que em caso de falecimento, doença grave ou incurável que impeça a continuação dos estudos, o Ministério das Relações Exteriores poderá arcar com os custos relativos ao traslado do estudante-convênio para o país de origem, se houver impedimento financeiro do estudante e disponibilidade de recursos orçamentários do Ministério (BRASIL, 2013, p.49);

Também, a Divisão de Assuntos Educacionais (DCE) pode conceder uma passagem aérea ao país de origem para o estudante-convênio que tenha se beneficiado da Bolsa Mérito em qualquer momento do curso, ou que comprove incapacidade financeira de arcar com seu retorno (BRASIL, 2013, p.39); Entretanto, o PEC-G determina que o estudante-convênio deve regressar imediatamente ao país de origem após a conclusão do curso ou quando for desligado da IES por quaisquer motivos (conduta imprópria, reprovação ou abandono de estudos) (BRASIL, 2013, p.8).

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE⁶⁶), atualmente, são 60 países participantes do PEC-G, dos quais 26 são africanos⁶⁷, 25 latino-americanos⁶⁸ e

⁶⁶ Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/paises_participantes.php> Acesso dia 25/05/19.

⁶⁷ Os 26 países participantes da África: África do Sul; Angola; Argélia; Benin; Botsuana; Cabo Verde; Camarões; Costa do Marfim; Egito; Gabão; Gana; **Guiné-Bissau**; Guiné Equatorial; Mali; Marrocos; Moçambique; Namíbia; Nigéria; Quênia; República Democrática do Congo; República do Congo; São Tomé e Príncipe; Senegal; Tanzânia; Togo e Tunísia.

nove asiáticos⁶⁹. No entanto, há observações de que desde a criação do PEC-G (1965) até anos 2000, o Brasil recebeu mais de 5.000 (cinco mil) estudantes estrangeiros, principalmente latino-americanos e africanos. Contudo, o Itamaraty não disponibiliza todos os dados desse período (ALMINO; LIMA, 2017).

Segundo os dados oficiais do MRE⁷⁰, sistematizados nas Tabelas 1, 2 e 3, entre 2000 a 2016 havia 9.218 alunos estrangeiros no PEC-G, considerando o continente africano a origem da maior parte dos estudantes (cerca de 7.048 estudantes, representando 76,4% dos selecionados), dos quais 5.650 são provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o que representou nesse período, um total de 61,2%. E, a participação dos estudantes da Guiné-Bissau nesse período foi de 1.343 alunos inscritos, o que configura 14,57% do total de estudantes estrangeiros (o que soma quase 20% do total de estudantes provenientes da África).

Por outro lado, as tabelas 4, 5 e 6, mostram que no mesmo período de 2000 a 2016, foram admitidos ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), cerca de 2.697 estudantes, dos quais, cerca de 72,4% são latino-americanos, com destaque para Colômbia, Peru e Argentina e 24,1% africanos, com destaque para Moçambique, Cabo Verde e Angola (os países do PALOP representam um total de 22,2% dos 2.697 admitidos). Nesse programa, apenas foram selecionados até agora, 46 estudantes bissau-guineenses, o que corresponde 1,7% do total de estudantes estrangeiros e 7,6% do total de africanos selecionados (BRASIL, 2013; VISENTINI; PEREIRA, 2008; ALMINO; LIMA, 2017).

No geral, entre as nações participantes nos dois programas de convênio, podemos destacar os países africanos de língua portuguesa, nomeadamente Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola. Os cursos com o maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia (BRASIL, 2013).

⁶⁸ Os 25 países participantes de América Latina e Caribe: Antígua & Barbuda; Argentina; Barbados; Bolívia; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; El Salvador; Equador; Guatemala; Guiana; Haiti; Honduras; Jamaica; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; República Dominicana; Suriname; Trinidad & Tobago; Uruguai e Venezuela.

⁶⁹ Os 09 países participantes da Ásia: China; Índia; Irã; Líbano; Paquistão; Síria; Tailândia; Timor-Leste e Turquia.

⁷⁰ Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>> Acesso dia 25/05/19.

Tabela 1.



PEC-G - Seleccionados - África - 2000 a 2019

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
África do Sul																		1	1		2
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	63	53	59	77	7	11	12	2	753
Argélia																2					2
Benin									11	5	7	19	39	37	73	48	40	71	44	93	487
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	74	155	88	104	119	64	62	58	52	3169
Camarões			1					2	1		3	6	3	9	7	3	5	7	2	4	53
Costa do Marfim				1	1			3	1				1	4	9	4	5	5	8	15	57
Gabão		11		2	1	1	3	4							3	4	3	2	10	16	60
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	26	23	36	65	58	19	286
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118				7	15	33	25	1416
Guiné Equatorial																					27
Marrocos																		1		2	3
Mali							2												1		3
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	8	13	13	9	1	3	2	8	229
Namíbia	1	1														6	65		1		74
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	6	2		2	1	4	177
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2		4	3	4	1		89
República Dem. do Congo								9	106	46	78	92	28	19	12	25	29	46	37	25	552
República do Congo													4	6	4	2	4	6		30	56
São Tomé e Príncipe			24		47	147	35	13	12	4	6	19	12	3	19	17	9	12	2	7	388
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	1	6	3	10	7	7	64
Togo												4	11	8	3	6	6	2	3	1	44
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	376	444	255	339	357	287	325	281	337	7991

Fonte: MRE/DCE. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>> Acesso dia 25/05/19.

Tabela 2.



PEC-G - Seleccionados - América Latina e Caribe - 2000 a 2019

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Argentina	1		1	1		6	2				1	1						1			14
Barbados				1				5	2	2	5	3	1	4	5	5	2	2		2	39
Bolívia	12	9	10	4	1	6	11	5	4	13	11	4	1	7	9	10	5	7	10	14	153
Chile	4	4	3	1	1		2	3	2	3	2	2	2	3	2	3	5	3	1	5	51
Colômbia	6	11		3	5	3	4	3	2	2	2	2	6	8	12	15	14	17	9	2	126
Costa Rica		2	2	3	1	3	3	1	4		3	2	1	1	1	2	3		1		33
Cuba					1	3	3	2	4	5	8	7	11	3	11	10	8	8	10	1	95
El Salvador	1		1	2		1	1	2			1		3	3	1	4	2	1			23
Equador	3	12	3	6	6	9	19	19	19	32	7	11	17	11	11	9	10	6	10	9	229
Guatemala	1		4		3	3	2	1	1		4	4	4	4		4	10	4	5	3	57
Haiti							2	15	12	8	11	3	3	10	7	7	11	9	13	16	127
Honduras	1	4	9	7	3	5	7	9	4	3			3	21	35	30	27	33	40	35	276
Jamaica			5	4	3	7	5	3	4	5	10	6	8	10	8	9	15	11	11	12	136
México				1						1			2	3	1			1	1		10
Nicarágua		2						1			3		1		1						8
Panamá	14	12					1	2	2	3	8	1	5	1	3	1	3	2	5	1	64
Paraguai	70	86	85	43	20	68	48	42	42	32	28	26	22	24	18	24	29	23	26	34	790
Peru	18	23	11	2	5	12	13	11	14	11	11	7	7	16	16	22	18	19	17	21	274
República Dominicana					1	1	1			1			1	1	1	2	4	5			18
Suriname		1															1		1		3
Trinidad & Tobago	2	5	2	4			2	1	1	2		2	1	2	1	3	1	2			31
Uruguai	1	1	2		1	1	1			1					1				1	1	11
Venezuela	1		2		1	2			1	1		3			3	2	3		2	3	24
TOTAL	135	172	140	82	52	130	127	125	118	125	115	84	99	132	147	162	171	155	163	158	2592

Fonte: MRE/DCE. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>> Acesso dia 25/05/19.

Tabela 3.



PEC-G - Candidatos Seleccionados - Ásia - 2000 - 2019

PAÍS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
China										1				1	1
Irã														2	2
Paquistão								2	2	2	1			1	8
Tailândia							1	1							2
Timor-Leste	1					1		34	1	1	6	11	8	10	73
TOTAL	1					1		37	4	4	7	11	8	14	87

Fonte: MRE/DCE. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>> Acesso dia 25/05/19.

Tabela 4.

Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
Estudantes das Américas selecionados de 2000 a 2019

PAÍS/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Argentina	6	6	11	4	7	10	11	16	8	16	14	6	5	4	4	3	5	2			138
Bolívia	4	4	6	6	1	5	6	10	7	13	8	8	4	7	6	4	4				103
Chile	4	3	2	1	3	2	8	6	7	6	5	5	11	5	5	12	2		3	2	92
Colômbia	7	7	11	11	7	11	43	26	51	79	61	68	66	110	75	43	11	9	21	7	724
Costa Rica	1	1	1		2	3	4	1	1	4	2	3	1	4	2				3	2	35
Cuba	6	6	1	4	3	4	1	4	5	5	4	6	5	14	21	28	8	9	2	2	138
El Salvador			1						2		1					1					5
Equador	1	1	6	2	1	6	5	13	10	5	9	7	6	7	10	6	1	2	1	1	100
Guatemala	2	2	4	1	2	1	3	2	2		2	1	1	3	3				2		31
Guiana			1																		1
Haiti											1		4	3	1		1				10
Honduras			1			1	1						1			1		1			6
Jamaica													1								1
México	2	2	2	1	1	6	1	5	5	4	3	8	3	2	5	2			3	3	58
Nicarágua	3	3	1		1			1		2		3		1		1	2			1	19
Panamá	2	2	2	1	2		1	2	1	2	1		3		1	1					21
Paraguai	5	5	9	1	3	6	6	10	8	12	4	8	7	4	3	4		1	1	3	100
Peru	11	11	6	7	11	6	21	25	27	33	20	36	32	34	23	15	8	3	11	4	344
República Dominicana	1	1	1		1	1		1	2	4	1		1	1							15
Suriname	2	2			1								1								6
Trinidad e Tobago													1								1
Uruguai	4	4	7		4	10	9	5	4	9	6	3	3	6	1	1	1		1	1	79
Venezuela			1		2	1	2		1	2	1	6	5	3	2	1	1	1	4		33
TOTAL	61	60	74	39	52	73	122	127	141	196	143	168	161	208	162	123	44	28	52	26	2060

Fonte: MRE/DCE. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>> Acesso dia 25/05/19.

Tabela 5.

Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
Estudantes africanos selecionados de 2000 a 2019

PAÍS/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Angola	1	1	6	3	1	2	3	7	5	2	8	10	8	2	3	8	4	3	4	8	89
Benim										1		1	2	1		1	3	1	3		13
Cabo Verde	4	4	5	5	6	12	22	6	8	7	15	4	14	13	14	7	10	3	4		163
Camarões									2				1			1		1			5
Costa do Marfim			2	1	1	3	1	3					1	1		1					14
Egito									1								1				2
Gana				1																	1
Guiné-Bissau	1	1	3	1	1	6	5	2	3	2	6	2	5	4			4	1	12	1	60
Moçambique	5	5	9	5	8	12	16	12	9	3	8	21	24	52	49	51	22	43	66	65	485
Namíbia	1	1																			2
Nigéria				1		1					1		2						1		6
República Dem. do Congo								1					1			1					3
São Tomé e Príncipe			1			4				1	1	1	2	2	1				2		15
Senegal	2	2					1	1							2	2					10
Togo																		1		1	2
TOTAL	14	14	26	17	17	40	48	32	28	16	39	39	59	76	69	71	45	53	92	75	870

Fonte: MRE/DCE. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>> Acesso dia 25/05/19.

Tabela 6.

Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação

Estudantes asiáticos selecionados de 2000 a 2019

PAÍS/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
China					1	1	1					1	3	2	1	1	1			1	13
Índia	1	1								2		1			1	1	1			1	9
Paquistão																1					1
Timor-Leste						6		11	14	16	6	6	3		6	3		1			72
Turquia																1			1		2
TOTAL	1	1	0	0	1	7	1	11	14	18	6	8	6	2	8	7	2	1	1	2	97

Fonte: MRE/DCE. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>> Acesso dia 25/05/19.

É interessante notar nesses quadros, a diferença quantitativa de vagas preenchidas por Cabo Verde e Guiné-Bissau, que juntos, somam menos de três milhões de habitantes, enviem mais estudantes do que Angola e Moçambique juntos (ambos com cerca de 50 milhões de habitantes) (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, 2016).

No caso da Guiné-Bissau, o país se beneficia não só dos programas de intercâmbio PEC-G e PEC-PG, mas também intercâmbios via UNILAB, assim como programas do ensino profissional realizado em Bissau, por intermédio do SENAI (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, 2016).

Para promover e fortalecer mais as relações entre o Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nomeadamente com os países africanos do PALOP, o ex-presidente Lula da Silva, criou através da Lei Federal nº 12.289, de 20/07/2010, uma nova universidade Federal, a “Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)” com sede na cidade de Redenção, no Ceará, com um campus em São Francisco do Conde, no estado da Bahia. Desde a sua abertura em 2011, a UNILAB tem sido uma universidade-chave para acolher estudantes dos países da CPLP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, e do território de Macau). Entre estes países, a comunidade estudantil oriunda de Guiné-Bissau é a maior beneficiária de vagas entre os selecionados (DESIDERÁ et al., 2018, p.410; MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, 2016).

De acordo com os dados da UNILAB, ao todo, até fevereiro de 2019, a UNILAB contava com 667 estudantes guineenses de graduação, num total de 5.000 estudantes de curso de graduação⁷¹. Mais 21 estudantes selecionados para curso de pós-graduação, num total de 1.299 selecionados, todos espalhados pelos câmpus da Liberdade, Auroras e Palmares, nos Estados da Bahia e Ceará (UNILAB, 2019).

Em comparação com outros países africanos, a Angola possuía 255 estudantes de graduação e 03 de pós-graduação; enquanto Cabo Verde tinha 72 estudantes de graduação e 01 de pós-graduação; já Moçambique contava com 38 alunos de graduação e 01 de pós-graduação, sendo que São Tomé e Príncipe registrava apenas 64 estudantes matriculados no curso de graduação (UNILAB, 2019).

Portanto, os números mostram que a Guiné-Bissau enviou mais estudantes para UNILAB que Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe juntos. Por outro lado, a Universidade também conta com a participação de docentes de todos os países da CPLP no seu quadro de funcionários, e, atualmente, a Universidade conta com 06 docentes oriundos da Guiné-Bissau.

Conforme lembram Milani, Conceição e M'bunde (2016, p.21), a UNILAB desempenhou um papel relevante quando o Brasil decidiu suspender os Programas PEC-G e PEC-PG com o Governo de Guiné-Bissau em 2012, devido ao golpe de Estado neste país, a UNILAB manteve a concessão de bolsas aos estudantes bissau-guineenses. “Nesses dois anos (2012 e 2013) de suspensão dos programas PEC-G e PEC-PG, chegaram, respectivamente, 44 e 78 estudantes à UNILAB”.

Para os autores, o Brasil destinava, em termos globais, 99% da cooperação educacional aos países em desenvolvimento, principalmente os PALOPs. Nessa perspectiva, o programa brasileiro em educação superior aos países em desenvolvimento supera muito a dos doadores do CAD da OCDE, considerando que as investidas do Portugal representam um total de 60%, Coréia do Sul cerca de 27%, EUA apenas 19,5%, Reino Unido, 10,7%, Espanha, 10,2% e França, 6%. Nisso, recordam que a ausência é quase total dos EUA e do

⁷¹Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/QUANTITATIVO-2018.2-1.pdf>> Acesso dia 22/11/19.

Disponível em:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTkzZjY2MwQ0NjMzNS00MjkzLWI4YTA0OGJjY2NmNjdmNzI1IiwidCI6IjkwMjkzZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVkMSJ9>> Acesso dia 22/11/19.

Reino Unido nos projetos em educação superior dos PALOP (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, 2016, p.22).

Isso mostra que tradicionalmente, a educação e cultura são consideradas importantes fontes de *soft power* do Brasil na arena internacional, uma vez que contribuem para o reforço dos laços políticos e econômicos entre o Brasil e os países parceiros. Embora essa ferramenta também seja empregada pelas potências centrais, como China, Índia, México e África do Sul (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, 2016).

3.1.3. Cooperação Técnica e Científica Brasil/Guiné-Bissau

Perante a Cooperação Técnica brasileira, a Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores “é responsável pelo envio e supervisão de missões técnicas aos países em desenvolvimento, integradas por especialistas de instituições brasileiras, com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos”. Assim, os agentes da ABC/MRE são encarregados de participar de todas as etapas de atividades pontuais, projetos ou programas, uma vez que é também o agente responsável pelo financiamento da elaboração dos projetos (IPEA; ABC, 2013, p.26).

De acordo com IPEA e ABC (2013), até 2013, a Cooperação Técnica Internacional entre o governo brasileiro e países parceiros era realizada por mais de 170 órgãos do governo Federal, incluindo diversos ministérios, autarquias, fundações e empresas públicas.

Assim:

Tais instituições compõem o atual sistema de cooperação técnica brasileira para o desenvolvimento internacional. Neste sistema, destacam-se: a Presidência da República, por meio da chamada diplomacia presidencial; o MRE, por meio da ABC e sua rede de embaixadas no exterior; e os ministérios e entidades vinculadas setoriais. A base legal que sustenta as ações de cooperação técnica do governo brasileiro no mundo repousa sobre o Artigo 4º da Constituição Federal (CF) de 1988, que trata dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, e estabelece, em seu inciso IX, o princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade [...] (IPEA; ABC, 2013, p.26).

No âmbito de Formação Profissional, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Ministério de Função Pública e Trabalho de Guiné Bissau, investiu cerca de US\$ 3 milhões de dólares, na criação de um *Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau*, em Bissau. Inaugurado

pelo então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e pelo então Primeiro Ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior, em outubro de 2009, o centro oferecia, através do SENAI, mais de uma dezena de cursos técnicos e profissionalizantes (BRASIL, 2011, p.68).

Além disso, em 2010, o governo brasileiro fez uma doação em dinheiro, num montante de US\$ 100 mil dólares para a realização de projetos em 16 escolas na Guiné-Bissau (MANÉ, 2013).

De acordo com o IPEA e ABC (2013, p.21), durante o ano 2010, o governo Federal brasileiro gastou um total de R\$ 62.5 milhões de reais em Cooperação Educacional, R\$ 42.2 milhões de reais em Cooperação Científica e Tecnológica e, cerca de R\$ 101.6 milhões de reais com a Cooperação Técnica. Neste caso, a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI) investiu na Guiné-Bissau, um montante de R\$ 13.7 milhões de reais, equivalente a 21,2% do total de R\$ 64.6 milhões de dispêndios públicos da COBRADI para a África. Isso significa que a Guiné-Bissau foi o segundo país da Região africana a receber mais recursos da COBRADI naquele ano, ficando apenas atrás de Cabo Verde que recebeu R\$ 15,7 milhões de reais, correspondente a 24,4% do total para a Região.

3.2. Cooperação em Segurança

Conforme visto no capítulo anterior, a Guiné-Bissau nasceu através de uma violenta e sangrenta luta armada que durou onze anos de batalha entre o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral e os colonialistas portugueses. A rivalidade que existia entre nativos bissau-guineenses e cabo-verdianos dentro do PAIGC no pós-independência, desencadeou o primeiro golpe de Estado na Guiné-Bissau e sua consequente separação com Cabo Verde. A partir de então, iniciou-se série de eventos que colocaram em causa a estabilidade política e governativa do país até os dias de hoje.

Desde a independência, foram registrados na Guiné-Bissau, sucessivos golpes de Estado (subversão da ordem constitucional), assassinatos de políticos e de chefias militares, assim como troca e destituição de governos. Por conta disso, depois o conflito militar de 1998 e devido à onda de sobressaltos políticos, a questão de segurança na Guiné-Bissau passou a

ser preocupação não só para o povo guineense, mas também para os vizinhos da sub-região oeste africana, assim como para a Organização das Nações Unidas, CPLP, União Africana e CEDEAO.

No entanto, a instabilidade política e governativa na Guiné-Bissau tem sido uma forte barreira para o processo de desenvolvimento dessa nação, e, as constantes alterações na governação do país e enorme crise econômica têm deixado o país num profundo buraco de pobreza e de subdesenvolvimento (SEIDI, 2006).

Contudo, a instalação de redes de tráfico de drogas no país desde 2004 tende a fomentar mais a instabilidade no país, pois alguns membros das Forças Armadas, da administração civil e mesmo do poder judiciário estão envolvidos e facilitam este comércio ilegal, ao garantirem a passagem de barcos e aviões que transportam narcóticos. O que levou o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC) a considerar que a Guiné-Bissau é o mais novo Narco-Estado mundial. Estimando que, por ano, aproximadamente 40 toneladas de cocaína transitam pelo território guineense, se confirmando como rota do tráfico internacional, originado na América do Sul com destino na Europa (RIZZI, 2010).

De acordo com Clélia Piragibe (2014), apesar de que a crescente entrada de drogas na Guiné-Bissau durante a década de 2000, fizesse com que muitos analistas internacionais passassem a referir a Guiné-Bissau como o primeiro “Narco-Estado” da África, a diplomacia brasileira posicionou-se contra a proposta do Conselho de Segurança da ONU de impor sanções sobre altos dirigentes (militares e políticos) suspeitos de envolvimento da entrada e do comércio de drogas no país, argumentando que essa abordagem não favoreceria a resolução dos problemas estruturais da Guiné-Bissau.

Nesse sentido, a cooperação bilateral entre o governo do Brasil e o governo da Guiné-Bissau na área de Segurança, se torna importante, na medida em que o Brasil se mostra um grande apaziguador dentro da CPLP.

3.2.1. A cooperação em Defesa e Segurança

Segundo Clélia Piragibe (2014), a Cooperação Militar entre o Brasil e a Guiné-Bissau, iniciou-se no ano de 1981, “atendendo ao pedido de ajuda à formação de pessoal em estabelecimentos militares brasileiros e de apoio à reorganização e ao reaparelhamento das Forças Armadas guineenses” (PIRAGIBE, 2014, p.30).

Também, no dia 06 de junho de 2006, foi assinado em Brasília, um acordo de cooperação bilateral no domínio da Defesa, entre o Governo do Brasil e o Governo da Guiné-Bissau. De acordo com o documento publicado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE, 2019), esse acordo visava promover a cooperação entre as partes em assuntos relativos à defesa, nomeadamente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; partilhar conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações; promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados, bem como a correspondente troca de informações; e, cooperar em outras áreas no domínio da defesa que possam ser de interesse comum.

Dessa forma, o Ministério da Defesa do Brasil através da cooperação técnica, tem oferecido vagas nos cursos de formação de sargentos e de oficiais intendentess, e de oficiais aviadores, nas academias militares do exército, da aeronáutica e da marinha mercante no Brasil, para os nacionais de Guiné-Bissau (IPEA; ABC, 2013; MANÉ, 2013).

Durante uma visita do Celso Amorim⁷² à Bissau, o ex-chanceler lembrou que o Brasil disponibilizou, no âmbito da CPLP, um montante de US\$ 500 mil dólares para apoiar o pagamento dos salários e da reestruturação das Forças Armadas da Guiné-Bissau.

Portanto, no âmbito multilateral, o MRE⁷³, considera a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) criada em 1986, por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, como o principal foro para o tratamento de temas relativos à segurança do Atlântico Sul. Uma área pacífica de intercâmbio e cooperação. Integrada por 24 países banhados pelo Atlântico Sul (África do Sul, Angola, Argentina, Benin, **Brasil**, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, **Guiné-Bissau**, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai), a ZOPACAS busca articular ações em benefício da paz, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável do Atlântico Sul, por meio do fortalecimento da coordenação e cooperação entre seus Estados-membros, e, mantendo a região livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa (PIRAGIBE, 2014).

⁷² Agência LUSA 15 Jan, 2005. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/brasil-assina-acordo-de-cooperacao-com-a-guine-bissau-no-dominio-da-saude_n104907> Acesso dia 07/10/18.

⁷³ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>> Acesso dia 08/04/18.

Sendo assim, pode-se considerar importante a cooperação militar entre a Guiné-Bissau e o Brasil, substancialmente, em razão de crescente pirataria que até recentemente se restringia ao lado oriental da África, principalmente nas proximidades da Somália, e que também passou a ocorrer com maior frequência no Golfo da Guiné, que ocupa faixa paralela ao litoral do Norte e Nordeste do Brasil. Segundo Alex Brum (2018), o Ministério da Defesa do Brasil tem expressado preocupação com a possibilidade de que a pirataria atinja os interesses brasileiros na África, ou, até mesmo, que atinja a costa brasileira. Lembrando que para o Brasil, o Atlântico Sul serve como via de transporte e comunicação com o continente africano.

Por essa razão, e para proteger riquezas marítimas como as reservas do pré-sal e combater crescentes ameaças de pirataria e narcotráfico no Atlântico Sul, o Brasil fortaleceu sua cooperação na área de Defesa com países africanos do Atlântico Sul, especialmente com a Guiné-Bissau.

3.2.2. Brasil e a Configuração Específica para a Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz da ONU (CCP)

Salienta-se que devido a constante instabilidade política e o aumento progressivo de tráfico de entorpecentes no país, sobretudo a partir de 2004, fez com que a Guiné-Bissau solicitasse a ONU em 2007, que o Brasil presidisse a Comissão de Consolidação da Paz (CCP⁷⁴) das Nações Unidas na Guiné-Bissau. Este fato tornou o Brasil no primeiro país em desenvolvimento a exercer a presidência de uma Configuração Específica da CCP. “A chamada *Configuração Específica para Guiné-Bissau* converter-se-ia no *locus* intergovernamental para questões relacionadas tanto à consolidação da paz no país, sob a liderança brasileira, quanto ao desenvolvimento” (PIRAGIBE, 2014, p.31).

Sendo assim, o empenho do Brasil na Configuração Específica Guiné-Bissau da CCP, buscava elevar a posição do Brasil no cenário mundial e contribuir politicamente para a pretensão brasileira para conseguir um assento no Conselho de Segurança da ONU, enquanto que a Guiné-Bissau se beneficiava de uma posição moderada do Brasil em temas sensíveis

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/143-o-brasil-e-a-consolidacao-da-paz>> Acesso dia 08/04/18.

para a Guiné-Bissau, visto que o Brasil sempre refutou a visão da comunidade internacional acerca da Guiné-Bissau ser considerada um Narco-Estado (SANTOS, M., 2017).

A Comissão para a Construção da Paz (CCP) foi criada pela ONU em 2005, com o objetivo de apoiar os países emergindo de conflitos em seus processos de construção da paz e, atualmente, além da Guiné-Bissau, existem mais cinco países presentes na agenda na CCP - Burundi, Serra Leoa, Guiné, Libéria e República Centro Africana (KEMER, 2016).

Em relação à Guiné-Bissau, antes da criação da CCP, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou em março de 1999, a criação do Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNOGBIS, sigla em inglês), para ajudar na implementação do acordo de paz assinado em novembro de 1998, entre o então presidente João Bernardo Vieira e Ansumane Mané, ex-líder da Junta Militar, em Abuja, Nigéria, para pôr o fim ao conflito armado entre as partes. Em 2010, o Gabinete passou a ser uma missão integrada, com objetivos de continuar a ajudar o país a cultivar a estabilidade política, por isso, a entidade passou a denominar-se de Escritório Integrado de construção da Paz da ONU em Guiné-Bissau (UNIOGBIS⁷⁵).

Em dezembro de 2009, o Brasil estabeleceu um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica e Científica com a Guiné-Bissau, para implementação do Projeto “Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau”, com a finalidade de contribuir para a reestruturação e modernização do setor de segurança e defesa da Guiné-Bissau.

De acordo com Itamaraty⁷⁶, em 2012, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) investiu cerca de US\$ 3 milhões de dólares para a construção de Centro de Formação das Forças de Segurança Brasil-Guiné-Bissau, em João Landim, uma cidade localizada a 25 km de Bissau. Esse projeto de cooperação foi executado por meio do Departamento da Polícia Federal, em parceria com o Governo de Guiné-Bissau e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Ao todo, o projeto capacitou mais de 3.700 agentes das quatro forças que compõem o setor de segurança na Guiné-Bissau: Polícia de Ordem Pública, Serviço de Informação e Segurança, Polícia Judiciária e Guarda Nacional.

⁷⁵ Disponível em: <<https://uniogbis.unmissions.org/contexto-hist%C3%B3rico>> Acesso dia 22/06/19.

⁷⁶ Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau. Disponível em: <<http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/projetos.xml>> e Agência Brasileira de Cooperação ABC <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/579>> Acesso dia 07/10/2018.

Portanto, esse centro de formação pode ser considerado como a primeira escola da Polícia Federal fora do território brasileiro, e, ainda, espera-se que, no futuro, o referido “Centro” possa constituir-se em polo de treinamento regional, acolhendo, também, as forças de segurança dos demais Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). Uma vez que, além de formar os agentes das forças de segurança, esse Centro formou um corpo de docentes e gestores locais que permitirá ao Governo de Guiné-Bissau dar continuidade às atividades do Centro de Formação⁷⁷.

Porém, apesar dos esforços do Brasil na Comissão de Consolidação da Paz da Guiné-Bissau, e de outros atores globais, parece que a situação na Guiné-Bissau permanece delicada e as perspectivas de melhoria se mostram limitadas.

3.3. Cooperação Diplomática

3.3.1. A Relação Política e Diplomática no período 1974- 2016

No campo diplomático, o Brasil, durante o governo de Jânio Quadros, com sua Política Externa Independente (PEI), criou, em junho de 1961, um Consulado Honorário em Bissau, subordinando ao Consulado Geral de Lisboa. Nesta época a Guiné-Bissau (antiga Guiné Portuguesa) ainda era colônia de Portugal (PIRAGIBE, 2014).

Portanto, depois que o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973, o Brasil reconheceu logo em 18 de julho de 1974, a independência da Guiné-Bissau, dois meses antes que Portugal reconhecesse de fato (10 de setembro de 1974) e anunciar a transferência imediata de poder ao PAIGC. Sem demora, no dia 13 de setembro de 1974, o então presidente Ernesto Geisel, publicou por meio do Decreto nº 74.559, de 13/09/1974, a criação da Embaixada do Brasil em Bissau (RIZZI, 2012, p.122).

Ainda nesse mesmo mês de setembro de 1974, o Brasil apoiou a entrada da Guiné-Bissau na Organização das Nações Unidas (ONU). Ao discursar durante a XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU (23/09/1974), o chanceler brasileiro Antonio Francisco Azeredo da Silveira, saudou a admissão do país irmão a esta organização. Ainda, o

⁷⁷ABC - <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/579>> Acesso dia 14/06/2019.

diplomata brasileiro fez lembrar a todos os chefes de Estados presentes naquela assembleia, de que Amílcar Lopes Cabral (líder da luta de libertação da Guiné-Bissau), antes de sua morte, sonhava estreitar relações de cooperação bilateral com o Brasil, assim que seu país fosse independente.

Segundo o diplomata, essas são as palavras proferidas por Amílcar Cabral:

Nosso interesse (em desenvolver as relações de amizade, solidariedade e cooperação com o Brasil) é tanto maior quanto nos sentimos ligados ao povo brasileiro por laços de sangue, cultura e história e desejamos ardentemente estabelecer com o Brasil, depois da conquista de nossa independência, amplas relações fraternais em todos os planos, assim como com o povo de Portugal, que nunca confundimos com o colonialismo português (CORRÊA, 2007, p.312).

Assim sendo, o governo brasileiro se mostrou honrado em firmar laços de amizade com este país amigo e irmão, ligados pelos vínculos do sangue e da cultura (CORRÊA, 2007).

Diante disso, consideramos que o imediato reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e a instalação da embaixada brasileira em Bissau, em 1974, foi um ato de especial importância para o Brasil, pois o país se tornou o primeiro país do mundo ocidental a reconhecer a primeira nação africana de expressão portuguesa como um Estado independente. No entanto, isso abriu o caminho para que o país estreitasse suas relações diplomáticas e comerciais com o mundo ocidental, em particular com o Brasil.

De acordo com a Kamila Rizzi (2012, p.123), “a postura da política externa brasileira, anticolonialista, antirracista, desenvolvimentista e multilateral, trouxe prestígio para o país na África e principalmente nas partes envolvidas”, neste caso a Guiné-Bissau. Para a autora, essa postura brasileira concretizou a aproximação do Brasil com a Guiné-Bissau, trazendo resultados positivos já nos anos seguintes.

Sem delongas, em agosto de 1975, o primeiro chanceler da Guiné-Bissau (o Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros), Victor Saúde Maria fez a primeira visita oficial de uma autoridade bissau-guineense ao Brasil. Logo depois, entre março e abril de 1976 uma missão de autoridades bissau-guineenses, liderada por José Araújo (homem de confiança do presidente Luís Cabral) chegava ao Brasil para reunir com o presidente Geisel, com propósitos de pedir apoio do Brasil para ajudar na resolução de diferentes problemas que assolava esta nova nação.

Em resposta, uma missão técnica brasileira chefiada por embaixador Ítalo Zappa (chefe do Departamento da África e Oceania do Itamaraty) visitou a Guiné-Bissau em julho

de 1976 e identificaram como demandas urgentes, as áreas de educação agricultura e pecuária, como prioridades para o início da cooperação entre os dois países (RIZZI, 2012; BRASIL, 1980).

As visitas diplomáticas das autoridades bissau-guineenses ao Brasil, somadas as necessidades apresentadas por parte da Guiné-Bissau, resultaram em maio de 1978, no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre os dois governos. Que segundo Rizzi (2012, p.125), “esse acordo regeu as relações bilaterais até a década de 2000” e é daí que surgiu toda a base legal que fundamentou os acordos posteriores.

Para Maria do Carmo Santos (2017), a data de 1976 marca a assinatura do primeiro ato internacional de parceria entre Brasil e Guiné-Bissau e, desde a assinatura do Acordo de 1978 até meados da década de 1990, a cooperação entre os dois países “foi marcadamente técnica e de baixa densidade, restrita a comunicados e declarações” (SANTOS, M. 2017, p.212).

Por outro lado, como alternativa à antiga metrópole, Brasília apresentava à Bissau uma alternativa política viável, com benefícios econômicos, entre outras demandas no campo da cooperação bilateral, independentemente da sua posição política. E no campo diplomático em específico, o acordo de 1978 previa uma bolsa de estudos para guineenses estudarem no Instituto Rio Branco e pudessem fazer estágio da chancelaria guineense em Brasília (RIZZI, 2012, p.126).

Todavia, em junho de 1980, o então (primeiro) presidente da República da Guiné-Bissau, Luís Cabral, se torna o primeiro Chefe de Estado entre os países de língua portuguesa, exceto Portugal, a visitar o Brasil. Nesta ocasião, o então presidente do Brasil, João Figueiredo, saudou a visita do Luís Cabral e fez questão de enfatizar que a Guiné-Bissau foi o primeiro país lusófono africano com o qual Brasil estabeleceu relações diplomáticas (BRASIL, 1980; RIZZI, 2012).

Como podemos verificar:

O relacionamento do Brasil com a Guiné-Bissau e com a África desenvolve-se num quadro de cooperação espontânea; de interesse recíproco; de igualdade e de respeito às individualidades nacionais. [...] Nossos crescentes vínculos com as nações africanas refletem a consciência da necessidade de promover-se uma aproximação cada vez maior entre países em desenvolvimento, em benefício de todos. [...] Mas, não vemos a cooperação como estrada de sentido único. Desejamos transmitir nossos conhecimentos e experiências a nossos irmãos da África e do Terceiro Mundo. [...] Mas desejamos, também, receber e aproveitar seus ensinamentos (BRASIL, 1980, p.139-140).

Em retribuição à visita do ex-chefe de Estado guineense, em novembro de 1983, o então presidente do Brasil, João Figueiredo visitou a Guiné-Bissau, sendo também o primeiro presidente do Brasil a visitar oficialmente a África e em particular a Guiné-Bissau.

De acordo com a Kamilla Rizzi (2012), em 1995, quando a Guiné-Bissau se candidatou a vaga de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio de 1996/1997, teve apoio do Brasil. Assim como quando o Brasil, ao se candidatar também pela vaga de membro não permanente⁷⁸ do Conselho de Segurança da ONU em 1992 e 1997, o país teve total apoio da Guiné-Bissau para tal empreendimento.

Também, o Brasil obteve apoio da Guiné-Bissau em 2004, 2006, 2008 e 2010 para pleitear o cargo de membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Assim como teve apoio da Guiné-Bissau na eleição do agrônomo brasileiro José Graziano da Silva, ao cargo de Diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em junho de 2011, e do diplomata brasileiro Roberto Azevêdo, para o cargo do Diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2013 (MIYAMOTO, 2011).

Sem embargo, percebe-se a existência da boa relação de amizade e de fraternidade entre os dois países, e vale ressaltar que a Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau, que é uma das mais antigas embaixadas naquele país, que criou em junho de 1988, o Centro de Estudos Brasileiros (CEB) anexo à embaixada, é o principal veículo de cooperação bilateral da Embaixada do Brasil em Bissau em temas ligados à educação e à cultura (MRE, 2016).

Em 2008, o CEB foi reestruturado e passou a ser Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau (CCBGB), porém manteve os mesmos objetivos, que é a promoção da cultura, não apenas do Brasil, mas também da Guiné-Bissau. Dentre as atividades, o Centro oferece cursos de português e de literatura brasileira (lembrando que a biblioteca do CCBGB é uma das maiores do país), além da “divulgação do cinema e do teatro brasileiros e a orientação e inscrição dos candidatos guineenses aos Programas PEG-G e PEC-PG” (MRE, 2016, p.139).

⁷⁸ O Brasil é o país em desenvolvimento que mais vezes integrou o Conselho, tendo sido eleito para dez mandatos desde 1946. O País participa de 8 das 14 Operações de Paz das Nações Unidas em atividade. Atualmente, o Brasil mantém observadores militares e oficiais de Estado-Maior em missões no Chipre, na República Centro-Africana, no Saara Ocidental, na República Democrática do Congo, na Guiné-Bissau, no Sudão, no Líbano e no Sudão do Sul. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/valeubrasil/textos/eixo-o-brasil-e-o-mundo/acordos-internacionais>> Acesso 05/06/19.

De acordo com Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2016), mesmo com a eclosão da guerra civil de 07 de junho de 1998 em Bissau, quando a Embaixada e, conseqüentemente, o Centro Cultural interromperam as atividades, a Embaixada brasileira acabou por ser refúgio e abrigo para centenas de cidadãos da cidade que não tiveram meios de fugir. No entanto, apesar de chegar a cair uma bomba na Embaixada que por sorte não explodiu (na altura havia mais de 80 crianças na instalação), e por estar ao lado onde estavam tropas senegalesas trazidas pelo Presidente Nino, o patrimônio brasileiro permaneceu resguardado e relativamente intacto, como símbolo do respeito que ambos os lados da guerra tinham para com o Brasil (MRE, 2016, p.142-143).

Ao contrário disso, muitas representações diplomáticas, como as embaixadas dos Estados Unidos, Rússia, China e França, situadas em áreas ainda novas da cidade, não escaparam à violência dos combates e dos saques que se seguiam, ou seja, “ficaram completamente destruídas” (MRE, 2016. grifo nosso).

Em suma, além destas três áreas que destacamos, é bom frisar que os dois países estabeleceram diversos acordos de cooperação que podem ser considerados importantes. Por exemplo, conforme mostra o quadro nº3, podemos citar as áreas de Agricultura, Direitos Humanos⁷⁹; Saúde e Pescas, como áreas em que o Brasil atua seus projetos de cooperação com a Guiné-Bissau, tanto nos moldes bilateral assim como nos moldes multilaterais (SANTOS, M., 2017).

3.3.3. Relações Brasil-Guiné-Bissau durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva

Não podemos ignorar a verdade de que os dois mandatos do governo Lula da Silva (entre janeiro de 2003 a janeiro de 2011) marcaram uma mudança significativa na política externa brasileira para a África.

Segundo Paulo Visentini e Pereira (2008), após um longo distanciamento, Lula ampliou significativamente as relações entre o Brasil e o continente africano, não só no campo diplomático onde o país abriu (ou reabriu) embaixadas em dezoito países do continente (passando de 18 para 36 embaixadas), contra 13 novas embaixadas dos países africanos

⁷⁹ “O mais antigo projeto de cooperação bilateral desenvolvido pelo Brasil é o apoio a uma política nacional de Guiné-Bissau de garantia do direito à documentação básica ou ao registro civil de nascimento. Em 2010, o projeto produziu uma publicação conjunta e bilíngue, intitulada Brasil – Guiné-Bissau: olhares cruzados pela identidade” (IPEA; ABC, 2013, p.36).

abertas em Brasília (passando de 16 para 29 embaixadas), incluindo a embaixada da Guiné-Bissau instalada em 2011. Também no campo comercial, o volume de comércio entre o Brasil e a África passou de US\$ 5 bilhões de dólares, em 2002, para US\$ 26 bilhões de dólares em 2008.

Neste balanço, constata-se que o ex-presidente Lula realizou 13 viagens à África, visitando⁸⁰ mais da metade dos países deste continente (28 países, alguns deles mais de uma vez (BRASIL, 2011).

De acordo com Celso Amorim (2005), o ex-presidente Lula da Silva esteve pessoalmente à frente das iniciativas para estreitar as relações diplomáticas com todas as regiões do globo, o que o levou a realizar 56 viagens, por 35 diferentes países, entre 2003 a 2005. Em contrapartida, o Brasil recebeu 52 visitas de chefes de Estado e de governo estrangeiros, oriundos de 39 países. Entre todos os países africanos visitados pelo Lula da Silva, o ex-mandatário brasileiro conferiu atenção especial aos países lusófonos. Na Guiné-Bissau, por exemplo, que passava e ainda passa por uma conjuntura política complexa, o Brasil procurou contribuir para que o país reencontre o caminho da democracia e do desenvolvimento econômico (AMORIM, 2005).

Apesar do Ernesto Geisel (1974-1979) ter reconhecido a independência da Guiné-Bissau e ter instalado a embaixada brasileira neste país, e o governo dele ter sido marcado, segundo Sérgio Danese (2017), um novo “grau zero” da diplomacia presidencial brasileira, a partir do qual os seus sucessores são medidos, a diplomacia brasileira para África “se fez quase que integralmente à base de visitas ministeriais, troca de missões e abertura de embaixadas” (DANESE, 2017, p.420).

Também, embora que o governo João Batista Figueiredo (1979-1985), ter sido considerado “um marco histórico” nas relações afro-brasileiras, por Figueiredo ser o primeiro presidente brasileiro a visitar a Guiné-Bissau, em novembro de 1983, Sérgio Danese (2017), considera que Lula da Silva foi o presidente brasileiro que mais exerceu Diplomacia Presidencial.

Considerando que, a “*Diplomacia Presidencial*” é entendida como “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio* (por lei), pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (DANESE, 2017, p.67).

⁸⁰ Em grande parte de suas visitas aos países africanos, Lula foi sempre acompanhado por comitivas de diplomatas e empresários brasileiros, interessados em possibilidades de abrir negócios ou expandir a atuação de suas empresas.

Desta forma, o autor explica que a condução pessoal pelo mandatário, do processo decisório da política externa “deve extrapolar as obrigações que cumpre *ex officio* (por lei), como depositário da responsabilidade ou competência originária pelas relações exteriores e pela representação do Estado perante outros Estados” (DANESE, 2017, p.461).

Nesta dimensão, autor salienta que o presidente da república é visto como o principal “porta-voz” e a última instância no processo decisório na área de política externa, e que nessa dupla condição é que o seu desempenho é continuamente julgado pelo Legislativo, pela opinião pública, assim como pela imprensa e pelos observadores internacionais. Por isso, Danese (2017) salienta que nessa condição, a condução pessoal da política externa exige do mandatário, além do gosto pelo mundo exterior, formas de manifestação pública sobre a diplomacia tais como: discursos, entrevistas, gestos e as viagens.

De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação, os dados mostram que ao todo, o Brasil estabeleceu 481 projetos de cooperação com os países do continente africano durante os dois mandatos do Lula da Silva (2003 e 2011), tendo executado mais de 420 projetos ainda dentro deste período (ABC, 2019).

Para Celso Amorim (2005), o que era uma das prioridades das agendas da política externa e interna do governo Lula, foi à erradicação da fome e da pobreza. Nessa perspectiva, o ex-chanceler apresentou dados do Banco Mundial que estimava que uma efetiva liberalização do comércio agrícola poderia gerar cerca de US\$ 200 bilhões de renda global adicional, o suficiente para retirar mais de 500 milhões de pessoas da situação de pobreza (AMORIM, 2005).

Desta forma, Amorim apelou pela redução do déficit que existia no financiamento ao desenvolvimento, pela promoção de investimentos diretos e do alívio da dívida externa por parte dos países desenvolvidos. Alertando assim, aos países pobres (como caso da Guiné-Bissau) a melhorarem suas condições gerais de governança, inclusive no que tange à maneira pela qual os recursos de cooperação eram geridos e gastos (AMORIM, 2005).

O ex-chanceler apontou ainda que a Guiné-Bissau foi a primeira a ser beneficiada do Fundo de Solidariedade do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) em 2005, na área do desenvolvimento agrícola e pecuário. E ele considerou isso um caso particularmente emblemático, por envolver um país africano, membro da CPLP (AMORIM, 2005).

Em 2005, Lula da Silva visitou a Guiné-Bissau e se tornou no segundo presidente do Brasil a fazer uma visita oficial àquele país, e no ano de 2007, durante um encontro em Brasília com o então presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, o ex-presidente Lula

da Silva anunciou que o Brasil iria perdoar a dívida da Guiné-Bissau orçada em US\$ 34 milhões de dólares⁸¹, e logo em 2008, a tal dívida acabou sendo perdoada em contrapartida ao apoio recebido do quando o Brasil pleiteava o cargo de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (MANÉ, 2013).

Segundo Adriana Abdenur (2017), em razão da ausência de interesses econômicos significativos por parte dos atores brasileiros na Guiné-Bissau, a cooperação oficial do Brasil pode ser entendida como um compromisso político mais amplo, no intuito de apoiar a estabilidade e o desenvolvimento no país.

Porém, Timóteo M'bunde (2018), considera que este estreitamento de relações bilaterais entre os dois países após o Brasil ter reconhecido a independência da Guiné-Bissau, suscitou a vontade entre as partes, de estabelecer relações comerciais. Porém, até hoje, não se consta em registros, um grande volume de troca comercial entre estas duas nações.

Conforme os dados do Senado Federal brasileiro (2018, p.11), até 2018, existiam cerca de 300 brasileiros residentes na Guiné-Bissau, a maioria deles era composta essencialmente por missionários religiosos e funcionários de organismos internacionais, contudo “não há registro de investimentos brasileiros diretos na Guiné-Bissau, tampouco registro de investimentos do país africano no Brasil”, assim como não há empresas brasileiras a operar na Guiné-Bissau.

Em vista disso, Kamilla Rizzi (2012), observa que o condicionante negativo dessa relação comercial, além de problemas pontuais, reside também na inexistência de ligação direta de transportes marítimo e aéreo entre o Brasil e Guiné-Bissau. Todavia, acreditamos que a restrição da relação comercial entre os dois países, pode ser medido por diversas variáveis tanto do lado guineense assim como do lado brasileiro.

Apesar de não houver um grande volume comercial entre Brasil e Guiné-Bissau, as relações entre os dois países durante o governo Lula da Silva podem ser consideradas inéditas pelo grau de aproximação entre dois países e pelo número de acordos de cooperação bilateral assinadas durante o período de 2003 a 2010.

⁸¹ DAMÉ, Luiza. *Lula anuncia perdão da dívida de Guiné-Bissau com o Brasil*. O Globo, 14/11/2007. Atualizado em 03/03/2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-anuncia-perdao-da-divida-de-guine-bissau-com-brasil-4141046>> Acesso dia 07/10/18.

CONCLUSÃO

Perante o descrito, concluímos que a dinâmica na relação bilateral Brasil/Guiné-Bissau reflete-se absolutamente na atuação direta de diplomacia presidencial, dentro de agenda da Política Externa Brasileira (PEB) dirigida para África lusófona, em especial para Guiné-Bissau.

No início da nossa dissertação levantamos a seguinte questão que norteou todo este trabalho: Se, a instabilidade política e o fraco funcionamento das instituições do Estado na Guiné-Bissau afetam ou interferem na cooperação bilateral com o Brasil? Como resposta, verificamos que desde 1974 até o ano de 2016, a relação diplomática e a assinatura de acordos bilaterais e multilaterais entre ambas as nações sempre estiveram presentes, embora haja momentos de maior e de menor aproximação, a instabilidade na Guiné-Bissau afeta negativamente a cooperação bilateral do país com o Brasil, mas não configura em uma ruptura. Considerando o exercício de diplomacia presidencial, o insulamento burocrático do Itamaraty e as diretrizes da PEB, como cruciais para o não impedimento ou o rompimento da cooperação entre ambos.

Observamos que na tradição da política externa brasileira formulada pelo Itamaraty, existem seguintes diretrizes que de igual modo são defendidas pelo Estado guineense: pacifismo; igualdade das nações; não-intervenção; independência nacional; solidariedade coletiva e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (IPEA; ABC, 2013).

Em matéria da política externa guineense, o presidente da república além de uso de diplomacia presidencial, também detém as prerrogativas sobre a condução de agenda da política externa, apesar que a carta constitucional outorgue o primeiro-ministro e o Ministério dos Negócios Estrangeiros como formuladores e condutores da política externa do país (M'BUNDE, 2016).

Em síntese, podemos afirmar que a condução pessoal de política externa pelo mandatário, fez toda a diferença na intensidade, no aumento e na diminuição de acordos de cooperação assinados entre os dois países. Nessa abordagem, consideramos que apenas o insulamento burocrático do Itamaraty não é garante na efetividade das diretrizes da PEB, uma vez que é o presidente da república é que acaba jogando alto nos dois tabuleiros do jogo político. O exemplo mais claro disso foi o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que durante o seu mandato (2003 a 2011), usou largamente o exercício de diplomacia presidencial

para aproximar o Brasil da Guiné-Bissau, aumentando mais o número de acordos de cooperação bilateral por intermédio da Cooperação Sul-Sul.

Shiguenoli Miyamoto (2011, p.1), lembrou que apesar da importância dos povos africanos para o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil, “nem sempre a região mereceu atenção prioritária, nem se colocou como motivo de interesse permanente da diplomacia brasileira”. Por conta disso, foram observados ao longo da história, períodos de maior afastamento e maior aproximação do Brasil com a África e em particular, com a Guiné-Bissau.

No período de maior aproximação, Brasil e a Guiné-Bissau assinaram mais de vinte projetos de cooperação bilateral envolvendo ao todo, cerca de 35 entidades/instituições dos dois países. Porém, o nosso trabalho constatou que a constante instabilidade política e a limitada capacidade de funcionamento das instituições do Estado na Guiné-Bissau, assim como a instabilidade política no Brasil, afetaram e afetam negativamente a relação entre os dois países, principalmente em 2012, quando Brasil suspendeu temporariamente os acordos de cooperação bilateral com Guiné-Bissau, em decorrência do golpe de Estado ocorrido naquele país.

Por outro lado, não podemos afirmar que a instabilidade política na Guiné-Bissau ou no Brasil seja o real motivo pelo impedimento ou pela “fraca cooperação” entre estas duas nações no antes e no pós-governo Lula da Silva, pois a variável instabilidade não explica tudo. Conforme exemplificamos no capítulo I, a Angola e Moçambique em comparação com a Guiné-Bissau, também passaram por guerras para a independência e depois mergulharam em guerras civis e ainda passam por momentos de instabilidade política em seus territórios, porém, contudo, o Brasil sempre investiu economicamente e continuou firmando acordos de cooperações com ambos os países.

A nossa hipótese explicativa é de que apesar das instabilidades em Angola e em Moçambique, nos dois países sempre mantiveram os mesmos governos, sem subversões da ordem constitucional. Já as instabilidades na Guiné-Bissau sempre contaram com golpes de Estado e mudanças de governos e uma forte crise econômica. No entanto, a questão de abundante disponibilidade de recursos naturais em Angola e Moçambique também pode ser considerada como uma variável para explicar este fenômeno.

Ao período analisado (1974 e 2016), verificamos que durante a década de 2000, Brasil procedia como ator chave na América Latina e atuava para a valorização do Atlântico Sul.

Tais fatos foram relevantes para que o Brasil estendesse suas áreas de influência, nomeadamente em África lusófona.

Assim sendo, a Guiné-Bissau que é um país pequeno, pobre, instável e que depende enormemente de apoio financeiro e de cooperação de seus parceiros para suprir as necessidades de seu Estado e alavancar o seu desenvolvimento econômico e sociopolítico, viu o Brasil como uma importante peça para ajudar o país face aos desafios que vem enfrentando desde sua independência.

Neste caso, Timóteo M'bunde (2018), evidenciou que o rápido reconhecimento da independência da Guiné-Bissau pelo Brasil, foi um ato de especial importância política para o Brasil, enquanto a Guiné-Bissau encarou isso como uma grande oportunidade para estreitar laços com o Brasil, a fim de estabelecer relações comerciais fora das malhas do mundo comunista e sua dependência econômica face ao Portugal.

Por sua parte, à luz dos resultados deste trabalho, identifica que a cooperação bilateral Brasil/Guiné-Bissau concentra-se no campo técnico e de apoio profissional, contendo certo grau de maleabilidade político-institucional.

Ressalta-se que ao todo, o resultado exposto nesta dissertação demonstra claramente que a cooperação brasileira na Guiné-Bissau é basicamente técnica e praticamente acentuada ao seu discurso e prática de Cooperação Sul-Sul. Uma vez que a cooperação técnica brasileira para o desenvolvimento na Guiné-Bissau, não está embasada em interesses imediatos relacionados à exploração de recursos naturais ou de envolvimento direto dos agentes econômicos e empresariais brasileiros, tanto eles públicos ou privados.

Desse modo, Adriana Abdenur (2017), assevera que a cooperação técnica oferecida pelo Brasil, não depende apenas da eficácia das respostas bem como da sua continuidade, mas que já enfrentou desafios não só devido ao cenário de crise interna no Brasil, que levou a cortes orçamentários e produziu novas incertezas políticas, tal como estorvo político na Guiné-Bissau.

De acordo com a autora, enquanto a ONU e outras organizações internacionais incluindo FMI e Banco Mundial, trabalham para enfrentar as causas históricas e imediatas da instabilidade recorrente em Guiné-Bissau, alicerçados nas ambiguidades constitucionais que impedem a resolução efetiva de disputas políticas, assim como de uma economia que depende excessivamente do cultivo do caju, a Cooperação Sul-Sul acaba por ficar de fora do mapa cognitivo de atores locais e externos que focalizam no desafio a uma paz duradoura na Guiné-Bissau (ABDENUR, 2017).

De acordo com o Banco Mundial (2015, p.1), a Guiné-Bissau é um país que tem sofrido com a instabilidade política contínua e com a ausência de instituições eficientes, “o que a tornaram um dos países mais pobres e frágeis do mundo”. Começando, que a luta pela independência foi uma das mais precoces, longas e sangrentas em África, e depois da independência até dias atuais, não houve esforços para desenvolver infraestruturas ou instituições do Estado.

Segundo os dados do Banco Mundial (2015) e de Index-Mundi (2017), em 2015, cerca de setenta por cento da população bissau-guineense vivia na linha nacional de pobreza de US\$ 2 dólares por dia, enquanto 33 por cento vivia na extrema pobreza com menos de US\$ 1 dólar por dia. Ainda, até a presente data (2019), o país não alterou o quadro geral da pobreza, da dependência externa e de crise institucional. De acordo com esta organização, “em conjunto com a Somália, a Guiné-Bissau viveu o maior número de incidências de golpes planejados e realizados no registro, apontando assim a constrangimentos institucionais graves” (BANCO MUNDIAL, 2015, p.11).

Minado com a fragilidade econômica, a principal fonte da economia do país continua sendo a agricultura e a pesca, que ainda são praticadas de forma tradicional e de subsistência. Tendo como destaque, a produção de castanha de caju, a principal produto de exportação do país.

Embora que a Guiné-Bissau tenha baixa capacidade institucional e baixos recursos econômicos para o fomento à cooperação, ela é relativamente dependente dela. Sendo assim, a cooperação internacional técnica e científica com o Brasil se configurava como um importante mecanismo de correção estrutural, já que o país é um dos mais dependentes de ajuda internacional para o funcionamento mínimo do seu Estado (VASCONCELOS, 2014).

Como a atuação do Brasil na Guiné-Bissau se restringe mais por via de cooperação técnica, no âmbito de cooperação Sul-Sul, destacamos que as relações comerciais entre os dois países é quase inexistente até o momento. Não existem registros de investimento estrangeiro direto do Brasil naquele país africano, nem de participação de alguma empresa pública ou privada brasileira.

No entanto, apesar de ainda existir alguns projetos de cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau em ativo, Elga Almeida (2017), afirma que o momento atual é de resfriamento das relações após uma década de intensa promoção dessas relações durante o governo de Lula da Silva, que começou a enfraquecer durante o governo Dilma Rousseff. Segundo a autora, os discursos durante o governo Michel Temer (2016-2019) mostraram a tendência de

distanciamento do Brasil em relação ao continente africano, resultando na queda de relações comerciais e diplomáticas.

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2019, parece que não haverá perspectivas para uma nova aproximação do Brasil com a Guiné-Bissau em termos de firmação de acordos de cooperação bilateral. Sabendo que eventualmente os acordos em vigência podem sofrer alterações mediante as novas diretrizes do Itamaraty, visto que o governo Jair Bolsonaro não deu sinais e nem mostrou interesses de que a política externa brasileira irá se direcionar para a África. Apesar de que a competência de financiar, coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em nível nacional, a cooperação para o desenvolvimento é da Agência Brasileira de Cooperação, no âmbito do Ministério das Relações exteriores (IPEA; ABC, 2013).

Para finalizar, podemos considerar que a relação entre o Brasil e a Guiné-Bissau apresentou-nos inúmeras janelas de oportunidades analíticas que refletem algumas ausências na presente dissertação. Portanto, pretendemos aqui apontar os seguintes temas que merecem ser explorados para pesquisas futuras: a avaliação e mensuração de impacto dos projetos estabelecidos entre os dois países, na Guiné-Bissau; e, fazer uma abordagem comparativa sobre a atuação do Brasil nos países africanos de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe), durante o governo Lula.

Cronologia das relações bilaterais Brasil-Guiné-Bissau⁸²:

1973 – O PAIGC declara unilateralmente a Independência da Guiné-Bissau e elabora a primeira constituição do país.

1974 - Brasil reconhece a independência da Guiné-Bissau (sendo o primeiro país do Ocidente fora da malha socialista a fazê-lo) e apoiou o ingresso da ex-colônia portuguesa na ONU. No mesmo ano, o Brasil abriu sua Embaixada em Bissau, culminando com o estabelecimento das relações diplomáticas.

- Portugal reconhece a independência da Guiné-Bissau;

1975 – Proclamou-se a independência de Cabo Verde e o país continuou a sua união com a Guiné-Bissau, em único Estado, sob regime do partido único (o PAIGC).

1976 – Assinado o primeiro acordo de cooperação no setor da Educação, entre o Governo brasileiro e o Governo bissau-guineense.

1977 - Chegaram os primeiros estudantes bissau-guineenses ao Brasil pelo Programa de Estudantes-convênio de Graduação (PEC-G).

1978 - Foram assinados o Acordo Básico de Cooperação Técnica e o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau.

1980 - O primeiro presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, fez uma visita oficial ao Brasil;

- A Guiné-Bissau teve o seu primeiro Golpe de Estado, que derrubou Luís Cabral e, em consequência disso, o Cabo Verde se separa da Guiné-Bissau.

1983 - O ex-presidente brasileiro, João Baptista Figueiredo visita a Guiné-Bissau (sendo ele, o primeiro presidente brasileiro a visitar oficialmente à África e à Guiné-Bissau).

1984 e 1989 e 1997 – O ex-presidente da Guiné-Bissau João Bernardo Vieira (Nino) fez visitas oficiais ao Brasil. Em **1985**, o Brasil volta à Democracia e a Guiné-Bissau continua com a ditadura sob regime do partido único.

1991 - A Guiné-Bissau se torna um país democrático, o parlamento revoga o status do PAIGC de único partido legítimo e introduziu o multipartidarismo.

1994 - A Guiné-Bissau realiza as primeiras eleições gerais (legislativas e presidenciais) e o João Bernardo Vieira elege-se presidente da república.

⁸² Adaptado pelo autor. Retirado no Ministério das Relações Exteriores (ABC) < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5215-republica-da-guine-bissau> > Acesso 08/04/18;

- Senado Federal (mensagem nº 78, de 2018. “nº 424/2018”);

- DCE-MRE: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php#tab3> Acesso dia 20/10/2018.

1996 – Foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), pelo qual o Brasil se reaproxima da Guiné-Bissau, após anos de afastamento nas relações bilaterais.

1997 – Brasil assina com a Guiné-Bissau o acordo de Cooperação na Área de Turismo.

1998 - Conflito militar (guerra civil) na Guiné-Bissau afastou Nino Vieira do poder, após quase 19 anos no poder, e ele foi obrigado a exilar-se para Portugal. O Brasil, por intermédio da CPLP foi importante na mediação deste conflito.

2000 - Foram firmados acordos sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP).

- Koumba Yalá foi eleito presidente da república na Guiné-Bissau, afastando o PAIGC do poder, após 27 no comando do país.

2002 - Assinatura de ato para a implementação do Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau.

2003 – Luis Inácio Lula da Silva assume o poder no Brasil, e na Guiné-Bissau houve mais um Golpe de Estado liderado por militares, contra o presidente eleito, Koumba Yalá.

2005 – João Bernardo Vieira volta à Guiné-Bissau e vence as eleições presidenciais daquele ano.

- O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz visita oficial à Guiné-Bissau (sendo o segundo e o último presidente brasileiro a visitar Guiné-Bissau).

2006 - O Brasil e Guiné-Bissau assinam acordo de Cooperação no domínio da Defesa.

2007 – O Brasil foi eleito, por aclamação, para presidir a Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (CCP).

2009 - Implementação do Projeto “Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau”; Implementado Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau via SENAI.

- Teve um novo Golpe de Estado na Guiné-Bissau na qual João Bernardo Vieira foi brutalmente assassinado, após atentado a bomba que matou o ex-Chefe de Estado das Forças Armadas, Tagme na Waie. No mesmo ano, Malam Bacai Sanhá foi eleito presidente da Guiné-Bissau.

2010 - O governo brasileiro implementou o Projeto “Apoio na Formulação e Monitoramento do Programa Nacional para Universalização do Registro Civil de Nascimento em Guiné-Bissau”;

- Brasil implementou o Programa de Combate ao HIV/SIDA na Guiné-Bissau.

2011 - Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau, desenvolvido em parceria com a EMBRAPA;

- Foi aberta a Embaixada da Guiné-Bissau em Brasília, com financiamento brasileiro, por intermédio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
- Foi aberta no Brasil a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que passou a acolher estudantes da Guiné-Bissau todos os anos.
- Termina o segundo mandato do Lula da Silva e a Dilma Rousseff assume como a primeira mulher eleita presidente no Brasil.

2012 – Morreu ex-presidente Malam Bacai Sanhá em Paris, por motivos de doença e o presidente da Assembleia Nacional popular, Raimundo Pereira assumiu interinamente a presidência da república. Três meses depois, Raimundo Pereira sofreu um Golpe de Estado liderado pelos militares.

- Em função de um novo golpe de Estado na Guiné-Bissau, em 2012, o Brasil suspende temporariamente, maior parte de iniciativas de cooperação com o país, inclusive o PEC-G.

2014 – Brasil ajudou a Guiné-Bissau a organizar suas eleições legislativas e presidenciais.

2015 – O Brasil anunciou perdoar 95% da dívida à Governo de Guiné-Bissau.

2016 – O Brasil levantou as sanções impostas à Guiné-Bissau, porém, Dilma Rousseff foi afastada do cargo pelo impedimento (*Impeachment*) e o seu vice, Michel Temer assumiu a presidência do Brasil, assim, ficou uma incógnita nas relações entre a Guiné-Bissau e o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (organizadores). *Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais: Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. Brasília: IPEA, 2011.

ABC - Agência Brasileira de Cooperação. *Histórico*. MRE, 2019. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Historico>> Acesso dia 06/05/2019.

ABC - Agência Brasileira de Cooperação. *Guiné-Bissau*. MRE, 2018. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaosulsul/guinebissau>> Acesso dia 23/09/2018.

ABDENUR, Adriana Erthal. *A Cooperação Sul-Sul em Guiné-Bissau. Qual o seu papel na consolidação da paz?* Instituto Igarapé, 2017. Disponível em: <<https://igarape.org.br/cooperacao-sul-sul-em-guine-bissau/>> Acesso dia 20/06/2018.

ALLISON, Graham T. "Conceptual models and the Cuban missile crisis." *American Political Science Review*. Vol. 63, Nº3, p.689-718, 1969.

ALMEIDA, Elga Lessa de. *Do outro lado do Atlântico: as relações políticas e econômicas entre o Brasil e os países africanos desde o século XX*. Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, Nº 241, p.445-476, ISSN 2447-861X, 2017.

ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (organizadores). *30 anos da ABC: visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira*. Brasília: FUNAG, 2017.

AMORIM, Celso. "A política externa do governo Lula: dois anos". *Revista Plenarium*. Brasília: Câmara dos Deputados, ano 2, Nº 2, 25 novembro de 2005.

_____. *O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva*. In: *Revista Política Externa*. Vol.18 Nº2, p.67-75, 2009. Disponível em: <http://rpubrasil.org/wp-content/uploads/2016/07/Amorim_2009_O-Brasil-e-os-direitos-humanos-em-busca-de-uma-agenda-positiva.pdf> Acesso dia 03/04/19.

ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas. *Estudo Guiné-Bissau*. Lisboa, 2018.

AUGEL Moema Parente. *O Desafio do Escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

BANCO MUNDIAL. *Guiné-Bissau: memorando econômico do país*. Terra Ranca. Um novo começo. Grupo do Banco Mundial, 2015.

BANCO MUNDIAL. *Guiné-Bissau, Aspectos Gerais*. 2018. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>> Acesso dia 02/01/19.

BIJOS, Leila M. J.; VIEIRA, Verônica A. *A Diplomacia cultural como instrumento de Política Externa Brasileira*. Revista Diálogos, Vol. 13, 2011.

BLACK, Lloyd D. *A estratégia da Ajuda Externa*. Tradução de Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Editora: O Cruzeiro, 1968.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política I*. Tradução: Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília - UnB, 1ª ed., 1998.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica Internacional multilateral e bilateral*. 2ª ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação (ABC), 2004.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Departamento Cultural (DC). *Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G): Manual do estudante-convênio*. Brasília, Divisão de Temas Educacionais (DCE), 2013.

_____. *Discurso durante Jantar Oferecido ao Presidente da República da Guiné-Bissau, senhor Luís Cabral*. Presidência da República, Palácio do Itamaraty. Brasília, 1980. Disponível em:

<www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/.../37.pdf>

Acesso dia 02/01/19.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Guia de Negócios Guiné Bissau*. (MRE/DPCI), 2018. Disponível em:

<<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/GNGuine.pdf>>

Acesso dia 08/01/19.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. *Repertório de Política Externa: posições do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2007.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *República da Guiné-Bissau*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5215-republica-da-guine-bissau>> Acesso dia 08/04/18.

_____. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Agência Brasileira de Cooperação (ABC), 2010.

_____. *Amorim defende maior auxílio externo à reforma dos setores de defesa e segurança da Guiné-Bissau*. Portal Brasil. Publicado: 02 de dez, 2011, última modificação: 28 de jul, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2011/12/amorim-defende-maior-auxilio-externo-a-reforma-dos-setores-de-defesa-e-seguranca-da-guine-bissau>> Acesso dia 23/04/2018.

BRUM Alex Guedes. *A Cooperação Brasil-África em Defesa durante o Governo Lula*. HOPLoS. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Vol. 1, Nº 2, 2018.

CÁ, Cristina Mandau Ocuni. *A trajetória dos quadros guineenses formados e em formação no Brasil na visão de estudantes e profissionais de 3º grau*. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009. (Dissertação de Mestrado em Educação).

CAETANO, Fara. *“A cooperação portuguesa para o desenvolvimento na área da educação da Guiné-Bissau: impacto dos projetos”*. Universidade do Porto. Porto, 2012 (Dissertação de Mestrado).

CAMPOS, Américo. *História da Guiné-Bissau em Datas*. 2012. Disponível em: <<https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-da-guinc3a9-bissau-em-datas.pdf>> Acessado dia 03/01/19.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. *Guiné-Bissau: da Luta Armada à Construção do Estado Nacional - Conexões entre o Discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994)*. UFBA Salvador, 2013. (Tese de Doutorado).

CARDOSO, Carlos. *A Transição Democrática na Guiné-Bissau. Um parto difícil*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). Bissau, p.259-282, 1995.

CARVALHO, Apolinário Mendes de. *A Cooperação Internacional e a Política Externa Guineense*. Bissau, 2007. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/ACOOPERACAINTERNACIONALEAPOLITICAEXTERNAGUINEENSE.pdf>> Acesso dia 24/10/18.

_____. *Política Externa da Guiné-Bissau face aos novos paradigmas nas relações internacionais: Diplomacia e Cooperação Internacional*. Bissau: 2ª Ed., INACEP, 2015.

CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. *Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde*. UNESP, Araraquara, 2014 (Dissertação de Mestrado).

CATEIA, Júlio Vicente; ROHENKOHL, Júlio Eduardo; CASTELLANO, da Silva Igor. *A mudança estrutural em Guiné-Bissau*. Rev. Textos de Economia. Florianópolis, Vol.21 Nº1, p.97-124, dez/mar. 2018. ISSN 2175-8085

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

_____. *Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque paradigmático*. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília: Vol. 46, Nº 2, p.5-25, 2003.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Organizador). *O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2007.

COUTO, Hildo H.; EMBALÓ, Filomena. *Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: Um país da CPLP*. PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares. N.20, ISSN 0103-9415. USP, 2010.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. 2. Ed. rev. – Brasília: FUNAG, 2017.

DA SILVA, Baducaran Domingos Augusto. *Urbanização na Guiné-Bissau: Morfologia e Estrutura Urbana da sua Capital*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias-ULHT, Lisboa, 2010. (Dissertação de Mestrado).

DA SILVA, Rolsaete Ludimila. *Cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil na educação: programa de estudantes convênio de graduação (PEC-G) na UFSC*. Florianópolis: (Monografia Graduação), 2018.

DELGADO, Jéssica Beatriz. *Relações entre Brasil e África: uma análise da Cooperação Sul-Sul e trocas comerciais do período do governo de Fernando Henrique Cardoso à Dilma Rousseff (1995-2014)*. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2018. (Monografia Graduação).

DESIDERÁ, Walter. et al. (Org.) *Política Externa Brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008*. 1ª Ed. Brasília: IPEA; FUNAG, 2018.

DJALÓ Mamadú. *Relações SUL-SUL: A Cooperação Brasil-Guiné-Bissau na Educação Superior no período de 1990-2011*. UFSC, Florianópolis: 2014 (tese de Doutorado em Sociologia Política).

ECHART MUÑOZ, Enara. *A Cooperação Sul-Sul do Brasil com a África*. Caderno CRH, Salvador, Vol.29, Nº76, p.9-12, 2016.

_____. *Uma visão crítica da Cooperação Sul-Sul: Práticas, Atores e Narrativas*. Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, Nº 241, p.392-417, ISSN 2447-861X, 2017.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. *Guiné-Bissau e Cabo Verde: da Unidade à Separação*. Universidade do Porto, Porto, 2007. (Dissertação de mestrado).

GARCIA, Ana Saggioro; KATO, Karina; FONTES Camila. *A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique*. 1.ed. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Vol.1., 2013.

GARCIA, Francisco Proença. *Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português: Guiné-Bissau (1963-1974)*. [s.n.], 2000.

GBISSAU.COM. *Ex-ministro brasileiro considera ajuda à Guiné-Bissau “grande responsabilidade”* São Paulo, In Lusa: 27 de Maio de 2015.

Disponível em: <<http://www.gbissau.com/2015/05/28/ex-ministro-brasileiro-considera-ajuda-a-guine-bissau-grande-responsabilidade/>> Acesso dia 23/04/2018.

GOMES, Daniel Filipe Franco. *O 14 de Novembro de 1980 na Guiné-Bissau visto pela Imprensa Portuguesa. Análise Comparativa*. Revista Portuguesa de História, p.481-506 t. XLV, ISSN:0870.4147. Universidade de Coimbra, 2014. .

GOMES, Patricia A. G. *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*. 1ª Ed. Turim, Harmattan, Vol.1, 2010.

_____. *A Importância das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (F.A.R.P.) na Luta pela Libertação da Guiné-Bissau*. Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação Tubarão, Vol.3, Nº 6, p.121-139. UNISUL, 2010.

GRAY, David. *Pesquisa no Mundo Real*. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOULART, Mayra *De volta à África: Solidariedade e a Estratégia Brasileira de Política Externa*. Estudos Internacionais. Vol. 2, Nº 2, p.271-290, 2014.

GUINÉ-BISSAU. *Constituição da República da Guiné-Bissau 1996*. ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR (ANP), 2018. Disponível em: <<http://www.parlamento.gw/leis/constituicao>> Acesso dia 30/12/18.

_____. *Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP)*, MEPIR, 2005. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.pdf>> Acesso dia 05/01/19.

_____. *Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II)*. Ministério da Economia, Plano e Integração Regional (MEPIR). Bissau, 2011.

_____. *Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação de 2009: Educação e a Escolarização*. Instituto Nacional de Estatística (INE-GB). Bissau, 2009.

_____. *Guiné-Bissau: Organização Administrativa. Geografia*. Instituto Nacional de Estatística Guiné-Bissau (INE GB). Bissau, 2018. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/pais/organizacao_administrativa.htm> <http://www.stat-guinebissau.com/pais/index_quadro_fisico.htm> Acesso dia 29/03/18.

_____. *Guiné-Bissau em Números 2015*. Boletim Estatístico da Guiné-Bissau. Instituto Nacional de Estatística (INE GB). Bissau, 2015. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/34770485-Guine-bissau-em-numeros-2015.html>> Acesso dia 03/01/19.

_____. *Estatística Básicas da Guiné-Bissau, 2014*. – Instituto Nacional de Estatística (INE GB). Bissau, 2014. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/estatisticas_basicas.pdf> Acesso dia 03/01/19.

HIRST, Monica. *Aspectos Conceituais e Práticos da atuação de Brasil em Cooperação Sul-Sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

HUDSON, VALERIE M. *Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations*. Oxford: Foreign Policy Analysis, p.1-30, 2005.

IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. *A Cooperação Técnica horizontal Brasileira como instrumento de Política Externa: a evolução da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento (CTPD) no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG, 2010.

INDEX-MUNDI. *Guiné-Bissau*. 2017. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/> Acesso dia 30/12/2018.

IPEA. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Primeiro Levantamento (2005-2009). Guia de Orientações Básicas*. Brasília: Casa Civil, 2010.

IPEA; ABC. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010*. / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Agência Brasileira de Cooperação. 2a ed. rev. – Brasília: 2013.

IPEA; BANCO MUNDIAL. *Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana pareceria Sul-Sul para o crescimento*. IPEA/BM, 2011.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Tradução: Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

JAUARÁ, Manuel. *Os Lusoafrianos e Etnorurais disputam o Poder na Guiné-Bissau*. Vol.24-25, 2009. P.119-145. Portal USP. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/afrika/article/view/73949> Acesso dia 10/01/19.

_____. *Conflito Militar e Construção de Estado Nacional na África Lusófona: de Luta de Libertação a Guerra Civil*. I Encontro de Associação Brasileira de Estudos de Defesa. 2007. (Apresentação de Trabalho).

JESUS, Samuel de. *Reveses da Democracia Brasileira: Uma análise do Golpe Parlamentar, Jurídico e Midiático de 2016*. Edição do autor: (Coleção: Terra e Liberdade). Coxim, 2018.

JORGE, Nedilson R. *O Brasil e a comunidade lusófona na África: relações atuais e perspectivas de aprofundamento*. In: Acioly, Luciana; de Moraes Rodrigo Fracalossi (org.). *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. Brasília: IPEA, 2011.

KEMER, Thaíse. *A atuação da Peacebuilding Commission das Nações Unidas para a construção da paz: Estudo de caso da Guiné-Bissau entre 2007 e 2014*. UFPR, Curitiba, 2016. (Dissertação de Mestrado).

_____. *A Análise de Política Externa no caso da atuação do Brasil para a construção da paz na Guiné-Bissau (2003-2016)*. Curitiba: (apresentação de trabalho UFPR), Nov. de 2017.

KEOHANE, Robert Owen. *International Institutions: Two Approaches*. International Studies Quarterly. Vol. 32, Nº 4, p.379-396, 1988.

_____; AXELROD, Robert. *Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions*. World Politics. The Johns Hopkins University Press. Vol. 38, Nº1, p.226-254, 1985.

KOHL, Christoph. *Construindo a Nação na África Pós-Colonial: O exemplo de Guiné-Bissau*. Tensões Mundiais. Vol.7 N°13 p.39-71, 2011.

KOSTA, Aníran Y. P. Kafft. *A Problemática do Sistema de Governo na Guiné-Bissau*. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LEITE, Alexandre César Cunha; CAVALCANTE, Thamirys F. *A Cooperação Brasileira para a África: da diplomacia presidencial de Lula da Silva à diplomacia comercial de Dilma Rousseff*. Brazilian Journal of International Relations (BJIR). Vol. 5, N° 2, p. 343-370, 2016.

LEITE, Iara Costa. *Cooperação Sul-Sul: Conceito, história e Marcos interpretativos*. Ed. Observatório Político Sul-Americano. Observador On-line Vol.7, N° 03, p.1-14, 2012.

LEITE, Iara Costa; HAMANN, Eduarda Passarelli. *Cooperação Técnica Brasileira: Situação atual, desafios e possibilidades*. Instituto Igarapé. Nota Estratégica 4. Out. 2012

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2011.

LIMA, Maria Regina Soares De. *A Política Externa Brasileira e os desafios da Cooperação Sul-Sul*. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, Vol.48, N°1, p.24-59, 2005.

LIMA, Raphael Camargo. *A Cooperação Sul-Sul na Política Externa dos governos Lula da Silva: da margem ao centro da agenda*. Brazilian Journal of International Relations. Marília, Vol. 4, N° 2, p.356-383, 2015.

LOPES, Carlos. *Os limites históricos de uma fronteira territorial: Guiné 'Portuguesa' ou Guiné-Bissau*: in Géopolitique des mondes lusophones. (Paris: L'Harmattan, 1994), p.135-141.

LOPES, Carlos. *Novas Fraturas, Velhas Feridas: a África e a renovação da agência do Sul*. Revista Tempo do Mundo (RTM). Vol. 2, N° 2, p.41-56, 2010.

MANÉ, Denise Catarina Dias. *Políticas de Cooperação Técnica da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) com a Guiné-Bissau*. UFRGS, Porto Alegre, 2013. (Monografia, Bacharelado em Relações Internacionais).

MANÉ Iussufi. *O Desafio da Segurança na República da Guiné-Bissau: Que Vias Estratégicas de Exequibilidade da Reforma do Setor de Segurança para a Saída da Crise?* Universidade Nova de Lisboa, 2014. (Dissertação de Mestrado).

MELLO, Patricia Campos. *Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações para a África*. Folha de S. Paulo. 22.05.2015. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1606466-brasil-recua-e-reduz-projetos-de-cooperacao-e-doacoes-para-a-africa.shtml>> Acesso dia 07/10/2018.

MELO, Dênis Vico. *Política Externa para África e Internacionalização de Empresas no Governo Lula: uma estratégia de inserção*. Revista Mundorama, 2010. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?article=politica-externa-para-africa-e-internacionalizacao-de-empresas-no-governo-lula-uma-estrategia-de-insercao-por-vico-denis-de-melo>> Acesso dia 22/04/2018.

MILANI, Carlos. R. S. *Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul*. Cadernos CRH, Salvador: Vol. 25, Nº 65, p. 211-231, 2012.

MILANI, Carlos. R. S.; CARVALHO, Tássia Camila de O. *Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano*. Estudos Internacionais. Vol.1, Nº 1, p.11-35, 2013.

MILANI, Carlos R. S.; CONCEIÇÃO, Francisco Carlos da; M'BUNDE, Timóteo Saba. *Cooperação SUL-SUL em Educação e Relações Brasil-PALOP*. Caderno CRH, Salvador, Vol. 29, Nº 76, p.13-32, 2016.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *A política externa brasileira para África no início do novo século: interesses e motivações*. In: XI congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011. Salvador-BA. (Anais do XI congresso Luso-Afro-Brasileiro, UFBA).

MIYAMOTO Shiguenoli. *Política Externa Brasileira: 1964-1985*. Carta Internacional, ABRI. Vol.8, Nº2, p.3-19, 2013. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/120>> Acesso dia 16/02/19.

MORGENTHAU, Hans J.. *A Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz*. FUNAG/Editora Universidade de Brasília (UNB), 2003.

_____. *A Political Theory of Foreign Aid*. The American Political Science Review, Vol. 56, No. 2, pp. 301-309, 1962. Disponível em: <[https://www.academia.edu/31134883/The Political Theory of Foreign Aid](https://www.academia.edu/31134883/The_Political_Theory_of_Foreign_Aid)> Acesso dia 16/02/19.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. *História dos Centros Culturais Brasileiros*. MRE, 2016. Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/images/Arquivos_PDF/Historia_dos_Centros_Culturais.pdf> Acesso dia 15/06/19.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. *Atos Internacionais: Guiné-Bissau*. 2019. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?IdEnvolvido=132&page=1&tipoPesquisa=2>> Acesso dia 22/06/19.

M'BUNDE, Timóteo Saba. *As Políticas Externas Brasileira e Chinesa para a Guiné-Bissau em Abordagem Comparada (1974-2014): Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2018.

_____. *Comportamento Partidário e Cíclica Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau*. Almanaque de Ciência Política, Vitória, vol.1, Nº 2, p.43-56, 2017.

_____. *Processo Decisório e Política Externa nos Pequenos Estados da Periferia: Cabo Verde e Guiné-Bissau*. Mural Internacional. Vol.7 N.2 Jul-Dez 2016.

NAMONE, Dabana. *A Luta pela Independência na Guiné-Bissau e os Caminhos do Projeto Educativo do PAIGC: Etnicidade como Problema na Construção de uma Identidade Nacional*. UNESP, ARARAQUARA- SP. 2014 (Dissertação de Mestrado).

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

OBSERVATÓRIO Brasil e o Sul (OBS). *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. 2018. Disponível em: <<http://obs.org.br/cooperacao>> Acesso 07/10/18.

ONU. *Balanço comum de país*. Coordenação do Sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau. Bissau, 2006. Disponível em: <<https://guinea-bissau.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/CCADez2006finalPT.pdf>> Acesso 15/12/18.

_____. *As Nações Unidas na Guiné-Bissau*. 2018. Disponível em: <<https://uniogbis.unmissions.org/na%C3%A7%C3%B5es-unidas-na-guin%C3%A9-bissau>> Acesso dia 15/01/19.

ONU Brasil. *O que é Cooperação Sul-Sul e por que ela importa?* Publicado dia 19/03/2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/o-que-e-cooperacao-sul-sul-e-por-que-ela-importa/>> Acesso dia 11/05/19.

ONU. UNIOGBIS. *Relatório sobre o direito à saúde na Guiné-Bissau*. Secção de Direitos Humanos-ACNUDH, 2017. (Relatório). Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Countries/GW/RightHealthGuineaBissau_PT.pdf> Acesso dia 07/01/19.

OSSAGÔ, Ricardo de Carvalho. *Política Externa e Estado Frágil na Guiné-Bissau: Crises Multidimensionais e o Papel Dos Organismos Internacionais “CPLP & CEDEAO” (1973-2014)*. UFRGS. Porto Alegre, 2016. (Tese de doutorado).

_____. *Política Externa da Guiné-Bissau; crises multidimensionais; rupturas constitucionais; e a questão das múltiplas pertencas identitárias na formação do estado/nação - o papel da ONU, CPLP, UA, CEDEAO para Guiné – Bissau*. 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI. Belo Horizonte: 2013 (Apresentação de Trabalho).

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical*. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, Vol. 51 (2), p.136-153, 2008.

PEREIRA, Amílcar Araujo; VITTORIA, Paolo. *A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire*. Estud. Hist., Rio de Janeiro, Vol. 25, Nº50, p.291-311, 2012.

PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira: 1889-2002*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.

PINHEIRO, Letícia; MILANI Carlos R. S. (Organizadores) *Política Externa Brasileira: a política das práticas e as práticas da política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PINHEIRO Letícia; SALOMÓN, Mónica. *Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos*. Rev. Bras. Polít. Int. 56 (1): p.40-59. 2013.

PIRAGIBE, Clélia V. S. *A Participação Brasileira na Construção da Paz em Guiné-Bissau*. Boletim Meridiano 47 (UNB). Vol.15, Nº146, p.27-34, 2014.

PUTNAM, Robert D. *Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política Vol. 18, Nº 36, p.147-174, 2010.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando (Orgs.) *Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

RIDDERBUSCH, Jolien. *Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a África subsaariana: A Política Externa Brasileira em Angola e Moçambique*. Leiden, Holanda, 2018. (Dissertação de mestrado).

RIZZI, Kamilla R. *O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010)*. Porto Alegre, UFRGS 2012. (Tese de Doutorado).

RIZZI, Kamilla R. *A Instabilidade contínua na Guiné-Bissau*. Boletim Meridiano 47, Nº 117, p.23-26, 2010. Disponível em: <<http://www.ibri-rbpi.org/?p=12456>> Acesso dia 01/01/19.

ROSA, Marta; BENZINHO, Joana. *À Descoberta da Guiné-Bissau*. União Europeia (UE). Guia Turístico, 2015. Disponível em:

<http://www.eeas.europa.eu/archives/delegations/guinea_bissau/documents/press_corner/20160215_guia_guinea_bissau_uniao_europeia_afectos_pt.pdf> Acesso dia 08/01/19.

_____. *À Descoberta da Guiné-Bissau*. União Europeia (EU). Guia Turístico. (Atualizado), 2018. ISBN:978-989-20-6252-5. Disponível em:

<https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/guia_turistico_guine-bissau_ue_acl2018_pt_web.pdf> Acesso dia 08/01/19.

SANGREMAN, Carlos et al. *A evolução política recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005*. Documentos de Trabalho Nº 70. CEsa- Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2006.

_____. *A Política Econômica e social na Guiné-Bissau 1974-2016*. Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA) CSG 146. Universidade de Lisboa, 2016.

SANTOS, Gustavo Plácido Dos. *A centralidade da geopolítica subsaariana no desenvolvimento e consolidação institucional da Guiné-Bissau*. Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS), Lisboa, 2015.

SANTOS, MARIA do Carmo. R. C. Ferreira. *A Cooperação Sul-Sul (CSS) para a Reorientação dos Imaginários e Práticas do Desenvolvimento: os Caminhos da Cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil*. UNB, Brasília, 2017. (Tese de Doutorado).

SARAIVA, José Flávio Sombra. *A África no século XXI: um ensaio acadêmico*. Brasília: FUNAG, 2015.

SARAIVA Miriam Gomes. *Balço da Política Externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?* Relações Internacionais (Lisboa), Vol. 44, p.25-35, 2014.

SARAIVA, Miriam Gomes. *As Estratégias de Cooperação Sul-Sul nos marcos da Política Externa Brasileira de 1993 a 2007*. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, Vol. 50(2), 42-59, p.1-36, 2007.

SATO, Eiiti. *Cooperação Internacional: uma componente essencial das Relações Internacionais*. R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, Vol.4, Nº1, p.46-57, 2010.

SEIDI, Ussumane. *Economia da Guiné-Bissau e os Objetivos do Milênio*. ISEG, Lisboa, 2006. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/EconGB.pdf>> Acesso dia 03/01/19.

SENADO FEDERAL DO BRASIL, *Mensagem nº 78 de 2018*. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7823984&ts=1539871809100&disposition=inline>> Acesso dia 20/10/2018.

SILVA, André Luiz Reis da; ANDRIOTTI, Luiza S. *A Cooperação Sul-Sul na Política Externa do Governo Lula (2003-2010)*. Conjuntura Austral, Vol.3, Nº14, p.69-93, 2012.

SILVA, António E. Duarte. *Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC*. Cadernos de Estudos Africanos. p.142-167, 2006.

SILVA, Hilton P. *Retratos de Guiné-Bissau: Pobreza, Desenvolvimento e Meio Ambiente*. [s.n.], 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/12929014/POBREZA_DESENVOLVIMENTO_E_MEIO_AMBIENTE_Retratos_de_Guin%C3%A9-Bissau_Cana_avan%C3%A7a_e_amea%C3%A7a_Cerrado_Energia_no_entulho> Acesso dia 04/01/19.

SOUSA CORDEIRO, Roberto. *Guiné-Bissau 1973-2005: uma análise sobre a relação civil-militar no processo de transição política*. [s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/GUINEBISSAUUMAANALISESOBREARELACAOCIVILMILITAR.pdf>> Acesso dia 10/01/19.

SOUZA, André de Mello e. (organizador). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2014.

TAVARES, Adilson De Jesus Cabral. O *Regime Político Guineense (1994-2008)*. Lisboa, [s.n.] 2009. Disponível em:
<[http://www.didinho.org/Arquivo/Regime Político Guineense 1994-2008 \[1\].pdf](http://www.didinho.org/Arquivo/Regime%20Politico%20Guineense%201994-2008%20[1].pdf)> Acesso dia 07/01/19.

TÉ, Wilson Pedro. *Relações exteriores da Guiné-Bissau: um estudo das relações Bilaterais Guiné-Bissau/Brasil (1974-2014)*. UNESP. São Paulo, 2015. (Dissertação de Mestrado).

TEIXEIRA, Dumas Jacinto Ricardino. *Golpe de Estado na Guiné-Bissau, 1998-2003*. [s.n.] Disponível em:
<<http://www.didinho.org/Arquivo/GOLPEDEESTADONAGUINEBISSAU19982003.pdf>> Acesso dia 10/01/19.

UNFPA – (Fundo de População das Nações Unidas) *Cooperação Sul-Sul*. 2016. Disponível em: <<http://unfpa.org.br/novo/index.php/sobre-unfpa/cooperacao-sul-sul>> Acesso em 27/11/2018.

UNIÃO EUROPEIA. *República da Guiné-Bissau Eleições Presidenciais junho 2005: Relatório Final*. Missão de Observação Eleitoral da União Europeia – Guiné-Bissau, 2005.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. *Dados Quantitativos* – DRCA, 2019. Disponível em:
<<http://www.unilab.edu.br/dadosquantitativos/>> Acesso dia 22/11/19.

VASCONCELOS, Daniel de Oliveira. *Pode um Estado Africano Cooperar? Os processos de state-building e construção da identidade da Guiné-Bissau no âmbito da Cooperação Internacional Brasil-PALOP*. UNB. Brasília, 2014. (Monografia, Bacharelado em Ciência Política).

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação*. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, Vol. 29, Nº 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, F. Marcelo; CINTRA, Rodrigo. *Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração*. Tempo Social, USP. São Paulo, Vol. 15, Nº 2, p. 31-61, 2003.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A política africana do governo Lula*. Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/UFRGS, 2008 (artigo em meio eletrônico).

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil - De Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

VILAS-BOAS, Julia Covre. *Os Investimentos Brasileiros na África no Governo Lula: um mapa*. Meridiano 47 (UNB), vol. 12, p.3-9, 2011.

_____. *A atuação das empresas brasileiras na África no Governo Lula*. UNB. Brasília, 2011. (Monografia).

WIKIPÉDIA. *Lista de Presidentes da Guiné-Bissau e Lista de Primeiros-Ministros da Guiné-Bissau*. Wikipédia, a Enciclopédia livre. 2019. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_da_Guin%C3%A9-Bissau>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_primeiros-ministros_da_Guin%C3%A9-Bissau>

Acesso dia 02/01/19.

WOOLLACOTT, John. *A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal*. *Análise Social*, vol. xix (77-78-79), 3.º, 4º 5º, p.1131-1155, 1983.

YIN, Robert. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.


ANEXOS


ANEXO A. Primeiro ato de cooperação bilateral assinado entre o Brasil e a Guiné-Bissau.

1.875

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Conclusões dos contactos realizados, no âmbito da Educação, entre delegações técnicas do Brasil e da Guiné-Bissau.


Junho, 1976
C.E.E.N.C.



REUNIÃO EFECTUADA ENTRE 15 e 18 DE JUNHO, NO SALÃO "AMILCAR CABRAL", do Commissariado do Estado dos Negocios Estrangeiros.

Com a presença de:

1.- por parte da Republica Federativa do Brasil -

- . Prof. José Ottmar Goettert (Assessor da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura)
- . Cons. Mauro Sérgio Couto (Chefe de Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores)

2.- por parte da Republica da Guiné-Bissau -

- Dra Maria da Luz Roal (Directora Geral do Instituto Amizade)
- Dra Hilia Lima Barber (Chefe do Departamento das Relações Internacionais e Bolsas de Estudos)
- Dra Edna Pereira (Chefe do Departamento de Educação de Adultos)
- Dra Maria Dulce Borges (Chefe do Departamento de Ensino Secundário)

como delegadas do Commissariado do Estado da Educação Nacional e Cultura, e -

- Dr Inácio Semedo (Director Geral da Cooperação Estrangeira)
- Maria de Lourdes Barbosa (Chefe de Secção da Direcção-Geral de Cooperação)

oooOooo

BIBLIOTECA

No campo da Educação foram discutidos vários domínios de cooperação, adiante discriminados:

Capº 1º.- INSTALAÇÃO DE BIBLIOTECAS

a) Cultura Geral

Literatura (poesia, contos e lendas populares, teatro)
Literatura Infantil (3 - 6 anos e 7 - 12 anos)

Obras de criação literária brasileira

- . Ciências Humanas
- . História
- . Ciências exactas e Naturais
- . Ciências Sociais
- . Tecnologia
- . Artes Plásticas e Gráficas
- . Desporto e Educação Física
- . Dicionários

b) Literatura especializada (Biblioteca do professor)

- . Didáctica
- . Pedagogia
- . Metodologia
- . Dicionários

NOTA: destes livros, gostaríamos de receber, para os níveis primário e secundário, respectivamente 50 e 15 bibliotecas. Da literatura especializada, para o professor, as bibliotecas poderiam ser em numero de 10.

Capº 2º.- ENVIO DE MATERIAL DIDÁCTICO

a) Material Audio-Visual

Filmes (educativos, culturais, históricos, sobre sociologia, desporto, folclore brasileiro, cinema novo, escola realista, arte, etc)

Diapositivos (com textos gravados, sobre Educação Sanitária, Geografia, Ciências Naturais, Ciências exactas, Arte, História, Biologia, Geografia Humana, etc)

b) Material didáctico diverso

Posters educativos
Jogos Educativos (3 - 6 anos e 7 - 12 anos)
Património sonoro brasileiro

Capº 3º.- CONSULTORIA

a) Biblioteconomia, Teatro, Ensino pela Rádio

Técnico para montagem da rede de bibliotecas... 1
Técnico para formação de bibliotecários 1
(estes dois técnicos poderão eventualmente reduzir-se a um só)
Técnico para Teatro 1

Handwritten marks:
A large handwritten number '2' with a horizontal line through it.
A large handwritten number '3' with a vertical line through it.

- Quantidade de Bolsas para Estudo 2
 (na quantidade 3 de termos e alguns meses entre termos)
- b) Professores para Escolas de Solicitadores e de Secretariado
 Escola de solicitadores 3 prof.
 Escola de Secretariado 3 prof.

Para a escola de solicitadores, poder-se-ia pensar no vindo de um consultante, para elaboração do projecto para primeira fase, seguida de "dócnarças" dos cursos.

c) Ensino Secundário

Deverá-se fazer a supervisão e reciclagem de professores desta faixa, e, sendo possível a participação planificada e faseada, por parte de técnicos brasileiros, podemos considerar:

- envio, do Brasil, de programas para reciclagem de professores e métodos seguidos;
- envio, por parte da Guiné-Bissau, dos programas / materiais, com indicação de áreas prioritárias de reciclagem e supervisão de professores;
- elaboração de um projecto que poderá proporcionar o vindo de um consultante e a ida de um delegado da Guiné-Bissau, ao Brasil.

Cap.º 4º.- APERTIÇAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Neste capítulo, dos Níveis de Ensino, está apresentada em anexo e em português.

A delegação brasileira expressou o interesse no envio de uma missão ao Brasil, com o objectivo de avaliar se efectivar envio de estudantes. Para esse fim dividiu um convite para que essa missão visite o Brasil, tão pronto quanto possível.



Informou ainda que se preferiu proporcionar 50 (cincoenta) Bolsas de Estudo, para o próximo ano lectivo.

Cap.º 5º.- TÉCNICA DE ENSINO PELA RÁDIO

Concluiu-se que será frutífera a estadia no Brasil de um técnico da Guiné-Bissau, por um prazo a determinar, para um primeiro contacto com a metodologia deste tipo de ensino.

Após essa viagem, examinar-se-iam as possibilidades de vindo de um consultante brasileiro, que colaboraria na elaboração do respectivo projecto.

Bissau, 19 de Junho de 1976.

ANEXO B. Tratado de amizade cooperação e comércio entre Brasil e Guiné-Bissau.

TRATADO DE AMIZADE, COOPERAÇÃO E COMÉRCIO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiné-Bissau,

INSPIRADOS pelo propósito de afirmar, em solene documento, os fraternos laços de amizade entre o Brasil e a Guiné-Bissau, que se fundamentam em profundas afinidades históricas, culturais e étnicas,

BASEADOS nos princípios do respeito à soberania, da autodeterminação dos povos, da não-ingerência nos assuntos internos e da igualdade jurídica dos Estados e da igualdade entre as pessoas, sem distinção de raça, sexo ou credo,

TENDO PRESENTE que os objetivos e tarefas decorrentes do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional tornam cada vez mais urgente e necessário incrementar e tornar mais operativa a mútua colaboração entre os países em desenvolvimento, em todos os planos,

CERTOS DE QUE, para a realização plena dos princípios enunciados e para o desenvolvimento integral e autônomo dos dois países, seria importante estabelecer mecanismos que tornassem ainda mais concretos e efetivos os laços que unem o Brasil e a Guiné-Bissau,

TENDO EM VISTA o bom êxito dos programas de cooperação entre os dois países, desenvolvidos no âmbito do Memorandum de Entendimento, assinado entre as delegações do Brasil e da Guiné-Bissau, em 21 de junho de 1976, na cidade de Bissau,

DECIDIDOS a desenvolver e ampliar essa cooperação, com o objetivo de incrementar as relações políticas, econômicas, comerciais, culturais e científicas entre os dois países,

RESOLVEM celebrar o seguinte Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio:

ARTIGO I

As Partes Contratantes convêm em cooperar e trocar informações sobre assuntos de interesse comum, bilaterais ou multilaterais.

ARTIGO II

A cooperação e a troca de informações a que se refere o Artigo I processar-se-ão por via diplomática ou através da Comissão Mista de Coordenação Brasil - Guiné-Bissau, instituída pelo presente instrumento em seu Artigo III.

ARTIGO III

Fica instituída a Comissão Mista de Coordenação Brasil-Guiné-Bissau que terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar os assuntos de interesse comum e propor aos respectivos Governos as medidas que julgar pertinentes.

Parágrafo 1º - A Comissão será composta de uma seção de cada Parte.

Parágrafo 2º - O regulamento da Comissão será redigido pela própria Comissão e aprovado pelos dois Governos por troca de Notas.

ARTIGO IV

O Brasil e a Guiné-Bissau empenharão os máximos esforços para lograr a progressiva ampliação e diversificação do intercâmbio comercial, mediante a utilização adequada das oportunidades que se apresentarem. Nesse sentido, as Partes Contratantes dispõem-se a conceder todas as facilidades legais para eliminar entraves ao comércio entre os dois países, levados em consideração os compromissos internacionais assumidos anteriormente, de âmbito bilateral, regional ou multilateral.

ARTIGO V

A fim de dar cumprimento ao disposto no Artigo IV, as Partes Contratantes convêm em negociar um acordo de comércio.

ARTIGO VI

A fim de cooperar com os planos de desenvolvimento da Guiné-Bissau, o Governo da República Federativa do Brasil estudará as possibilidades de estender à Guiné-Bissau linhas de crédito para importação de produtos brasileiros. As condições de crédito, bem como as formas e prazos de pagamento, serão objeto de acordos especiais a celebrar entre as Partes Contratantes.

ARTIGO VII

A fim de promover o comércio recíproco, Brasil e Guiné-Bissau estudarão, conjuntamente, medidas necessárias ao incremento das comunicações e dos transportes entre os dois países.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes estimularão, dentro de um quadro de co-participação, e de conformidade com suas respectivas le-

legislações nacionais, os investimentos destinados a impulsionar a cooperação econômica mútua, tanto no setor público quanto no setor privado, inclusive mediante a celebração de acordos de complementação industrial e a criação de empresas binacionais.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes analisarão formas eficazes de ampliar a cooperação bilateral nos campos da educação, ciência e cultura.

ARTIGO X

As Partes Contratantes, reconhecendo as vantagens recíprocas de uma cooperação científica e técnica ampla e bem ordenada, comprometem-se a estimulá-la pelos meios adequados. Para tanto, as Partes Contratantes convêm em negociar um acordo básico de cooperação científica e técnica, com o objetivo de ativar a realização conjunta ou coordenada de programas de pesquisas e desenvolvimento, a criação e operação de instituições de pesquisa ou centro de aperfeiçoamento e produção experimental e a organização de seminários e conferências, intercâmbio de informações e documentação e estabelecimento de meios destinados à sua difusão.

ARTIGO XI

Além dos instrumentos internacionais previstos no presente Tratado e dentro do espírito que o informa, as Partes Contratantes celebrarão, sempre que as circunstâncias aconselharem, protocolos adicionais ou outro tipo de atos internacionais sobre todos os assuntos de interesse comum.

ARTIGO XII

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação e terá vigência até seis meses após eventual denúncia por qualquer das Partes Contratantes.

O presente Tratado é assinado em dois exemplares originais, em português, sendo ambos igualmente autênticos.

FEITO na cidade de Brasília, aos *dois* dias do mês de *maio* de 1978.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA GUINÉ-BISSAU:

